

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA**



DISSERTAÇÃO

**A extensão na Universidade Federal de Pelotas: estrutura administrativa e
políticas institucionais (1969 - 1992)**

Heloisa Helena Campelo Rodrigues da Rocha

Pelotas, 2018

Heloisa Helena Campelo Rodrigues da Rocha

A Extensão na Universidade Federal de Pelotas: estrutura administrativa e políticas institucionais (1969-1992)

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História do Instituto de Ciências Humanas da Universidade Federal de Pelotas, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em História.

Orientador: Dr. Fábio Vergara Cerqueira

Pelotas, 2018

Heloisa Helena Campelo Rodrigues da Rocha

A extensão na Universidade Federal de Pelotas: estrutura administrativa e políticas institucionais (1969 -1992)

Dissertação aprovada como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre em História, Programa de Pós-Graduação em História, Instituto de Ciências Humanas, Universidade Federal de Pelotas.

Data da Defesa: 13 de julho de 2018

Banca Examinadora:

Prof. Dr. Fábio Vergara Cerqueira
Universidade Federal de Pelotas (UFPel)

Prof. Dr. Edgar Ávila Gandra
Universidade Federal de Pelotas (UFPel)

Profa. Dra. Tania Elisa Morales Garcia
Universidade Federal de Pelotas (UFPel)

Prof. Dr. Altemar da Costa Muniz
Universidade Estadual do Ceará (UECE)

Agradecimentos

Sou imensamente grata a todos que prontamente se dispuseram a colaborar confiando-nos suas memórias. Sem vocês, sem as fontes orais, essa pesquisa não teria sido viável.

Ao professor e orientador Fábio Vergara Cerqueira, ao professor Edgar Ávila Gandra e aos demais servidores do PPGH.

Agradeço a todos aqueles que acreditaram em mim, me apoiando e incentivando, principalmente ao meu filho, ao qual dedico este trabalho, à minha nora e ao meu companheiro, que sempre esteve ao meu lado nessa vitória.

Agradeço à minha mãe maior e aos meus guias espirituais, porque é neles que trago a minha fé, a fé que me dá a força e me mantém em pé.

A universidade não está fora da história de um país; tão pouco é toda a história; mas por ela passa a história de um país e do povo e ela participa da história, da vida; neste sentido, é aspiração humana, tentativa, ensaio, verificação, drama e desenlace, tarefa comunitária, trabalho de homes que querem se expressar como homens; fato humano que nenhuma lei poderá abolir e que se expressará muitas vezes apesar da lei. Ela é uma realidade que fala. Deixemo-la, portanto, falar e trataremos de escutá-la, não no que queremos ou no que nos convém, mas o que ela quer nos dizer.

Ernesto Leyendcker

Resumo

ROCHA, Heloisa Helena Campelo Rodrigues da. **A extensão na Universidade Federal de Pelotas: estrutura administrativa e políticas institucionais (1969 -1992).** 2018. 178 f. Dissertação (Mestrado em História) - Programa de Pós-Graduação em História, Instituto de Ciências Humanas, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2018.

O presente estudo se propõe apresentar o desenvolvimento da extensão universitária na UFPel entre os anos 1969 e 1992, sob o ponto de vista dos administradores. O objetivo principal é uma reflexão de como foi o fazer e o pensar extensão, a partir da visão dos servidores que estiveram à frente da extensão no período estudado. Traz questões por nós colocadas, assim como questões postas por nossos depoentes, hoje e à época de suas atuações, com o objetivo de entender o papel da extensão na UFPel. Busca verificar, sob este ponto de vista, como teria contribuído para interligar o ensino e a pesquisa e como teria ocorrido a alegada troca de saberes, entre universidade e comunidade, nos contextos em que a UFPel estava inserida. A metodologia utilizada teve como principal aliada a História oral, dialogando com as demais fontes. Percebemos que, desde as primeiras gestões, todos os administradores, cada um a seu modo, traziam de forma recorrente no seu discurso a concepção da extensão como papel social da universidade e como indispensável na formação acadêmica. As falhas percebidas por estes gestores foram motivação para a busca de novas soluções e deram a base para estabelecerem sua missão em prol da extensão. Evitar que a memória da extensão da UFPel caia no esquecimento, resguardar sua memória, tentar compreender o lugar da extensão na história de nossa universidade, foram os principais objetivos que nos propusemos.

Palavras-chave: extensão universitária; administração; UFPel; ensino; políticas institucionais.

Abstract

ROCHA, Heloisa Helena Campelo Rodrigues da. Extension at the Federal University of Pelotas: administrative structure and institutional policies. (1969 -1992). 2018. 178f. Dissertation (Master in History) - Post-Graduate Program in History, Institute of Human Sciences, Federal University of Pelotas, Pelotas, 2018.

The present study aims to present the development of university extension in UFPel between 1969 and 1992, from the administrators' point of view. The main objective is a reflection of how was the doing and thinking the extension, from the vision of these servers that were ahead of the extension during the studied period. The present proposal had questions that we pose and that our deponents also put themselves, today and at the time of their actions, with the goal of understanding the role of extension in UFPel. Our goal, from this point of view, is to verify how extension would have interconnected teaching and research and how the exchange of knowledge between university and public would have occurred, in the context in which UFPel was inserted. The oral history was the main ally of methodology, dialoguing with other sources. We have noticed, from the very beginning, that it was recurrent in the discourse of all administrators, each in its own way, the concept of extension as a social role of the university and as indispensable in academic education. The failures perceived by these managers were motivation for the search of new solutions, they gave the base to establish their mission in favor of the extension. To avoid that the memory of the UFPel extension falls into oblivion and to try to understand the place of extension in the history of our university, were the main objectives that we proposed.

Keywords: University Extension; administration; teaching; institutional policies; community.

Lista de Figuras

| | | |
|------------------|---|-----|
| Figura 1 | Operação. Zero – 1967 | 41 |
| Figura 2 | Posto de atendimento em Cáceres | 81 |
| Figura 3 | Atendimento Rural – Cáceres | 82 |
| Figura 4 | Atendimento à saúde – Cáceres | 82 |
| Figura 5 | Onofre Lopes em visita a UFPel | 87 |
| Figura 6 | Organograma PRE (1977-1981) | 102 |
| Figura 7 | Área de Influência do CRUTAC/UFPel – 1979 | 106 |
| Figura 8 | Organograma PRE (1982-1984) | 109 |
| Figura 9 | Organograma PRE (1985-1988) | 119 |
| Figura 10 | Organograma PREC (1992) | 130 |

Lista de Tabelas

| | | | |
|---------------|----------|--|-----|
| Tabela | 1 | Relação dos Campi Avançados | 45 |
| Tabela | 2 | Eventos do FORPROEX realizados entre os anos de 1997 a 1992 | 66 |
| Tabela | 3 | Dados apresentados por Laudo Nunes - 28/03 a 28/06/1977 | 103 |
| Tabela | 4 | Escritório de Difusão Cultural e Artística da PRE (1982-1984) | 109 |
| Tabela | 5 | Escritório e Extensão Rural e Transferência de Tecnologia da PRE (1982-1984) | 110 |
| Tabela | 6 | Escritório de Apoio a Prestação de Serviço à Comunidade da PRE (1982-1984) | 110 |
| Tabela | 7 | Projetos de Extensão e Cultura por unidades | 132 |

Lista de Abreviaturas e Siglas

| | |
|------------------|--|
| Acaresc | Associação de Crédito e Assistência Rural do Estado de Santa Catarina |
| ACISO | Operação da Ação Cívico Social |
| ANDES | Associação Nacional de Docentes do Ensino Superior |
| CAVG | Colégio Agrícola Visconde da Graça |
| CETREISUL | Centro de Treinamento e Informação do Sul |
| CINCRUTAC | Centros Rurais Universitários de Treinamento e Ação Comunitária, |
| CNI | Confederação Nacional da Indústria |
| COCEPE | Conselho Coordenador do Ensino, Pesquisa e Extensão |
| CODAE | Coordenação de Atividades de Extensão |
| CONEXT | Conselho de Extensão |
| COSULATI | Cooperativa Sulriograndense de Laticínios |
| CRUB | Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras |
| CRUTAC | Centro Rural de Treinamento e Ação Comunitária |
| CTE | O Centro de Teledifusão Educativa |
| CTG | Centro de Tradições Gaúchas |
| DART | Departamento de Arte e Cultura |
| DAU | Departamento de Assuntos Universitários |
| DCSA | Departamento de Ciências Sociais Agrárias |
| DDD | Departamento de Documentação e Divulgação |
| DEXT | Departamento de Extensão e Treinamento |
| DIEG | Divisão de Extensão e Graduação |
| DIPLAN | Divisão de Planejamento |
| DPES | Departamento de Política de Ensino Superior |
| EMATER | Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Governo do Distrito Federal |
| EMBRATEL | Empresa Brasileira de Telecomunicações |
| Epagri | Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina |
| ESCD | Escola Superior de Ciências Domésticas |
| ETA | Escritório Técnico de Agricultura |

Lista de Abreviaturas e Siglas

| | |
|-----------------|--|
| FAB | Força Aérea Brasileira |
| FM | Frequência Modulada |
| FORPROEX | Fórum de Pró-Reitores de Extensão |
| FUNARTE | Fundação Nacional de Artes |
| FURG | Fundação Universidade de Rio Grande |
| GERES | Grupo Executivo para a Reformulação da Educação Superior |
| GTU | Grupo Tarefa Universitário |
| IAS | Instituto Agrônômico do Sul |
| IEL | Instituto Euvaldo Lodi |
| IES | Instituições de Ensino Superior |
| IFES | Instituições Federais de Ensino Superior |
| ILA | Instituto de Letras e Artes |
| LBA | Legião Brasileira de Assistência |
| LDB | Lei de Diretrizes e Bases |
| MALG | Museu de Artes Leopoldo Gotuzzo |
| MEC | Ministério da Educação e Cultura |
| MINTER | Ministério do Interior |
| MOBRAL | Movimento Brasileiro de Alfabetização |
| MUDES | Movimento Universitário de Desenvolvimento Econômico e Social |
| ONG | Organização Não Governamental |
| OPEMA | Operação Mauá |
| OSCIP | Organização da Sociedade Civil de Interesse Público |
| PEUAC | Projeto de Extensão Universitária e Ação Comunitária |
| PNU | Programa Nova Universidade |
| PPGDTSA | Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Territorial e Sistemas Agroindustriais |
| PRE | Pró-Reitoria de Extensão |
| PREC | Pró Reitoria de Extensão e Cultura |
| PRODERF | Programa para o desenvolvimento de Recursos Humanos na Região de Fronteira do Brasil |
| PROFIT | Programa de Desenvolvimento da Fruticultura |

Lista de Abreviaturas e Siglas

| | |
|-----------------|---|
| PUC | Pontifícia Universidade Católica |
| RENEX | Rede Nacional de Universidades |
| SeNESu | Secretaria Nacional de Educação Superior |
| SEURS | Seminário de Extensão Universitária da Região Sul |
| SUDESUL | Superintendência do Desenvolvimento do Sul |
| UFMA | Universidade Federal do Maranhão |
| UFMG | Universidade Federal de Minas Gerais |
| UFPA | Universidade Federal do Pará |
| UFPeI | Universidade Federal de Pelotas |
| UFRRGS | Universidade Federal Rural do Rio Grande do Sul |
| UFSC | Universidade Federal de Santa Catarina |
| UFSM | Universidade Federal de Santa Maria |
| UFV | Universidade Federal de Viçosa |
| UNB | Universidade Nacional de Brasília |
| UNE | União Nacional de Estudantes |
| UNISINOS | Universidade do Vale do Rio dos Sinos |
| URS | Universidade Rural do Sul |
| VASP | Viação Aérea São Paulo |

Sumário

| | | |
|--------------|--|------------|
| 1 | Introdução..... | 14 |
| 2 | Capítulo I – Extensão Universitária: Uma História Nacional, Política e Social | 26 |
| 2.1 | A extensão no Ensino Superior brasileiro: origens do conceito e do princípio legal | 26 |
| 2.2. | As práticas extensionistas, da UNE à Ditadura Civil-Militar | 27 |
| 2.3 | A Reforma Universitária e os artigos que tratam da Extensão Universitária. | 30 |
| 2.4 | Centro Rural de Treinamento e Ação Comunitária (CRUTAC)..... | 31 |
| 2.5 | Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras (CRUB)..... | 38 |
| 2.6 | O Projeto Rondon..... | 39 |
| 2.7 | Os Campi Avançados..... | 44 |
| 2.8 | A Reforma de 68 e os primeiros passos das estruturas administrativas da extensão nas universidades públicas brasileiras | 50 |
| 2.9 | Plano de Trabalho da Extensão Universitária..... | 52 |
| 2.10 | Comissão Nacional para Reformulação da Educação Superior. | 57 |
| 2.11 | Programa Nova Universidade (PNU)..... | 60 |
| 2.12 | O Fórum Nacional de Pró-reitores de Extensão Universitária das Universidades Federais Brasileiras (FORPROEX). | 61 |
| 2.13 | O Artigo 207 da Constituição de 1988 e a Extensão Universitária..... | 68 |
| 3 | Capítulo II – Extensão na UFPel: Conhecendo o Passado (1969 – 1977)..... | 70 |
| 3.1. | Antecedentes e criação da UFPel (1969)..... | 71 |
| 3.2 | Primeira Fase da Extensão (1969 – 1977)..... | 77 |
| 3.2.1 | O Campus Avançado de Cáceres | 80 |
| 3.2.2 | Centro Rural Universitário de Treinamento e Ação Comunitária (CRUTAC) da UFPel..... | 86 |
| 3.3 | A primeira fase da extensão na UFPel (1969 – 1977), depoimento de seus gestores: pensamento e prática da extensão..... | 90 |
| 4 | Capítulo III – A PRE em busca de suas memórias - Segundo Fase (1977 – 1992) | 99 |
| 4.1 | Pró-Reitoria de Extensão - Gestão Laudo Nunes (1977)..... | 101 |
| 4.2 | Pró-Reitoria de Extensão - Gestão José Passos de Magalhães (1977 – 1981) | 103 |

| | |
|---|------------|
| 3.3 Pró-Reitoria de Extensão - Gestão Élide Minioni (1982 – 1984) | 107 |
| 4.4 Pró-Reitoria de Extensão - Gestão Renato Luiz Melo Varoto (1984 – 1988) | 118 |
| 4.5 Pró-Reitoria de Extensão e Pró-Reitoria de Extensão e Cultura - Gestão Aldyr Garcia Schlee (1989 - 1992) | 128 |
| 5 Considerações Finais | 137 |
| Referências | 148 |
| Anexos | 159 |

1 Introdução

O objetivo desta pesquisa é buscar como se deu a extensão universitária na Universidade Federal de Pelotas (UFPel) entre sua fundação, em 1969, e a criação da Pró-Reitoria de Extensão e Cultura (PREC), em 1992, denominação vigente até o presente. Recorremos ao depoimento de servidores, docentes e técnicos administrativos que estiveram à frente da extensão no período estudado, assim como a documentos oficiais de gestão, promovendo um diálogo entre os testemunhos orais e escritos.

A pesquisa pretende contribuir com a história da extensão da UFPel, inserindo-se nos domínios da História do Tempo Presente e da História Política e Social. Trata-se da temática da extensão, partindo de uma visão institucional, pois nossas fontes orais trazem a visão daqueles que integraram a administração da instituição em diferentes gestões do período estudado. Identificam-se características dos momentos políticos e sociais que influenciaram a extensão universitária a nível nacional, descrevendo-se de forma sucinta os cenários anteriores à fundação da UFPel, assim como as fases da extensão na universidade. Foi na visão dos gestores do período que reconstituímos alguns cenários da extensão da nossa universidade, por meio de suas memórias, reavivadas no contexto da pesquisa, ao que se somaram documentos oficiais.

O eixo do estudo se orienta assim conforme os seguintes questionamentos: Qual teria sido o papel da extensão na UFPel como agente que interliga ensino e pesquisa? Como teria ocorrido a troca de saberes no desenvolvimento da relação com a comunidade em que a UFPel estava inserida?

A perspectiva desta pesquisa de mestrado não permite avançar ao ponto de trazermos em números e gráficos a totalidade das ações extensionistas ou do público atingido durante o período aqui estudado. A tarefa exigiria um aprofundamento maior nos documentos localizados, e uma análise profunda para não trazermos dados incoerentes. Do mesmo modo, seria deveras interessante incluir o ponto de vista das comunidades que foram alvo das ações extensionistas, ou mesmo dos discentes e

docentes envolvidos, que seriam certamente pontos de vista significativos para futuras pesquisas.

Este estudo se justifica pela necessidade de reconstruir essa história que hoje se encontra conservada basicamente nas memórias daqueles que vivenciaram a extensão na UFPel, motivo pelo qual destacamos a importância dos depoimentos escritos e orais. Nos arquivos oficiais há escassez, ou quase inexistência, de documentos à disposição referentes a certos períodos. Documentos foram extraviados e até mesmo destruídos durante as mudanças de administração e de instalações físicas. Em relação às duas primeiras gestões da Pró-Reitoria de Extensão (PRE), foi difícil trazer algum conteúdo, principalmente por esses gestores já terem falecido e não restar documentação específica da PRE do período de 1977 a 1981 (a fala destes, porém, foi recuperada em uma publicação institucional de 1996). Mesmo com estas limitações, fomos em frente e buscamos o máximo de documentos a que pudéssemos ter acesso.

Para que se possa entender a história da extensão na UFPel é necessário compreender o contexto nacional, pois as mudanças nas legislações e decisões governamentais interferiram nos acontecimentos e nas tomadas de decisões na extensão universitária em cada instituição de ensino superior e sobretudo, mais diretamente, nas federais. Contextualizamos a formação da extensão no país, por meio de estudo bibliográfico, em uma abordagem mais descritiva, para compreendermos os diferentes períodos do desenvolvimento da extensão no Brasil, cujas consequências se fazem sentir nas falas de nossos depoentes que constituem nossas fontes orais para a memória e história da extensão da UFPel. Nesta perspectiva, esses depoimentos nos ajudam a entender como se operacionalizava a extensão enquanto articuladora da universidade com a sociedade, como agente cultural, socializador e político de suma importância. Traçamos alguns conceitos atinentes à extensão, enfocando sua importância para a troca de saberes entre universidade e sociedade. Identificamos assim a extensão assistencialista, transmitida, dialogada, enfim, as variadas diretrizes das experiências de extensão universitária no Brasil.

Recuperamos os antecedentes da fundação da Universidade Federal de Pelotas e iniciamos a pesquisa historiando a herança recebida e incorporada à UFPel. Foi preciso considerar os antecedentes institucionais. Descrevemos os primeiros anos

desde a fundação da UFPel, entre 1969 e 1977, período que periodizamos como primeira fase da extensão na UFPel. Na sequência, passamos para a segunda fase, que é a criação da Pró-Reitoria de Extensão Universitária (PRE), no ano de 1977. Pesquisamos então os órgãos que formaram essa nova estrutura e algumas das contribuições que estes trouxeram, até a extinção dos mesmos quando aconteceu, em 1992, a criação da estrutura administrativa da Pró-Reitoria de Extensão e Cultura (PREC).

O que motiva o presente trabalho é existir uma carência de pesquisas que abordem o tema e os importantes acontecimentos que envolvem a extensão na UFPel. Outro fato que me incentivou foi por ter trabalhado o tema quando de minha graduação em Tecnologia em Gestão Pública, também na UFPel. Desenvolvi o trabalho de conclusão de curso intitulado “A extensão universitária como política pública e o papel da UFPel junto à comunidade: o Programa Vizinhança”, publicado nos *Anais do XXI Congresso de Iniciação Científica da UFPel* (2012). O fato de poder dar continuidade ao tema no Programa de Pós-Graduação em História da UFPel, agora com maior profundidade, agradou-me imensamente, e abracei esse propósito com muito carinho e dedicação. Também não posso deixar de falar de minha intimidade com a instituição, visto que sou servidora técnica-administrativa desde 07 de junho de 1985 e atuei como servidora da Pró-Reitoria de Extensão e Cultura (PREC), quando, em 2012, era Pró-Reitor de Extensão o professor Dr. Gilberto de Lima Garcias. Fazer História institucional, daquela história que faz parte também de minha história de vida, é um grande desafio e orgulho. Embora saibamos que lacunas no tempo historiado podem acontecer, acreditamos na importância da pesquisa para a história da instituição.

As primeiras atividades de extensão após a fundação da universidade encontram-se nas memórias quase que irreversivelmente esquecidas dos protagonistas, servidores que vivenciaram as ações de extensão da UFPel à época. Nos depoimentos das pessoas que presenciaram aqueles cenários é que encontramos nosso maior apoio para o esforço demandado por esta pesquisa. Essas pessoas nos orientaram na busca de documentos, nos acervos da instituição, ao mesmo tempo em que nos indicaram outras fontes orais relevantes. A dedicação e disponibilidade que estes antigos servidores tiveram para nos relatar suas memórias reforçou ainda mais nosso compromisso com esta pesquisa.

Constituímos um banco de memórias orais da extensão da UFPel, que se compõe dos testemunhos dos seguintes servidores: o professor Manoel Mendieta Araujo; o professor Volnei Krause Kohls; a professora Élide Mninioni, Pró-Reitora de Extensão; o professor Neif Satte Alan; o professor João Nelci Brandalise; o professor Renato Luiz Mello Varoto, Pró-Reitor de Extensão; a professora Maria da Graça Ramos; a professora Leonor Almeida de Souza Soares; o professor Aldyr Garcia Schlee, Pró-Reitor de Extensão (em 1992, o Pró-Reitor de Extensão e Cultura); o professor Valter Eliogabalos da Rosa Azambuja; o professor Francisco Elifalete Xavier, Pró-Reitor de Extensão e Cultura. Durante os relatos dos indivíduos que fazem parte deste processo em estudo, optaremos por usar o nome como estes servidores são conhecidos na instituição (em alguns casos pelo pronome, em alguns casos pelo sobrenome).

O trabalho de campo se institui como momento fundamental. Buscamos fatos relevantes obtidos através da experiência, junto a pessoas que vivenciaram ou tinham o conhecimento sobre a temática da pesquisa. Paralelamente à busca pelas fontes orais, deu-se um esforço em torno de encontrar documentos impressos que pudessem ser estudados e que através deles pudéssemos obter informações significativas.

As buscas foram feitas na documentação oficial da universidade. Em primeiro lugar, limitamo-nos a seus arquivos de cunho administrativo, tais como portarias, resoluções, guias, relatórios de gestão, estatutos e regimentos internos, mas incorporamos também informativos produzidos pela instituição, tais como jornais, revistas, memoriais. Em segundo lugar, buscamos fontes externas, como periódicos e outras publicações locais ou regionais, e recorreremos ainda a anais de eventos. Vale a pena registrar aqui que foi relatado durante algumas entrevistas que o acervo histórico referente à extensão universitária da UFPel foi destruído. Alguns destes documentos, conforme relato de fontes orais, foram perdidos em razão do descaso com relação a esse patrimônio informativo, outros, pela deliberada decisão de destruí-los, resultando assim em apagamentos e lacunas nesta história, em silenciamentos. Não nos aprofundaremos aqui nos detalhes deste fato, que carece de uma definição mais clara, dadas as divergências a esse respeito nos depoimentos. Cabe registro que o acesso à grande maioria dos Relatórios de Gestão, entre outros documentos, foi proporcionado tão somente pelo contato com os antigos gestores, que compõem

nossa rede de servidores entrevistados, os quais solicitamente nos cederam cópia destes documentos preservados em seus acervos pessoais.

Alguns destes documentos reputo como verdadeiras relíquias. Destaco os Relatórios de Gestão referente aos períodos 1982-1984, da Pró-Reitora de Extensão Élide Minioni (que reside atualmente na cidade de Vitória, ES). A professora Élide enviou-nos também outros documentos, tais como: Boletins da Assessoria de Comunicação (1984); outros Boletins Internos do Gabinete do Reitor José Emílio Gonçalves Araújo, de 1983; a Publicação Cultural do CTG Os Carreiros, de 1984, editada em homenagem ao primeiro aniversário do Galpão Crioulo da UFPel; o Relatório Administrativo da Universidade Federal Rural do Sul (1965-1968). Finalmente, a professora enviou-nos seu depoimento redigido com sua própria caligrafia. Do professor Renato de Mello Varotto, recebemos o “Relatório Final de Gestão da PRE (1985-1988)” e um número jornal de divulgação institucional “Gestão Rui Antunes: um Tempo de Diálogo”, de novembro de 1988. A professora Denise Gigante (filha do então Reitor Gigante) cedeu-nos gentilmente o Relatório da Coordenadoria de Planejamento e Desenvolvimento da Gestão do Reitor Amílcar Gigante (1989-1992). Do professor Francisco Elifalete Xavier Pró-reitor (1994 a 2004), o primeiro número da “Revista Expressa Extensão”, de setembro de 1996, que se revelou da maior importância para nossa pesquisa. Embora editada posteriormente ao nosso período de pesquisa, a revista publica os textos apresentados no seminário “25 Anos de Extensão na UFPel”. O professor Xavier alcançou-nos ainda cópias de outros documentos referente a sua gestão, como o “Guia de Extensão Arte e Cultura”, de 1999, que trata de assuntos de interesse da pesquisa. Recebemos das mãos do professor Manuel Mendieta Araújo, quando realizamos entrevista com ele (07/2016), o livro intitulado “CINCRUTAC e CRUTAC” (1972), de autoria de Onofre Pires, pioneiro nestas políticas extensionistas em sua gestão nos anos 1960 como Reitor da UFRN. Da professora Graça Ramos, recebemos parte do relatório que trata da Política de Extensão da UFPel de 1992. Do professor João Nelci Brandalise, alguns manuais referentes ao Projeto Rondon e ao Plano Geral de Governo do Estado de Mato Grosso (1980-1984), que serviu de embasamento na criação de alguns projetos para o Campus Avançado de Cáceres. Da professora Leonor Almeida de Souza Soares, o boletim por ela organizado em 1988 sobre a PRE.

Grande parte do acervo mencionado chegou em nossas mãos recentemente, e, infelizmente para fazermos referência aos dados e aprofundarmos a pesquisa, teríamos de analisar todos esses relatórios, mas como já mencionei, o tempo que temos a cumprir para a pesquisa de mestrado não me permitiu honrar essa tarefa e estudá-los para que possamos registrar na atual pesquisa. São dados importantes para a história da UFPel que merecem nossa atenção especial, portanto, temos a intenção de tratá-los com maior profundidade em breve, em uma próxima pesquisa, na qual daremos continuidade a temática enfocando diversos aspectos que no presente trabalho, não nos foi possível registrar.

Buscamos no Sistema de Bibliotecas da UFPel todo o acervo que pudéssemos encontrar e fosse de interesse para a presente pesquisa. Encontramos o documento produzido pela Assessoria de Planejamento do Reitor Ibsen Wetzel Stephan, em julho de 1980, intitulado “O Desenvolvimento da UFPel - Retrospecto (1967/1979) – Projeção (1980-1985)”, com 261 páginas, e o Documento produzido pela Assessoria de Planejamento da UFPel em 1975, intitulado “Seis Anos de Extensão – 1969-1975”, que nos traz relatos importantes do que considero nesta pesquisa parte da primeira fase da extensão.

Outra contribuição que destaco é o artigo publicado na *História em Revista*, veículo do Núcleo de Documentação Histórica – NDH/UFPel (nº1, de setembro de 1994), de autoria da professora Beatriz Ana Loner, intitulado “Reconstrução da Memória da UFPel”. Soma-se a esse texto a dissertação de mestrado de Sílvio A. D. Jansen (professor da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo), intitulada “A ilustre Pelotense: Tradição e Modernidade em Conflito”, defendida no Programa de Pós-Graduação em Educação da Faculdade de Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, em 1993. Ainda sobre o material pesquisado referente à extensão na UFPel, destaco a tese de doutorado da servidora da instituição, professora Tânia Elisa Morales Garcia, intitulada “Uma História em Cena. Construindo a Identidade de Seus Atores: O Curso de Ciências Domésticas da UFPel (1960-1997)”. Algumas publicações cobrem o período seguinte, posterior à criação da PREC, e assim escapam ao escopo desta pesquisa. Destes, vale destacar a dissertação de mestrado da servidora técnica-administrativa da UFPel Terena Souza da Silva, intitulada “Extensão Universitária, Direitos Humanos e Cidadania: reflexões sobre a proposta de política de extensão e a prática na Universidade Federal de Pelotas (2009-2011)”,

defendida no Programa de Pós-Graduação em Política Social da Universidade Católica de Pelotas em 2012.

Fez-se necessário o estudo legislação que regulamenta a educação, para avançarmos em alguns entendimentos sobre o desenvolvimento do ensino superior no país. No que se refere ao país, podemos dizer que já se conta com um acúmulo inicial de pesquisa sobre a extensão universitária, mesmo que mais incipiente do que os estudos relativos ao desenvolvimento do ensino e da pesquisa nas universidades brasileiras. Com respeito à extensão na UFPel, cabe reforçar, este campo de pesquisa ainda carece de maior aprofundamento, havendo escassa produção acadêmica, o que inclusive nos colocou a necessidade de se estabelecer uma periodização do histórico do primeiro quarto de século da extensão em nossa universidade.

Em relação ao referencial teórico-metodológico, ressaltamos a importância da História oral através das obras de autores como Michel Pollak (1989), Maurice Halbwachs (2013), e Alessandro Portelli (1997), entre outros.

A preocupação com a formação profissional é a função primeira da universidade, ao passo que a extensão universitária traz em seu bojo o compromisso com a comunidade. Desenvolveu-se na universidade brasileira o conceito da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, onde a última assume um papel de integradora de conhecimentos. Por meio da extensão se dá a formação do estudante que, em participando da pesquisa, absorve o conhecimento teórico, e o leva para fora do meio universitário. O aluno adquire assim condições para associar a teoria à prática e a sala de aula ao mundo real na medida em que esse estudante vê e participa da realidade que está além das paredes da universidade. Por meio da extensão universitária, renova-se também a relação docente e estudante. A extensão desafia a prática docente de ensino e mobiliza o estudante a pensar além da teoria, convidando-o a relacionar esse conteúdo com a observação empírica dos fatos, quando se depara com a realidade. Segundo Melo Neto (2002), a extensão propicia um conhecimento social. Não é uma tarefa individual, mas uma experiência que se dá de modo social, vez que busca atender a uma necessidade, favorecendo assim também a aproximação entre ensino e pesquisa. A extensão enriquece o processo de ensino-aprendizagem para a qualificação de profissionais, seja como cientistas ou como cidadãos.

A extensão universitária, entendida como prática acadêmica que interliga na universidade suas atividades de ensino e de pesquisa, credencia-se cada vez mais, junto à sociedade, como espaço privilegiado de produção de conhecimento significativo para a superação das desigualdades sociais existentes. Para o ensino, a extensão representa a oportunidade de o acadêmico vivenciar a realidade com a qual se deparará em sua vida profissional. É uma função acadêmica que compõe o pensar e o fazer universitário, constituindo-se hoje como parte integrante do currículo em uma perspectiva de indissociabilidade entre ensino e pesquisa. A extensão universitária passou de uma função eventual e assistencialista para uma função essencialmente acadêmica, que cria ideias e compõe o fazer universitário, constituindo-se parte integrante do currículo e da interdisciplinaridade.

Para que haja efetivamente extensão é preciso sua articulação, interna e externa às universidades, na formulação de uma política pedagógica ou na construção de parcerias integradas com os agentes sociais.

Contudo, este patamar de integração da extensão à universidade foi alcançado tão-somente como resultado de um longo processo, que sofreu diversas imbricações políticas e intelectuais em seus percursos. O escopo de nossa pesquisa, vale ressaltar, é precisamente propor uma compreensão de como este processo transcorreu em nosso país, evidenciando-o a partir da perspectiva local da nossa universidade.

Para a produção dos capítulos desta dissertação, necessitamos da leitura de autores que já têm discutido a temática. Destacamos os seguintes: Roberto Mauro Gurgel – “Extensão Universitária: comunicação ou domesticação” (1986); Ana Luiza Lima Souza – “A história da extensão universitária” (2000); Maria das Dores Pimentel Nogueira - “Extensão universitária no Brasil: uma revisão conceitual” (2001); e inclusive Paulo Freire – “Extensão ou Comunicação” (1977), não como historiografia, mas como fonte, como um pensador que à época elaborou uma reflexão sobre a extensão.

Roberto Mauro Gurgel (1986) abrange a importância de trazer à tona a realidade da extensão universitária. Ele lida com dados de uma história recente e acreditou, quando escreveu essa obra, que:

[...] a análise das formas de relacionamento entre universidade e sociedade representa um ponto fundamental para quem pretenda conhecer concretamente as possibilidades ou impossibilidades da instituição de ensino superior como elemento de apoio à mudança social. O conceito de mudança social inclui não somente as transformações a nível de infraestrutura econômica, mas também as alterações nas instâncias político e cultural. (Gurgel, 1986, p. 13-14).

Ana Luiza Lima Souza (2000) faz um percurso pela história da extensão universitária com a intenção de demonstrar como ela tem sido realizada. A autora trabalha o conceito de extensão e faz uma análise do que chama os três momentos na extensão universitária: o primeiro, quando o movimento estudantil assumiu a prática extensionista, no que diz respeito ao caráter cultural, socializador e político (antes de 1964); o segundo, pós-64, em que o governo, com sua perspectiva assistencialista, passa a exercer um controle centralizado da extensão, promovendo sua institucionalização universitária de acordo com seus objetivos políticos; o terceiro, iniciado na virada dos anos 1980/1990, prolonga-se até o presente, um momento ainda em construção nas instituições de ensino superior, marcado pelos docentes que buscam a prática extensionista baseada em uma visão educativa e articuladora da universidade com a sociedade.

Maria das Dores Pimentel Nogueira (2001) trata da extensão universitária na América Latina. Aborda o conceito de extensão, traça seu histórico no contexto universitário brasileiro e expõe sua importância para a troca de conhecimentos entre universidade e sociedade. A autora trata das primeiras ações de extensão universitária no Brasil, analisando a influência dos modelos de prática extensionista definidos por ela, que são: a prestação de serviços e os cursos e palestras. A autora traz as experiências pioneiras promovidas pela União Nacional de Estudantes (UNE), levando o aluno a participar da vida social das comunidades. Delineia o contexto do Projeto Rondon e do CRUTAC, evidenciando como foram instrumentalizados como uma forma de repressão estudantil durante o Governo Militar. Ela problematiza ainda como se dava o retorno desses alunos à academia, após se encontrarem temporariamente afastados da sala de aula para participarem em ações nas comunidades distantes e carentes. Mostra como havia dificuldade por parte dos docentes para assimilar, na sala de aula, a contribuição dos conhecimentos práticos adquiridos pelo aluno no contato direto com a realidade social, uma vez que acabavam

trazendo para a aula questões desconhecidas aos professores (NOGUEIRA, 2001, p. 57-72).

Não se pode desprezar a influência que tiveram, em sua época, sobre os sujeitos que praticavam a incipiente extensão universitária, as reflexões de Paulo Freire (1977) relativas à extensão, mesmo que não tivessem como foco a universidade mas a extensão rural, e apesar de seu pensamento social estar na contramão do regime. Sua obra está dividida em três capítulos. No primeiro, trata das origens do termo “extensão”; no segundo, abordou a invasão cultural que acontecia no meio rural em razão da metodologia que era usada na extensão, aproveitando para refletir sobre a reforma agrária; no último, procurou definir o papel do agrônomo como educador. Freire traçava um paralelo entre a relação professor/aluno e a relação agrônomo/camponês, tema que girava em torno oposição entre “posse do conhecimento” e “troca de saberes”, troca cuja ausência ele denunciava no modo com que a extensão era praticada. O autor expunha a falta de diálogo e o sentimento de superioridade do detentor do conhecimento. Ele apontava que, na verdade, todos estavam suscetíveis a influências externas. Freire criticava a extensão como uma relação em que, de um lado, prevaleceria a mera transmissão do conhecimento, e, de outro, a simples aceitação de quem recebe esse conhecimento. Segundo Freire (1977), o saber técnico-científico não poderia sobrepujar a prática, pois, para ele, a troca de conhecimento seria o que faz a extensão efetiva. O conhecimento, ressaltava ele, não é só o que está escrito nos livros, mas está também nessa relação que se estabelece entre os homens. Na obra “Extensão ou Comunicação”, Freire referia-se às atividades de extensão caracterizadas no meio rural e não à extensão universitária, e abordava a dificuldade que tinham no meio rural, em um contexto em que existia miséria, analfabetismo e desconhecimento, de inserir o estímulo para que esses fossem os sujeitos da sua história. Essas ideias estavam presentes entre aqueles que praticavam extensão na transição do regime autoritário para o período democrático.

A universidade criou os meios de aproximação entre a população utilizando-se de ações e de metodologias adequadas para a interação entre a academia e a cultura popular. Desta forma, a extensão pode ser universitária no meio rural sendo “comunicação educadora”, o que faz desse meio um espaço adequado para o desenvolvimento educacional concomitante com os espaços de ensino já tidos como tradicionais. Vale destacar que os objetivos das duas se diferenciam em alguns pontos

explícitos e políticos. As atividades de extensão fomentam o assistencialismo e interesses particulares, enquanto a extensão universitária fomenta o saber e a troca de conhecimento, sendo uma prática acadêmica interligando o ensino e a pesquisa.

Faço agora um breve relato do que é dissertado nos capítulos I, II e III. Iniciamos no ano de 1969, porque a UFPel foi fundada em agosto deste ano. O recorte cronológico encerra no ano de 1992, quando do final da gestão que criou a Pró-Reitoria de Extensão e Cultura, momento em que alguns órgãos fundacionais da extensão foram absorvidos pelos novos departamentos então criados. Com base nessa realidade, dividimos o trabalho em três capítulos e neles dissertamos conforme segue abaixo.

No primeiro capítulo percorremos os movimentos políticos e sociais, aqueles de importância para a efetivação da extensão universitária no Brasil. Tratamos da importância das ações extensionistas como elo entre o ensino e a pesquisa, formando o tripé sobre o qual se assentam as bases estruturais da moderna universidade. Esse capítulo é de contextualização, apreciação teórico-conceitual e revisão bibliográfica, a fim de entendermos os diversos momentos históricos relevantes e que tiveram reflexo no contexto local, a fim de podermos vislumbrar, nas falas de nossos colaboradores (fontes orais), imagens da História da Extensão da UFPel.

No segundo capítulo, dissertamos sobre a extensão universitária na instituição, dos primórdios da atuação da UFPel como instituição de ensino superior até a criação da Pró-Reitoria de Extensão - PRE, em 1977. Ao falarmos em extensão na instituição, buscamos também seus antecedentes, pois parte da extensão foi herdada dos órgãos preexistentes que se aglutinaram para a fundação da UFPel. Nessa fase, buscamos os programas principais, as ações voltadas às comunidades. Nesse capítulo trazemos entrevistas (a nós cedidas) e depoimentos (publicados) de servidores que participaram daquele cenário de desenvolvimento da extensão na UFPel.

O terceiro capítulo traz a extensão universitária praticada a partir da criação da PRE em 1977, estendendo-se até 1992, quando ocorre uma impactante reestruturação administrativa da extensão, no âmbito da criação da Pró-Reitoria de Extensão e Cultura (PREC). Nessa fase, teve papel fundamental a perspectiva proporcionada pela História oral, posto que parte expressiva da documentação referente a estas ações e seus princípios não se encontra preservada ou disponível. Colher depoimentos orais é um grande desafio, porém, se estimularmos os depoentes

a narrarem suas lembranças de fatos do passado, esses fatos podem ser reavivados, da perspectiva de sua subjetividade e do lugar que ocuparam no processo institucional. A história do tempo presente, quando narrada sob as mesmas referências, pode levar o historiador a superar a descontinuidades no tempo contado. Segundo Roger Chartier (2006, p. 216), “[...] para suscitar questões, a memória também se apresenta como uma necessidade de buscar, no passado, dados que possam embasar o tempo e construir o presente através da teoria”.

Finalmente, iniciamos, no momento, passo a passo, a costurar um tecido interpretativo sustentado no cotejamento entre historiografia, depoimentos orais e documentos oficiais. Dissertamos sobre o período que se estende até 1992, ano final da gestão Schlee/Gigante, que alterou o ente administrativo, criando a Pró-Reitoria de Extensão e Cultura (PREC). Neste momento, ocorreram diversas e profundas alterações, estruturais e metodológicas, nas práticas e políticas institucionais de extensão.

Abordamos estruturas organizacionais, programas institucionais permanentes (ao menos, de longo prazo) e ações de extensão executadas ao longo do período estudado, sob a ótica oficial das gestões que administraram a UFPel no período, seja do ponto de vista dos pró-reitores e servidores de cada período, seja do ponto de vista constante em documentos institucionais impressos. Buscamos, na visão desses, qual e como foi o papel social da extensão, ao longo de todo o funcionamento da PRE e do primeiro ano da PREC, visão urdida na situação prática de terem sido incumbidos da função de gestores, e, assim, atuantes nas práxis extensionista da Universidade Federal de Pelotas.

2 Capítulo I – Extensão Universitária: Uma História Nacional, Política e Social

A pesquisa busca no presente capítulo os acontecimentos Sociais e Políticos Nacionais que repercutiram no desenvolvimento da Extensão Universitária do Brasil, observando-se aspectos variados, de seu histórico em movimentos culturais e políticos que a influenciaram.

2.1 A extensão no Ensino Superior brasileiro: origens do conceito e do princípio legal

O termo Extensão surgiu no ano de 1931, no primeiro Estatuto das Universidades Brasileiras, através do Decreto¹ nº 19.851, de 11 de abril de 1931. Este decreto dispõe sobre o ensino superior no Brasil, assinado pelo Presidente da República Getúlio Vargas² e por Francisco Campos³, Ministro da Educação e Saúde Pública, sendo publicado no Diário Oficial de 15/04/1931. Na Lei, o Art. 23, entre outras atribuições, constitui como sendo atribuições do Conselho Universitário organizar, de acordo com proposta dos institutos da universidade, os cursos e conferências de extensão universitária. No Art. 35, a lei diz que nos institutos de ensino profissional superior serão realizados, entre outras atividades, cursos de extensão universitária destinados a prolongar, em benefício coletivo, a atividade técnica e científica dos institutos universitários. O Art. 42 determina que a extensão universitária será efetivada por meio de cursos e conferências de caráter educacional ou utilitário, uns e outros organizados pelos diversos institutos da universidade, com prévia autorização do conselho universitário. O parágrafo primeiro desse artigo define que os cursos e conferências destinam-se principalmente à difusão de conhecimentos úteis à vida individual ou coletiva, à solução de problemas sociais ou à propagação de

¹ Decreto nº 19.851 que dispõe sobre o ensino superior no Brasil. Pode ser acessado na página: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-19851-11-abril-1931-505837-publicacaooriginal-1-pe.html>.

² Getúlio Dornelles Vargas. Tomou posse com a Revolução de 1930, quando se tornou chefe de governo provisório de 03/11/1930 a 20/07/1934. De 20/07/1934 a 29/10/1945 e de 31/01/1951 até 24/08/1954 seu suicídio. Pode ser acessado na página: http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/Jango/biografias/getulio_vargas.

³ Francisco Campos, primeiro Ministro da Educação. Ministério criado no Brasil em 14 de novembro de 1930 com o nome de Ministério da Educação e Saúde Pública. Sua nomeação foi uma compensação do governo federal a Minas pela participação na Revolução de 1930. Pode ser acessado na página: <http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas1/anos30-37/IntelectuaisEstado/MinisterioEducacao>.

ideias e princípios que salvaguardem os altos interesses nacionais. O parágrafo segundo diz que estes cursos e conferências poderão ser realizados por qualquer instituto universitário em outros institutos de ensino técnico ou superior, de ensino secundário ou primário ou em condições que os façam acessíveis ao grande público. O Art. 43 define que os cursos normais dos institutos universitários serão realizados em períodos letivos e terão a duração fixada nos regulamentos respectivos e que os demais cursos terão duração e funcionamento regulados em instruções dos Conselhos técnico-administrativos ou do Conselho Universitário. O Art. 109 diz respeito à extensão universitária como sendo a difusão de conhecimentos filosóficos, artísticos, literários e científicos, em benefício do aperfeiçoamento individual e coletivo. E de acordo com os fins referidos, a extensão universitária será realizada por meio de cursos intra e extra universitários, de conferências de propaganda e ainda de demonstrações práticas que se façam indicadas. Caberá ao Conselho Universitário, em entendimento com os conselhos técnico-administrativos dos diversos institutos, efetivar pelos meios convenientes a extensão universitária.

2.2. As práticas extensionistas, da UNE à Ditadura Civil-Militar

Parece-nos de grande importância uma pequena reflexão referente à União Nacional de Estudantes (UNE)⁴ para podermos contextualizar alguns temas tratados na sequência do capítulo:

Em 1962, a UNE lançou um projeto ousado, a mobilização a partir de caravanas que rodariam o Brasil. A primeira delas, que aconteceu naquele ano, foi a UNE Volante, que, em conjunto com o Centro Popular de Cultura (CPC) da UNE, contribuiu para consolidar a dimensão nacional da entidade em todo o território do Brasil. Durante dois meses, a UNE foi ao encontro de estudantes de várias partes do país para debater a necessidade das reformas e entender a realidade brasileira com seus contrastes e potencialidades. A primeira ação da ditadura militar brasileira ao tomar o poder em 1964 e depor o presidente João Goulart foi metralhar, invadir e incendiar a sede da UNE, na Praia do Flamengo 132, na fatídica noite de 30 de março para 1º de abril. Ficava clara a dimensão do incômodo que os militares e conservadores sentiam em relação à entidade. [...] as universidades eram vigiadas, intelectuais e artistas reprimidos, o Brasil escurecia [...] (História da UNE, 2011).

⁴ União Nacional de Estudantes. Pode ser acessada na página: <https://www.une.org.br/2011/09/historia-da-une/>

O destaque dado por Roberto Mauro Gurgel ao trabalho da União Nacional de Estudantes está na preparação de documentos para a Reforma Universitária. Foram vários encontros que geraram diversos documentos, tais como: o Relatório do Segundo Seminário de Estudos do Nordeste (1961) e a Declaração da Bahia (1961), que teve um caráter nacional, com lideranças universitárias do país todo. O Relatório do Primeiro Encontro Universitário da Região Sul (1961) destacava a Extensão Universitária como uma função que deveria atingir todas as camadas do povo. Muitos encontros foram realizados pela UNE, tais como o Seminário de Curitiba (1962), que resultou na Carta do Paraná, retomando aspectos anteriormente discutidos em outros encontros, mas trazendo a participação maior dos estudantes, já assegurada pela Lei de Diretrizes e Bases (LDB)⁵. Em 1962 foi realizado o 3º Seminário de Reforma Universitária em Belo Horizonte, que reafirmou as posições anteriores, trazendo à discussão questões políticas nacionais e internacionais. Sobre as ideias da UNE com relação à Reforma Universitária, Gurgel coloca: “as propostas de Reforma Universitária apresentada pela UNE, não deveriam ser um mero retoque de fachada” (GURGEL, 1998, p. 49), mas deveriam inserir-se em um “momento de um processo mais vasto que é a revolução brasileira”, de modo que a universidade devia transformar-se em fator de impulso à revolução social.

A UNE prosseguiu com sua luta em prol da Reforma Universitária até o ano de 1964 (GURGEL, 1986, p. 47-54). A partir daí, passou à clandestinidade e posteriormente por um momento de desagregação. A temática da Reforma Universitária, contudo, manteve-se na agenda e foi mais tarde apropriada pelo governo ditatorial:

A Extensão Universitária nos anos de 1960 ganha, durante o período da ditadura civil militar, maior visibilidade e projeção quando passa a fazer parte de uma política nacional, que lhe atribui novas concepções e práticas e conseqüentemente novas representações. [...] a movimentação de grupos que estavam atuando junto à população em geral, desenvolvendo ações em diversas regiões do país [...]. Os índices de pobreza no Brasil eram um campo fértil para a realização de projetos com a população menos favorecida [...] ações que nem sempre fossem ligadas direta e oficialmente às universidades, mas algumas delas envolviam estudantes e professores universitários (MICHELOTTO, 1999, p. 71).

⁵ A primeira LDB foi promulgada em 20/12/1961 (LDB 4024/61), publicada no DOU de 27/12/1961 e retificada no DOU de 28/12/1961. João Goulart fixava as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Em 1996, a LDB 9394/96 reafirma o direito à educação, garantido pela Constituição Federal. Pode ser acessada na página: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1960-1969/lei-4024-20-dezembro-1961-353722-publicacaooriginal-1-pl.html>

O Governo Militar encontra como alternativa, para incorporar essas ações às suas atividades, responsabilizar as universidades pelo atendimento comunitário, direcionando as ações dos estudantes de forma a ter o controle e a ordem do país. O serviço comunitário passou a permear a Extensão Universitária, difundindo a cultura e o saber.

Ana Luiza Souza (2000) vincula as atividades extensionistas até 1964 unicamente aos movimentos estudantis e afirma que:

[...] até o golpe de 1964, as Instituições de Ensino Superior, no que diz respeito à extensão, mantiveram-se à margem de qualquer concepção original, e, portanto, as atividades registradas atêm-se àquelas listadas no primeiro estatuto. [...] foi um momento em que as universidades serviram explicitamente aos interesses governamentais, sem a digestão dessas ideias dentro de seu próprio organismo. Com a criação da UNE, em 1937, até o golpe de 1964, o que se pode reconhecer como novidade nas atividades extensionistas das universidades estará sempre ligado ao Movimento Estudantil (SOUZA, 2000, p. 90).

A União Nacional de Estudantes incentivava a participação dos estudantes de forma voluntária nas ações de atendimento às comunidades carentes. Nogueira (2001) nos relata que:

A União Nacional de Estudantes - UNE tinha uma proposta de atuação no sentido de levar o estudante a participar da vida social das comunidades, propiciando a troca de experiências entre estudantes de áreas profissionais afins, e realizava ações de atendimento à comunidade carente. Sua maior contribuição foi a metodologia de trabalho utilizada, que possibilitava a reflexão sobre as ações realizadas (NOGUEIRA, 2001, p. 59).

Estes princípios apregoados pela UNE foram assimilados pelos estudantes engajados politicamente, tanto que os discentes que atuavam nas comunidades em atividades sociais também participavam de movimentos estudantis. Esses movimentos, neste momento, tinham a intenção de combater o Regime Militar. Tal movimento era expressivo na medida em que se tornava organizado, aumentando a capacidade de mobilização, mas ao mesmo tempo enfrentando repressão. O governo, por sua vez, usou também a estratégia de se apropriar, sob seu controle, dos objetivos da extensão universitária, de modo a realizá-la de forma tutelada e ao mesmo tempo enfraquecendo o movimento. A esse respeito, vale destacar o entendimento de Nogueira (2001).

[...] o governo se empenhava em sufocar o movimento estudantil. As iniciativas [...] podem ser entendidas como estratégias para envolver o estudante universitário em ações sociais nas comunidades carentes, sob a tutela do governo militar (NOGUEIRA, 2001, p. 60).

Importante ressaltar, para concluir este ponto, que até 1964, conforme Souza (2000), as Instituições de Ensino Superior (IES) não tiveram uma prática extensionista que fizesse frente às atividades voluntárias dos discentes, motivados pela UNE. Neste mesmo, após o Golpe Civil-Militar de 31 de março, a UNE foi colocada na clandestinidade e o governo militar estabeleceu que as universidades devessem atuar na extensão, mas agora sob o comando e tutela do Estado.

2.3 A Reforma Universitária e os artigos que tratam da Extensão Universitária.

Todo o movimento a favor da Reforma Universitária influenciou para que esta acontecesse em 1968, mas agora sob o enfoque desejado pelo governo militar. O Congresso Nacional aprovou a Reforma Universitária, pela Lei⁶ n° 5.540, assinada em Brasília, em 28 de novembro de 1968, pelo então Presidente da República Arthur da Costa e Silva⁷ e pelo Ministro da Educação, Tarso Dutra⁸, publicada no Diário Oficial da União - Seção 1 - 29/11/1968, página 10369. A Lei n° 5.540 fixou normas de organização e funcionamento do Ensino Superior, de sorte que a Extensão Universitária surge agora institucionalizada com essa lei, a qual a torna obrigatória em todas as IES.

Observamos que o artigo segundo desta Lei estabelece que o ensino superior deva ser indissociável da pesquisa, ministrado em universidades ou em estabelecimentos isolados, organizados como instituições de direito público ou privado. Notamos neste artigo que não se fala em extensão; porém, mais adiante, no artigo vigésimo, não de forma direta, mas subtendido, encontramos alguns sinais quando lemos: “As universidades e os estabelecimentos isolados de ensino superior estenderão à comunidade, sob forma de cursos e serviços especiais, as atividades de ensino e os resultados da pesquisa que lhes são inerentes” (Lei n° 5.540).

⁶ Fixa normas de organização e funcionamento do ensino superior e sua articulação com a escola média, e dá outras providências (Lei n° 5.540). Conhecida como: Reforma Universitária.

⁷ Arthur da Costa e Silva, Presidente do Brasil de 15/3/1967 a 31/8/1969. Empossado em 15 de março de 1967. Em agosto de 1969, Costa e Silva sofreu uma trombose cerebral e foi afastado do cargo, sendo substituído por uma junta militar. Faleceu no Rio de Janeiro, em 17 de dezembro de 1969. Pode ser acessado na página: <https://educacao.uol.com.br/biografias/arthur-da-costa-e-silva.jhtm>.

⁸ Tarso de Moraes Dutra, Ministro da Educação de 15 de março a 30 de outubro de 1969.

Destacamos os artigos décimo sétimo, vigésimo e quadragésimo da desta lei, que tratam da Extensão Universitária. Os artigos décimo sétimo e o vigésimo dizem respeito a cursos a serem ministrados nas Universidades:

Art. 17. Nas universidades e nos estabelecimentos isolados de ensino superior poderão ser ministradas as seguintes modalidades de cursos: a) de graduação, abertos à matrícula de candidatos que hajam concluído o ciclo colegial ou equivalente e tenham sido classificados em concurso vestibular; b) de pós-graduação, abertos à matrícula de candidatos diplomados em curso de graduação que preencham as condições prescritas em cada caso; c) de especialização e aperfeiçoamento, abertos à matrícula de candidatos diplomados em cursos de graduação ou que apresentem títulos equivalente; d) de extensão e outros, abertos a candidatos que satisfaçam os requisitos exigidos. Art. 20. As universidades e os estabelecimentos isolados de ensino superior estenderão à comunidade, sob forma de cursos e serviços especiais, as atividades de ensino e os resultados da pesquisa que lhes são inerentes. (Lei nº 5.540).

O artigo quadragésimo traz a concepção de Extensão Universitária voltada ao serviço comunitário:

Art. 40. As instituições de ensino superior por meio de suas atividades de extensão proporcionarão aos corpos discentes oportunidades de participação em programas de melhoria das condições de vida da comunidade e no processo geral do desenvolvimento; assegurarão ao corpo discente, meios para a realização dos programas culturais, artísticos, cívicos e desportivos; estimularão as atividades de educação cívica e de desportos, mantendo, para o cumprimento desta norma, orientação adequada e instalações especiais; estimularão as atividades que visem à formação cívica, considerada indispensável à criação de uma consciência de direitos e deveres do cidadão e do profissional (Lei nº 5.540).

Ao lermos o artigo vigésimo quinto, encontramos uma complementação ao artigo décimo sétimo, em que diz que: “os cursos de especialização, aperfeiçoamento, extensão e outros serão ministrados de acordo com os planos traçados e aprovados pelas universidades e pelos estabelecimentos isolados”.

Entende Gurgel que o vigésimo quinto artigo traz:

[..] uma abertura dentro do sistema de controle nacional e um apelo à criatividade das universidades, mas a falta de vivência da autonomia acadêmica fez com que os cursos de extensão pouco diferissem de universidade para universidade (GURGEL, 1986, p. 85).

2.4 Centro Rural de Treinamento e Ação Comunitária (CRUTAC)

A História da Universidade Brasileira a partir de 1964 passa por um período difícil, pois o Estado assumiu o papel repressivo e autoritário e atinge a comunidade

universitária violentamente, visto que o novo governo defendia ações de transformação da sociedade no sentido das exigências da racionalidade capitalista, fixando assim novos rumos ao processo de produção e distribuição do conhecimento (GURGEL, 1986). Para Paiva, os diferentes pontos de vista sobre a Extensão Universitária são frutos da própria construção da História da Educação no Brasil, decorrentes dos movimentos históricos do país e das políticas educacionais. (Paiva, 1985).

Essa nova abordagem da educação superior se consolida em 1968 com a lei da Reforma Universitária. A partir da Lei nº 5.540, novos mecanismos foram gerados para apoio ao trabalho das universidades, surgindo organismos de apoio à Extensão Universitária. Na década de sessenta, foi criado o Centro Rural de Treinamento e Ação Comunitária (CRUTAC), já sinalizando para estas novas políticas. O escopo oficial do CRUTAC era trabalhar pela melhoria das condições de vida da população rural. Paralelamente, implantou-se também o Projeto Rondon, que proporcionava espaços para a atuação de estudantes e docentes junto às comunidades rurais buscando a integração nacional. O primeiro CRUTAC foi criado na Universidade Federal do Rio Grande do Norte (então UFRG, atual UFRN), pelo Reitor e professor Onofre Lopes, através da Resolução do Conselho Universitário nº 57/65, em 28 de dezembro de 1965. O CRUTAC objetivava o treinamento, nas áreas rurais, de estudantes de semestres finais de cursos de graduação das universidades brasileiras. Foi um programa que visava à interiorização da universidade.

O professor Reitor da Universidade do Rio Grande do Norte, Dr. Onofre Lopes, apresentando o trabalho dele como experiência que iniciou em 1965 na UFRN, conseguiu estimular que o MEC criasse o que se chamou CINCRUTAC, Comissão Nacional Institucionalizada do CRUTAC no Brasil. Proporcionando que cada universidade criasse o seu CRUTAC (Centro Rural Universitário de Treinamento e Ação Comunitária). Iniciou por parte do Ministério da Agricultura e da Educação uma nova visão do que era extensão, inclusive estimularam as universidades a se organizarem para uma extensão universitária mais comprometida com a sociedade, ou seja, começou a surgir o compromisso social da universidade frente à comunidade onde ela esta inserida. Seminários e congressos começaram a ser coordenados pelo Ministério da Agricultura, foram criados Departamentos de apoio à Extensão Rural (ROCHA, 2017, p. 492-495).

O governo decide criar o CRUTAC em um momento em que o movimento estudantil, que aos poucos era jogado em grande medida na clandestinidade, incluía a ação junto às comunidades como uma de suas estratégias de mobilização discente e atuação transformadora junto à sociedade. Para Nogueira (2001) a criação do

CRUTAC constitui-se em uma das estratégias para enfraquecer a oposição estudantil, ao institucionalizar e apropriar-se desta relação da universidade com as comunidades carentes que demandavam a atenção e assistência da universidade.

Assim, os Ministros da Marinha de Guerra, do Exército e da Aeronáutica Militar, usando das atribuições que lhes conferem o artigo 1º do Ato Institucional nº 12, de 31 de agosto de 1969, combinado com o § 1º do artigo 2º do Ato Institucional nº 5, de 13 de dezembro de 1968, criam, através do o Decreto⁹-Lei nº 916 de 7 de outubro de 1969, a Comissão Incentivadora dos Centros Rurais Universitários de Treinamento e Ação Comunitária, CINCRUTAC.

O Decreto-Lei nº 916, em seu artigo primeiro, remete-nos às finalidades da Comissão Incentivadora dos Centros Rurais Universitários de Treinamento e Ação Comunitária (CINCRUTAC) como sendo a de propiciar condições (inclusive materiais e técnicas) para implantação nas universidades brasileiras de programas que visavam ajustar a ação governamental às necessidades das populações interioranas, mediante o trabalho associado e integrado das universidades junto aos demais órgãos e serviços da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios e de entidades privadas. Buscava-se assim encaminhar, com a extensão dos serviços universitários às áreas interioranas, através dos cursos específicos de cada unidade, a realização de atividades básicas que conduzissem a promoção do homem, ao desenvolvimento econômico-social do país e à segurança nacional. Um terceiro objetivo seria promover o treinamento rural dos estudantes universitários, em períodos de estágios, no exercício das atividades específicas dos respectivos currículos; proporcionar aos estudantes estagiários, com o assessoramento de professores e técnicos, as condições necessárias ao estudo e solução dos diversos problemas da comunidade, mediante à adequação do exercício profissional às peculiaridades do meio. Finalmente, para sua viabilização, previa ainda proceder ao levantamento de recursos financeiros da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, a serem aplicados em projetos específicos (Decreto-Lei Nº 916, de 7 de outubro de 1969).

O artigo segundo do Decreto-Lei Nº 916, de 7 de outubro de 1969, define a constituição administrativa da Comissão, tendo como Presidente o Ministro da

⁹ Decreto-Lei Nº 916, de 7 de outubro de 1969. Pode ser acessada na página: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1960-1969/decreto-lei-916-7-outubro-1969-375250-publicacaooriginal-1-pe.html>.

Educação e Cultura e formada ainda por diferentes cargos de representação dos seguintes ministérios: Ministério do Interior, Ministério da Agricultura, Ministério da Saúde, Ministério do Trabalho e Previdência Social e Ministério do Planejamento e Coordenação Geral. O parágrafo primeiro determina que haveria o prazo de trinta dias, a contar a partir da publicação do Decreto-lei, para que os ministérios interessados indicassem os representantes e que o Ministro da Educação e Cultura instalasse a Comissão. O MEC deveria designar um dos membros da Comissão para a função de coordenador e executor das deliberações da CINCRUTAC em tempo integral. A Comissão deveria solicitar a colaboração de órgãos especializados, quando necessário. O artigo terceiro tinha por objetivo criar um Fundo Especial de natureza contábil, cujo destino era atender despesas com as atividades da CINCRUTAC, então constituído por dotações consignadas no Orçamento Geral da União, créditos adicionais abertos em seu favor, doações, legados e contribuições de qualquer origem, juros de depósitos bancários, entre outras rendas. O artigo quarto definia que os recursos da CINCRUTAC deveriam ser creditados em conta especial do Banco do Brasil S.A. e seriam geridos pela CINCRUTAC. O artigo quinto dizia que o CINCRUTAC poderia requisitar, na forma da lei, servidores da Administração Pública Federal para atender aos seus serviços administrativos. Poderia remunerar a execução de serviços de natureza técnica e os que se fizessem necessários, desde que existissem recursos disponíveis, de acordo com as normas legais. No artigo sexto estipulou que, para fins de uniformidade, as universidades que implantassem o programa deveriam manter a sigla CRUTAC (Centro Rural Universitário de Treinamento e Ação Comunitária), seguida da abreviatura da unidade federativa correspondente. O artigo oitavo colocava a encargo da Comissão as condições mediante as quais as universidades poderiam candidatar-se à assistência técnica e ao auxílio financeiro para a instalação e manutenção do CRUTAC, enquanto o artigo nono dava autonomia a cada universidade para organizar e dirigir o seu respectivo CRUTAC, de acordo com as suas peculiaridades, atendendo ao princípio do trabalho associado definido no Decreto-Lei. O decreto definia ainda que as comunidades também deviam participar de forma integrada nas diversas atividades, contribuindo com recursos materiais, humanos e financeiros de modo assegurar a uniformidade do Programa (Decreto-Lei Nº 916, de 7 de outubro de 1969).

No livro do “CRUTAC e CINCRUTAC – Treinamento Rural Universitário, Prestação de Serviço à Comunidade (1972)”, o Reitor da Universidade Federal do Rio

Grande do Norte, Onofre Lopes, destaca a importância do olhar para o povo e para as diversas culturas:

O povo brasileiro vive num complexo sociológico cronicamente originário de causas diversas. A extensão geográfica, a diversidade do clima e do solo articula-se com os desníveis culturais do Norte, do Nordeste, do Centro e do Sul. [...] São causas profundas do atraso crônico que fazem certas regiões do Brasil áreas mudas no rumor do progresso [...]. As doenças, as endemias, as infecções, o alcoolismo, a criminalidade, a apatia, as superstições precisam ser combatidas em toda a extensão de suas causas, com decisão, determinação e esforço comum. [...] a luta pertence a todos, aos órgãos de administração federal, estadual e municipal, às entidades privadas, aos líderes, aos educadores, aos homens de pensamento, às universidades (LOPES, 1972, p. 5-8).

Para Lopes, o programa que visava à interiorização da universidade contribuiu de forma expressiva para a extensão universitária no Brasil. Tinha como objetivo o treinamento, nas áreas rurais, de estudantes em conclusão dos cursos de graduação das universidades brasileiras. Lopes destaca a projeção do CRUTAC e a expectativa em relação aos jovens das universidades:

O CRUTAC “foi inspirado no sincero desejo de constituir-se em unidade de trabalho de jovens universitários a serviço da promoção do homem rural e do desenvolvimento integrado da nação”. E, como “os jovens universitários serão os futuros dirigentes da nação”, precisavam desde cedo se encaminhar para os nossos problemas, na totalidade de sua extensão, e por eles se sensibilizarem para as necessárias soluções (LOPES, 1972, p. 9).

O Projeto CRUTAC ganha força ao colaborar no combate à pobreza, primeiro na região nordeste e depois nas demais regiões do país. Os objetivos principais do CRUTAC eram o treinamento rural universitário e conseqüentemente a prestação de serviços às comunidades. O programa foi planejado de forma a contemplar concluintes de cursos de toda universidade. Segundo o Lopes:

[...] na etapa final dos currículos correspondentes e no período dedicado a estágio, terão oportunidade de contato e vivência com o meio rural, suas peculiaridades e dificuldades, dando-lhes as melhores soluções. O programa oferece assim, a esses estagiários, ensejo de exercitarem o seu poder de iniciativa e improvisação. Dentro das exigências técnicas, a tudo é dado um sentido prático, tendo em vista ampliar a capacidade do futuro profissional e adapta-lo às contingências e realidades do meio. [...] o jovem profissional habituado às facilidades dos centros de ensino, torna-se fora do meio em que foi formado, notadamente no interior, inteiramente indeciso, desorientado e desencorajado, quando, no exercício da profissão, se depara com problemas que, mesmo simples, exigem soluções adequadas e com urgência. É um profissional com a sensação de incapacidade, pelo seu desajustamento ao meio. Meio sem recursos, de pobreza generalizada, de carência de tudo quanto é elementar na vida, feito soma de todos os fatores de desestímulo e

desencorajamento. Não há condições mínimas para um jovem de formação universitária permanecer. Resulta, como consequência lógica, a sua fuga para centros de maiores possibilidades (LOPES, 1972, p. 9 -10).

Para Lopes, a extensão universitária não deveria se limitar a cursos de especialização ou de aperfeiçoamento, mas sim ultrapassar as muralhas da universidade com a participação da universidade na prestação de serviços as comunidades. A universidade deveria visar a relação homem/sociedade, integrando a pessoa na complexidade do meio social/econômico. A maior e melhor participação das universidades nos processos desenvolvimentistas e de aparelhamento técnico, científico, poria, propugnava-se, esse conhecimento tecnológico a serviço do homem e da coletividade. Idealizava-se que representaria a universidade levando o conhecimento e dando ao homem a consciência de qual é o seu lugar na sociedade. A proposta era estimular o trabalho e o aproveitamento de matérias primas. Dessa forma, pensava Lopes também em estimular o mercado de trabalho e a criação de novas profissões.

Conforme o texto de Lopes, o ser humano seria o grande objetivo da ação do CRUTAC, pois a base desse desenvolvimento estaria voltada para ele. Lopes acreditava que ações isoladas resolveriam os problemas mais difíceis, como as necessidades de atendimento à saúde e o conhecimento, e que estas deveriam vir primeiro.

Mesmo dada toda ênfase a infraestrutura, à industrialização, à agropecuária e outras atividades, não teremos desenvolvimento rápido e uniforme se o homem não é educado, não é sadio, não tem consciência dos seus direitos e deveres, não tem capacidade operacional para o trabalho especializado (LOPES, 1972. p. 11-15).

Conforme Souza (2000), essa política vai resultar na formação inclusive de novos campi, com o objetivo de levar a universidades a populações mais distantes dos grandes centros:

A extensão universitária realizava-se através de atividades de desenvolvimento de comunidades, realização de cursos por correspondência, cursos noturnos para a preparação de professores etc. Dessas experiências extensionistas, surgiram os campi fora das sedes das universidades, levando a uma regionalização da extensão (SOUZA, 2000, p. 88).

No entanto, com o passar do tempo, os críticos da política do governo militar para o Ensino Superior foram sistematizando seus argumentos contrários ao CRUTAC. O mesmo autor, assim, aponta, entre as críticas feitas ao CRUTAC, o seu caráter assistencialista, considerado por esses como um viés negativo:

Essas propostas de extensão rural e de extensão universitária, serão assumidas pelo governo militar pós-golpe de 1964 [...] as propostas são consideradas por muitos como meramente assistencialistas. A universidade prestava um serviço à população, mas com o intuito de apenas responder tecnicamente a determinadas necessidades. [...] o desafio continuava sendo do produtor rural, ele é que tinha a responsabilidade e o risco de cultivar a terra [...] não havia qualquer responsabilidade pessoal institucional. A questão da extensão não era orgânica, não pertencia ao corpo das instituições de ensino superior de forma institucional. [...] A extensão universitária existiu nesse período como tentativa das IES de trazerem modelos da Europa e da América do Norte e experimentá-los aqui (SOUZA, 2000, p. 88-89).

Outra limitação vista pelos críticos ao programa é o fato de que, segundo estes, os alunos voltariam aos seus locais de origem com novas visões que não seriam abordadas pelo professor em sala de aula.

Entretanto, não cabe uma leitura simplista, pois no programa conviviam limitações e importantes conquistas. Mesmo que tutelado pelo Estado, e assim a serviço de seus objetivos de controle, o contato que tinham com as comunidades fomentava, nos estudantes, um sentido de extensão.

Assim, havia o caráter assistencialista no programa; carecia também muitas vezes de um planejamento mais sistêmico de como, após o retorno das atividades extensionistas, realizar-se a incorporação nos cursos de graduação dos aprendizados adquiridos pelo jovem na prática, junto às comunidades. Mas não se pode negar que o programa tinha o alcance de semear no estudante a consciência social, mesmo que em algumas ocasiões não do modo que o governo gostaria. E, do ponto de vista dos interesses de sustentação do governo, pode-se igualmente apontar o papel da extensão universitária durante o regime. Para Nogueira (2001), tais mudanças tornam a extensão instrumento de expansão e consolidação do governo. Os projetos inseriram estudantes no interior do país. Esses estudantes realizariam um trabalho assistencial que competiria ao Estado, apoiando comunidades pobres. Os alunos, atuando nos locais carentes, passavam a imagem de governo preocupado com a população.

Na mesma época, outra iniciativa importante para o desenvolvimento daquilo que seria o campo de atuação extensionista das universidades foi a criação do Conselho de Reitores de Universidades Brasileiras, que propiciava a aproximação entre as universidades e, ao mesmo tempo, pensavam-se rumos da universidade no Brasil, inclusive o papel da extensão.

2.5 Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras (CRUB)

Na cidade de Salvador foi criado, em 30 de abril de 1966, o Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras (CRUB)¹⁰, com a participação de dezoito reitores, com a intenção de promover o intercâmbio e a cooperação entre as universidades brasileiras. O CRUB era a única entidade que congregava e representava todos os reitores e reitoras do Brasil. Foi formado para “articular e consolidar o Ensino Superior no Brasil; pensar estrategicamente o sistema universitário no seu todo e propor medidas para o seu pleno desenvolvimento; promover o intercâmbio e a cooperação entre todas as universidades”. E, neste âmbito, talvez a missão principal em que o CRUB se colocava era a de “levar a que todas as instituições de Educação Superior contribuíssem eficazmente para o desenvolvimento nacional” (SOUZA, 2000, p. 90-91).

Focados neste compromisso com o desenvolvimento nacional, a extensão entrou para a pauta de discussão e planejamentos destes reitores. Assim, mesmo que a criação do CRUB não tenha resultado de uma preocupação com a extensão, é importante reconhecer sua presença como um interlocutor esporádico das ideias das IES e, diante disso, tentar identificar suas interferências sobre a extensão universitária. A Extensão Universitária é apresentada pelo CRUB como a “projeção da universidade ao meio ou, como uma atitude de abertura da Instituição de Ensino Superior para a comunidade” (CASSIMIRO, 1983, p. 31).

Gurgel considera o protagonismo do CRUB como grande agente da institucionalização da extensão universitária no Brasil. Ele lembra que o conselho realizou encontros para abordar especificamente a Extensão Universitária, que foram importantes para o avanço desta dimensão da universidade brasileira. Exemplo disso, a XXII Reunião Plenária do CRUB, realizada em Maranhão de 29 a 31 de julho de 1976, foi a oportunidade em que ocorreu um debate em torno do conceito de extensão, chegando a defini-la como “o instrumento da íntima comunicação da universidade com a comunidade”, que visava a fazer “integrar a universidade com a comunidade”, e colocava em seu horizonte, como “função inerente à universidade”, a prestação de serviços e o treinamento, o que, na visão do CRUB, contribuiria para

¹⁰ Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras. Pode ser acessada na página: <http://www.crub.org.br/>

avançar no sentido de uma “universidade autônoma e integrada ao seu meio social” (GURGEL, 1989, p. 71).

O CRUB fez parte, assim, deste movimento que aproximou a universidade da população, idealizando-se como uma via de mão dupla. Começou-se a ver a universidade incorporando saberes das comunidades de forma que a extensão oferecesse conhecimentos para serem agregados na teoria e prática das universidades, no ensino e pesquisa, mas, ao mesmo tempo, as universidades deveriam oferecer treinamentos e prestação de serviços à sociedade.

Com o passar do tempo, o pensamento que se desenvolve deste diálogo promovido entre as cúpulas das universidades brasileiras vai escapar, progressivamente, ao controle e objetivos que o governo militar propusera inicialmente a este órgão, aquando de sua criação na década de 1960, de modo que o CRUB avançou em um compromisso com o país e com os direitos democráticos, incluindo em sua pauta a reivindicação pela autonomia universitária, vindo adiante a ocupar um lugar de destaque na cena da redemocratização, contribuindo no sentido de que “após uma longa e difícil travessia pelo regime militar, as universidades brasileiras cresceram em maturidade institucional, e firmaram-se como liderança nacional e tiveram voz decidida na constituinte” (SOUZA, 2000, p. 90-91).

É neste ambiente, em que pouco a pouco as lideranças universitárias incorporavam como missão a contribuição ao desenvolvimento do país e apoio às classes menos favorecidas e às regiões mais afastadas dos grandes centros, que foram concebidos outros programas, que vieram a se tornarem carros-chefes do extensionismo universitário nos anos 1960/1970: são estes o Projeto Rondon e os Campus Avançados.

2.6 O Projeto Rondon

Como exposto acima, o movimento estudantil, em meados da década de 60, atingiu tamanho nível de envolvimento com as comunidades que o regime, uma vez instalado, buscou formas de controlar as ações desses movimentos. A melhor forma foi se apropriar desta estratégia, aperfeiçoando-a segundo seus objetivos.

Um problema apontado é que, inicialmente, não houve envolvimento de professores da universidade nas atividades assistenciais, situação resultante da

prática extensionista promovida pela UNE. Para a institucionalização da extensão nas universidades, isto se configurava como um problema que se constatava no regresso dos alunos à sala de aula, como aponta Nogueira: “O retorno do estudante à Academia era, quase sempre, problemático, pois, ao reconhecer a realidade de regiões e as comunidades mais carentes, ele levava para as salas de aula questões muitas vezes desconhecidas dos professores” (2001, p. 61). Neste ponto, ainda conforme Nogueira, para se alcançar esta integração, tiveram papéis muito importantes dois novos programas, o Projeto Rondon e a criação do Programa Campus Avançado.

Assim, em julho de 1967, com uma ação piloto, o governo militar deu início ao Projeto Rondon, que levou estudantes universitários a vivenciar e participar de realidades brasileiras social e regionalmente variadas. Foi ao mesmo tempo uma maneira de aproximar estudantes universitários do regime, tomando para si uma atividade que anteriormente era um dos motes da UNE e que contribuía para o desenvolvimento de ideário social entre os estudantes.

Sousa, ao nos reportar ao início do programa, quando narra a participação de estudantes da Universidade Estadual de Goiás (UEG) e sua partida para Rondônia, aponta as contradições que lhe eram inerentes, por ser um programa com fins sociais conduzidos por um regime autoritário:

A primeira operação do Projeto Rondon, posteriormente denominada “Operação Zero”, teve lugar em julho de 1967, quando um grupo de trinta alunos, liderados por Wilson Choeri e coordenados por Omir Fontoura, deslocou-se para o território de Rondônia. O projeto surge na história brasileira em um período de crises e de tentativas de mudanças de rumo da nação. Essas mudanças estavam sendo dirigidas por um Estado não democrático, que pretendia manter sob controle todos os seus aparelhos (SOUSA, 2000, p. 61-63).

A *Operação Zero* está registrada em uma fotografia (Figura 1)¹¹ que mostra a equipe, formada por 30 universitários e dois professores de universidades do antigo Estado da Guanabara, na missão que teve a duração de 28 dias. A presença do professor indica já um aspecto deste novo modelo de ação social da universidade, preocupando-se em integrar discentes e docentes, diferentemente do extensionismo anteriormente praticado pelo movimento estudantil anterior ao Golpe de 64, que não incluía professores.

¹¹ Projeto Rondon (“Projeto Rondon, lição de vida e cidadania”). Nossa História. Pode ser acessado na página: <https://www.projektorondon.defesa.gov.br/portal/index/pagina/id/9718/area/C/module/default>.



Figura 1: Operação Zero em 1967

Fonte: <https://projektorondon.defesa.gov.br/portal/index/pagina/id/9718/area/C/module/default>

Após o retorno de Rondônia, os estudantes criaram um movimento universitário para dar continuidade ao trabalho em todas as regiões do país. O Projeto Rondon foi então oficialmente criado por meio do Decreto nº 62.927 de 28 de junho de 1968, que estabeleceu o denominado “Grupo de Trabalho Projeto Rondon”. Pouco adiante, conforme ideia do professor Wilson Choeri¹², foi institucionalizado em caráter permanente por intermédio do Decreto¹³ nº. 67.505, de 6 de novembro de 1970, instituído pelo chefe de Governo Militar, o presidente Emílio G. Médici¹⁴. O Decreto reformulou o “Grupo de Trabalho Projeto Rondon” e entre outras providências lhe assegurou autonomia administrativa, estando ligado ao Ministério do Interior.

Já em 1968, as atividades se estenderam ao Mato Grosso e à Amazônia, com a participação de 648 jovens. Dessa forma, criou-se a oportunidade de participação voluntária nos períodos de férias, com a finalidade de desenvolvimento das comunidades carentes de Rondônia. Alguns pilares da ideologia do regime

¹² Formado em Ciências Sociais e Estatística, dedicou sua vida ao campo educacional. Professor e vice-reitor da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), diretor-geral do Colégio Pedro II e criador do Projeto Rondon. Faleceu em 13 de agosto de 2013.

¹³Decreto nº. 67.505. Pode ser acessado na página: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L6310.htm.

¹⁴ Emílio Garrastazu Médici, bageense, presidente durante a ditadura militar, cargo assumido em outubro de 1969. Em 15 de março de 1974, transferiu o cargo para o general Geisel. Faleceu em outubro de 1985.

articulavam o projeto, tais como “integração do território nacional”, “desenvolvimentismo”, “moral e cívica” e “cidadania consciente”:

O Rondon propõe a si próprio influenciar a universidade para que tal sistema adeque-se às exigências do processo de desenvolvimento que se pretendia instaurar no país. Nasce fora da universidade, mas sua concepção iniciou-se a partir do I Seminário sobre Educação e Segurança Nacional, em outubro/novembro de 1966 no Rio de Janeiro. [...] O projeto assume o propósito explícito de promover a integração do território nacional [...] o exercício consciente da cidadania, com fundamento nos princípios que aprimoram o caráter e asseguram a prevalência dos valores espirituais e morais (SOUSA, 2000, p. 61-63).

Havia um conjunto de princípios norteadores do Projeto Rondon, que se inserem nos discursos legitimadores do governo de então, tais como: conhecimento da realidade nacional; participação da juventude no processo de desenvolvimento nacional; participação da universidade no desenvolvimento nacional; interiorização da universidade; prestação de serviços aos órgãos públicos; participação ativa e consciente da comunidade no processo de desenvolvimento; integração nacional; interiorização e fixação de mão de obra; adequação da profissão às realidades e exigências do mercado de trabalho.

Em 10 de agosto de 1967, “O GLOBO” publicava a matéria¹⁵ “Universitários do Projeto Rondon clamam por soluções”:

O principal entrevistado, criador daquele projeto de integração entre a universidade e os brasileiros de localidades distantes, o professor Wilson Choeri, relatava as preocupações dos estudantes que acabavam de voltar da primeira expedição, a Operação Zero, em Rondônia: eles ansiavam por ver aproveitados pelo governo seus relatórios sobre os problemas encontrados em campo, com o objetivo de saná-los. [...] “O Choeri foi o grande ideólogo, se bateu pelo projeto, e não foi fácil; mas conseguiu implementar. Creio que foi ele mesmo quem cunhou o slogan ‘Integrar para não entregar’, sobre a Amazônia” (Revista FEUC em Foco, 2013).

Gurgel salienta que o ano de 1968 foi marcado por movimentos entre governo e a sociedade civil:

[...] uma época de maior radicalização nas relações entre sociedade [...] especialmente no nível do movimento estudantil universitário [...] as prisões, as cassações introduziram no Panorama Universitário brasileiro uma nova postura educacional, fazendo com que o ensino se tornasse cada vez mais acrítico comprometendo inclusive a qualidade da educação no nível superior em seus conteúdos e métodos (GURGEL, 1998, p. 78).

¹⁵ Wilson Choeri: educador e empreendedor. Pode ser acessado na página: <http://www.feuc.br/revista/index.php/2013/09/wilson-choeri-educador-e-empreendedor/>

Para Souza, o Rondon era meramente uma forma de o governo repassar os ideais políticos da época, mas, ao mesmo tempo, contribuiu para a formação de uma estrutura inicial da extensão em muitas universidades, como segue:

A universidade ao se integrar ao Rondon, deixava de servir como instrumento ideológico para repassar a nova ordem política proposta. As atividades de extensão eram meros instrumentos para reforçar os planos governamentais de um estado autoritário. [...] pode-se reconhecer nele um embrião do processo de institucionalização das atividades de Extensão Universitária, uma vez que procurava tirar a universidade de dentro de si mesma e envolvê-la com a comunidade que a sustentava, não cabe mais uma vez relacionar as razões da criação do projeto nem sobre os interesses que estavam sendo atendidos, mas deve-se reconhecer que estava sendo concebida uma estrutura para direcionar as atividades de Extensão Universitária (SOUSA, 2000, p.69-70).

Os gestores das Universidades e os Oficiais Militares valorizavam a integração entre o quartel e academia, e viam nela o desenvolvimento socioeconômico e a Segurança Nacional. Vê-se neste aspecto como o Rondon, que articulava exército e academia, também estava imbuído de um espírito de época, o chamado *Zeistzeit*, no qual o componente militar era valorizado e influenciava várias instituições e práticas. Outras edições aconteceram contemplando estudantes de várias regiões do Brasil. Agrupamentos estudantis com transporte, alimentação e alojamento previsto pelas forças armadas eram enviados para diversas localidades carentes do Brasil (VERAS, 2017).

Aqui entra o sentido de complementaridade entre o Rondon, o CRUTAC e os Campi Avançados (que analisaremos a seguir), no sentido de integração do território nacional, território que se tornava espaço de crescente ação universitária extensionista. Neste contexto, Souza enfatiza que:

A universidade, através do Projeto Rondon, dos campi avançados e dos CRUTAC, buscava cumprir um papel social de atender as necessidades das comunidades carentes e, ao mesmo tempo, também se deixava servir aos propósitos governamentais de integração e desenvolvimento nacional, enquanto as questões relacionadas ao ensino ficavam em plano secundário. [...] neste período [...] o envolvimento das IES junto à extensão universitária só vai acontecer sob as cores ditadas pelo modelo governamental do país. Não há nenhuma prática ousada, que possa significar uma identificação com a turbulência anterior, provocada pelo movimento estudantil (SOUZA, 2000, p. 95-96).

O Projeto Rondon os Campi Avançados possibilitavam que as universidades realizassem atividades de extensão em larga escala. No período de sua atividade, envolvendo a estrutura do Governo, participaram mais de 350.000 universitários em

diversas regiões do País. O Projeto, em 15 de dezembro de 1975, foi transformado em Fundação Projeto Rondon, pela Lei¹⁶ nº 6.310, talvez marcando o término do processo de expansão institucional do Rondon na estrutura de governo.

A democratização do Estado e da sociedade brasileira após 1985 trouxe novos atores ao protagonismo, novas orientações às políticas públicas de educação, e novas concepções ao papel da extensão, com fortes críticas ao assistencialismo. Foi neste contexto que se deu o progressivo enfraquecimento até a extinção do Rondon, entre 1985 e 1988. A Medida Provisória nº 28/89, de janeiro de 1989, convertida na Lei¹⁷ 7.732, de 14 de fevereiro de 1989, extinguiu, no Art. 1º parágrafo II da referida lei, a Fundação Projeto Rondon.

No entanto, logo após a extinção do Projeto Rondon e, por conseguinte das políticas a ele vinculadas, antigos participantes destes projetos, chamados “rondonianos”, conscientes do papel que estes tiveram e ao mesmo tempo ainda vinculados em suas concepções às políticas anteriores, criaram em 1990 a Associação Nacional dos Rondonistas, uma Organização Não Governamental (ONG), mais recentemente qualificada pelo Ministério da Justiça como Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP). Este organismo celebrou convênios com vários ministérios para a execução de atividades específicas, denominadas de Operações Especiais do Projeto Rondon (Instituto Rondon de Minas)¹⁸, de certa forma antecipando o relançamento do projeto, que ocorrerá mais tarde, em outro contexto político, em 2003 (fora do enquadramento cronológico de nossa pesquisa), em iniciativa que será liderada pela UNE.

2.7 Os Campi Avançados

Não resta dúvida, porém, que o Rondon teve um grande papel para o desenvolvimento da extensão na universidade brasileira, abrindo “espaços em suas

¹⁶ Lei nº 6.310, de 15 de dezembro de 1975, autoriza a instituição da Fundação Projeto Rondon, e dá outras providências. Pode ser acessada na página: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L6310.htm.

¹⁷ Lei Nº7.732, de 14 de fevereiro de 1989. Pode ser acessada na página: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L7732.htm

¹⁸ Instituto Rondon de Minas. Pode ser acessado na página: <https://rondonminas.wordpress.com/quem-somos/historico/projeto-rondon-no-brasil>

operações nacionais, regionais e especiais, que permitiam às universidades o exercício de ações extensionistas, representando, portanto, um mecanismo de apoio a extensão universitária” (Gurgel, 1989 p. 120). O Rondon definiu-se pelo foco no desenvolvimento de comunidades, experiência que fomentou o surgimento de outros programas, que se operacionalizaram a partir do conceito de ação comunitária. É assim que surgiram então os Campi Avançados. Para Gurgel, os Campi Avançados vêm então a representar uma fase mais madura e sistematizada do Projeto Rondon:

Com os Campos avançados as possibilidades se ampliaram e as Universidades passaram a ser consideradas como coparticipantes. Os campi avançados contavam como estrutura de mobilização de estudantes nas universidades, os Grupos Tarefa Universitária (GTus), formados por representantes dos departamentos, que desenvolvem projetos na área de atuação. A nível local, contava-se com diretor executivo, que coordena as atividades desenvolvidas, e com o diretor-adjunto, que comanda o esquema de apoio administrativo. A supervisão das ações é feita por professores que se deslocam a regiões de atuação, por exigência da execução dos projetos (GURGEL, 1989, p. 120).

A proposta foi bem aceita e se propagou entre os dirigentes das IFES, de sorte que em apenas cinco anos foram criados vinte e dois Campi Avançados, sendo distribuídos conforme a tabela a seguir, elaborada por esta autora, a partir de dados constantes em Gurgel (1986, p. 121):

Relação dos Campi Avançados, ano de fundação, localidade e universidades responsáveis pelo programa.

| ANO | CAMPI AVANÇADO | UNIVERSIDADES RESPONSÁVEIS |
|------|----------------------|---|
| 1969 | Roraima | Universidade Federal de Santa Maria |
| | Tefé/ Amazonas | Universidade Federal de Juiz De Fora |
| | Parintins/ Amazonas | Universidade do Estado da Guanabara, depois Universidade Estadual do Rio de Janeiro |
| 1970 | Médio Araguaia/Goiás | Universidade de Brasília |
| 1971 | Rondônia | Universidade Federal do Rio Grande do Sul |
| | Rio Branco/Acre | Escolas Superiores da região de Ribeirão Preto/SP |
| | Cruzeiro do Sul/Acre | Universidade Estadual de Campinas |
| | Santarém/Pará | Universidade Federal de Santa Catarina |
| | Marabá/Pará | Universidade de São Paulo |
| | Altamira/Pará | Universidade Federal de Viçosa/Minas Gerais e Faculdades Isoladas do Estado de Minas. |
| 1972 | Irecê/Bahia | Universidade Mackenzie e escolas isoladas de São Paulo |

| ANO | CAMPI AVANÇADO | UNIVERSIDADES RESPONSÁVEIS |
|------|------------------------------------|---|
| | Picos/Piauí | Universidades Federal e Católica de Goiás e Escolas Isoladas do Estado de Goiás |
| | Humaitá/Amazonas | Universidade Estadual Júlio de Mesquita e Faculdades Isoladas de São Paulo |
| | Barreiras/Bahia | Universidade Federal de Minas Gerais |
| | Benjamin Constant/Amazonas | Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul |
| | Imperatriz/Maranhão | Universidade Federal do Paraná. |
| 1973 | Amapá | Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro e Escolas Isoladas do Pará |
| | Cáceres/Mato Grosso | Universidade Federal de Pelotas, Universidade Católica de Pelotas e Universidade do Rio Grande |
| | Vale do Jequitinhonha/Minas Gerais | Universidade Católica de Minas Gerais e Escolas isoladas de São Paulo |
| | Paraíba/Piauí | Universidade Federal do Espírito Santo |
| | Itaituba/Pará | Universidade para o Desenvolvimento de Santa Catarina |
| 1974 | Limoeiro do Norte/Ceará | Universidade Estadual de Londrina no Paraná. |

Tabela 1 (Tabela elaborada pela autora, a partir de dados constantes em Gurgel, 1986, p. 121).

Podemos observar na tabela cima a repercussão da proposta entre os anos de 1969 e 1974. Entre esse ano e 1979, nenhum Campus Avançado novo foi criado, talvez em razão dos custos elevados. As dificuldades cresciam, e Gurgel afirma que em lugar da “universidade por projetos”, construíam-se edifícios e a interdisciplinaridade dos projetos não acontecia. Em 1978, os custos dos campi se apresentavam ainda elevados. No período de janeiro a maio do mesmo ano aconteceram visitas aos diversos campi distribuídos em quatorze estados. Entre os campi visitados estava o Campus Avançado de Cáceres.

O Rondon buscou envolver as universidades locais mais próximas à área de atuação dos Campi Avançados. No período de 1969 a 1979 os Campi Avançados receberam em torno de 11 participantes por dia, totalizando uma presença de 24.963 universitários (GURGEL, 1986, p. 123).

O Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras (CRUB) criou uma Comissão para analisar atividades básicas de ensino e extensão realizadas nas áreas atendidas pelo programa. Dispõe-se de um vasto material sobre os Campi Avançados, no documento final emitido pela comissão em 1980, denominado “Uma Visão do

Campus Avançado pelo Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras e Fundação Projeto Rondon”. O estudo aponta a necessidade de revisão do próprio modo de existir da universidade brasileira, buscando a efetiva vinculação da universidade com anseios e necessidades das comunidades das regiões em que atuavam os campi avançados. A comissão responsável por este relatório se compunha de integrantes da Fundação Projeto Rondon, assim como das instituições de ensino superior participantes. A ideia inicial seria, com base neste relatório, incrementar a experiência destes *campi* a partir de um diagnóstico de seus resultados:

O grupo decidiu por conduzir o trabalho por uma “análise do Programa Campus Avançado”, no momento em que o Campus Avançado, um dos programas do Projeto Rondon, acumulava uma experiência de dez anos. A proposta se desenvolve com referência à formação sócio-profissional dos estudantes universitários, vinculada às necessidades das comunidades interioranas e à participação mais efetiva da universidade no desenvolvimento nacional de modo que seus objetivos mais amplos mantêm uma identificação com os propósitos dos programas de extensão das universidades (BRASIL/MEC/DDD, 1980).

Os resultados deste relatório apontaram para a necessidade de aprofundar os “métodos de atuação em comunidades, considerando a possibilidade de se constituir num modelo de interiorização de uma universidade genuinamente brasileira” (BRASIL/MEC/DDD, 1980). O tempo todo, o Relatório revela a insatisfação com a resistência encontrada nas universidades.

O relatório se refere à Circular nº 513, de 25 de junho de 1975, expedida pelo MEC, direcionada a reitores e diretores das IFES, que mostra a cobrança para que as instituições garantam uma participação mais efetiva de professores e estudantes nas ações do Rondon, “procurando, se possível, compatibilizá-las com suas necessidades de treinamento ou estágio”. Em consonância e em paralelo a esta recomendação, a Comissão responsável pelo Relatório aconselha “que as instituições de ensino superior do Sul e Sudeste do País e o Projeto Rondon procurem envolver, gradativamente, nas atividades dos campi avançados, as instituições de ensino superior das regiões onde estão localizados os campi avançados”, e reforça ainda a importância do trabalho em cooperação de “professores como orientadores, supervisores, consultores ou coordenadores-técnicos”, indicando até mesmo a possibilidade de que “credenciem profissionais outros que atendam aos requisitos estabelecidos pelos órgãos acadêmicos no planejamento das atividades” (BRASIL/MEC/DDD, 1980).

O Relatório de 1980 enaltece a riqueza das experiências de uma década que estes campi haviam acumulado. Mas culpa o fato de o alcance não ter sido mais amplo a que os “docentes universitários de hoje guardam de si uma imagem de atuais elos de uma corrente de catedráticos”. Assim, o documento contrapõe as potencialidades positivas e inovadoras dos Campi Avançados com a inércia e resistência ao novo de pontos negativos da universidade brasileira que despotencializavam a contribuição destes campi e do Rondon.

A visão positiva se traduzia em como abordam o acervo físico, mas principalmente na percepção de que estes campi poderiam engendrar um pensamento científico nacional de universidade, semear conhecimentos a serem geridos no contato com a realidade social, com a diversidade regional e na integração entre estudantes e professores. Este foco inovador antepunha-se, na visão expressa no documento, ao simples repetir-se de conhecimentos importados. Neste ponto, ao enaltecerem a experiência dos campi avançados, o documento faz uma severa crítica a como viam a universidade brasileira sob vários aspectos: no sentido do aprendizado limitado à relação entre mestre e alunos; na prática científica de mera reprodução de conhecimentos estrangeiros e pouco espaço à criatividade científica; na falta de “comprometimento com os problemas concretos da Nação”; na pouca dedicação da “classe de docentes de nível superior do Brasil” para “construir um saber vinculado à interpretação da experiência nacional e à análise de sua cultura” (BRASIL/MEC/DDD,1980).

De acordo com o documento, mesmo após as reformas que enfatizaram a Extensão Universitária por meio de seus programas institucionalizados (CRUTAC, Rondon, Campi Avançados), parecia que a extensão ainda não havia sido entendida pela comunidade universitária, na contramão da visão defendida pela comissão.

O relatório aponta que “chegou-se a compreender então que era preciso conceber os campi avançados como uma atividade típica de extensão universitária, ou seja, a prática de uma nova dimensão do ensino e pesquisa de grau superior”. Os autores do Relatório acreditavam assim no potencial transformador que a extensão possuía de renovar e construir uma universidade para a “Nação”. Afinal, de uma “universidade que não ia àquelas comunidades, totalmente desvinculadas da vida política, econômica e cultural da Nação”, a experiência do Rondon e dos Campi Avançados permitiu reconhecer “valores e elementos culturais, que alargavam sua percepção da realidade social e econômica brasileira”. Aos seus olhos, porém, a

universidade da época acabava sendo como o "antigo brocardo remendo novo em pano velho, pois o que havia era uma universidade com roupagem nova, enquanto, em grande parte, as mentalidades continuam as mesmas, anteriores à reforma", já que persistia a "desvinculação de programas de ensino e pesquisa em relação" à sociedade e às novas possibilidades vislumbradas pelos Campi Avançados e Rondon (BRASIL/MEC/DDD,1980).

Uma possível causa desta dificuldade poderia ser o fato dos projetos estarem alojado em ministérios distintos, uma vez que a universidade estava subordinada ao Ministério da Educação e Cultura, enquanto o Projeto Rondon, e mesmo as iniciativas dos Campi Avançados, se vinculavam mais diretamente ao Ministério do Interior. Foi diante desta constatação que se traduzia a resistência da universidade brasileira ao que o governo propunha, que em 1979 uma comissão interministerial foi imbuída de "sugerir formas alternativas de programação para consecução de objetivos comuns" aos dois ministérios. O relatório encerra com uma advertência à acomodação das elites e elogio ao vanguardismo do projeto:

[...] ao final de seus dez anos, o Programa Campus Avançado vai chegando ao limite de sua fase experimental, de estruturação ou articulação com a estrutura da universidade brasileira. Conservou, contudo, seu caráter de programa de vanguarda onde é deixada plena liberdade à iniciativa universitária, em face da dimensão dos problemas para os quais ele chama a atenção do País e de suas elites (BRASIL/MEC/DDD, 1980).

Assim, acompanhando Gurgel, não obstante os objetivos iniciais, concebidos no âmbito do estado de ruptura das liberdades democráticas, entenderam que as mudanças estabelecidas a partir de 1968 favoreceram maior participação das universidades junto às comunidades, articulando "a extensão universitária com a ação junto às populações carentes e apresentando o desenvolvimento de comunidades como metodologia do trabalho" (GURGEL, 1985, p. 15).

Como aponta Souza sobre os Campus Avançados e o CRUTAC, houve uma forte mobilização de "toda uma logística apoiada pelo Projeto Rondon", por meio da qual "contavam com recursos do orçamento das Universidades e alguns convênios com as prefeituras" (SOUZA, 2000, p. 95).

Como ressalta Gurgel (1986), um conjunto de novos organismos estatais foram criados e consolidados, em meio aos quais práticas extensionistas encontraram espaço para se desenvolverem e, no âmbito universitário, para terem as bases de sua estrutura delineada. Vários programas governamentais concorreram para apoiar o

trabalho de extensão nas universidades, tais como: Projeto Rondon, vinculado ao Ministério do Interior; Operação Osvaldo Cruz, coordenada pelo Ministro da Saúde, com finalidade de mobilização de universitários para a atuação em programações desenvolvidas por aquele ministério (extinto em meados da década de 70); Operação da Ação Cívico Social (ACISO), coordenada pelo Ministério do Exército por todo o país; Operação Mauá, assimilada no final dos 1970 ao Projeto Rondon, vinculada Ministério dos Transportes, com universitários atuando junto a programas relacionados aos transportes, propiciando estágios e viagens de estudo. Gurgel finalmente salienta que “recrutas e militares colocam-se a serviço das comunidades pobres” (1986 p. 14-15). Todo este aparato indica como estes mecanismos extensionistas atenderam a uma lógica do regime, de colocar a universidade a serviço da sua relação com a sociedade por meio de políticas assistencialistas, de modo a contribuir para construir a imagem de uma legitimidade social e desenvolvimentista ao regime autocrático. Por dentro deste regime, porém, os atores envolvidos na execução destes programas extensionistas, como vimos acima, acreditaram urdir um novo conceito de universidade, segundo sua visão, mais comprometido com a sociedade, opondo-se ao que consideravam a “corrente dos catedráticos”. Nas palavras do relatório analisado acima revela-se um debate sobre a universidade ora mais intenso, ora menos, ora mais às claras, ora menos visível. Este debate que será retomado na década seguinte, após a definição de rumos políticos acarretados pela redemocratização país.

2.8 A Reforma de 68 e os primeiros passos das estruturas administrativas da extensão nas universidades públicas brasileiras

A institucionalização da extensão nas universidades, no âmbito administrativo e de políticas da educação superior, se deu somente na virada das décadas 1960/1970, com o surgimento dos Planos Setoriais de Educação e Cultura estabelecidos pelo MEC. O Primeiro Plano Setorial de Educação e Cultura, de 1972/1974, apresentava a implantação do CRUTAC; o segundo, de 1975/1979, determinava que as Instituições de Ensino Superior deveriam cumprir a função da Extensão; o terceiro, intitulado Plano Setorial de Educação, Cultura e Desporto, de 1980/1985, contemplava por exemplo ações de educação no meio rural e nas

periferias urbanas, assim como desenvolvimento cultural e valorização dos recursos humanos. Este último reforçou ainda a interiorização da Universidade no Centro-Oeste, na prestação de serviço, cursos e estágios supervisionados (SOUZA, 2000). A efetiva institucionalização, porém, se consolidará *pari passu*, por meio de medidas complementares e criação de organismos administrativos.

Gurgel (1986, p. 14-15) nos posiciona em relação a algumas mudanças em relação ao ensino, trazidas pela “Reforma Universitária de 1968”, que implicaram a criação de comissões ou entes administrativos que vão favorecer a institucionalização da extensão:

Os discursos oficiais sempre limitam a questão da ligação universidade/sociedade ao campo da extensão universitária. A partir da Lei nº 5.540 [...] quando se definiu o perfil da universidade brasileira, tomou-se tal legislação como ponto básico. Sabe-se que a partir dela foram gerados mecanismos de apoio institucional ao trabalho das universidades, sendo criadas: em 1969, a Comissão Incentivadora dos Centros Rurais Universitários de Treinamento e Ação Comunitária (CINCRUTAC); e, posteriormente, em 1974, a Coordenação de Atividades de Extensão (CODAE), do Departamento de Assuntos Universitários (DAU), do Ministério da Educação e Cultura (MEC) (GURGEL, 1986, p. 14-15).

Cabe destacar, nesta sequência de desenvolvimento do aparato administrativo, a criação em 1974 da Coordenação de Atividades de Extensão (CODAE), subordinada ao Departamento de Assuntos Universitários (DAU/MEC). Foi constituída pelas Portarias de nº 289/74, do Ministério da Educação, e pela Portaria Interior nº 398/74, do Ministério do Interior, com a intenção de promover ações de extensão a nível nacional e a inter-relação dos Programas CRUTAC e Campus Avançado, vindo a substituir o CINCRUTAC, criado anteriormente (em 1969) para organizar os CRUTACs existentes em várias universidades nacionais desde a segunda metade da década anterior (SOUZA, 2000, p. 73).

Podemos dizer que a CODAE foi o primeiro ente governamental, na estrutura administrativa que regulamenta a universidade brasileira, a incluir a referência nominal à extensão, o que sem dúvida revela seu avanço entre as preocupações que o regime tinha com relação à educação superior, e também representa um marco inicial em termos de desenvolvimento institucional formal da extensão, assim identificada, com nomeação de coordenador responsável por suas funções.

É por essa razão que Souza assevera que a institucionalização efetiva da extensão se consolidou tão-somente com a implantação destas portarias, para além

dos conceitos e metas apregoados pelos supracitados planos setoriais¹⁹. Ela sintetiza as atribuições desta nova coordenação:

Era de competência da CODAE coordenar, supervisionar e avaliar as experiências de ensino em andamento; articular, em nível de instituição de ensino superior, as várias experiências de extensão existentes e articular a coordenação de Extensão com organismos públicos ou privados – nacionais, regionais, ou estaduais, que pudessem servir de suporte ao desenvolvimento de atividades extensionistas (SOUZA, 2000, p. 73-75).

A Coordenação das Atividades de Extensão cria o Plano de Trabalho de Extensão Universitária, em que o atendimento à população e a troca de saberes acadêmicos e populares ficam em destaque, de sorte que as camadas populares passariam a ser também sujeitos da ação extensionistas.

A consolidação da extensão no âmbito universitário ocorreu paulatinamente à criação e consolidação de uma série organismos, vinculados a outros ministérios, igualmente envolvidos com ações extensionistas que por sua vez se associavam às universidades em sua execução, conforme arrolado anteriormente (Projeto Rondon/Ministério do Interior, Operação Osvaldo Cruz/Ministério da Saúde, Operação da Ação Cívico Social/Ministério do Exército, Operação Mauá/Ministério dos Transportes) (GURGEL, 1986, p.14-15).

2.9 Plano de Trabalho da Extensão Universitária

O MEC propõe em abril de 1975 o Plano de Trabalho da Extensão Universitária, plano interministerial que estendia a participação aos docentes e discentes nos Programas de Extensão Universitária. Foram realizados encontros com representantes do Ministério do Interior (MINTER), do CINCRUTAC, da Operação

¹⁹ “[...] a institucionalização da extensão dentro da estrutura ministerial só vai se mostrar mais efetiva em maio de 1974, através da Portaria nº 289 do MEC, e da Portaria nº 398, do Ministério do Interior, que criaram a primeira Comissão Mista MEC/MINTER, com a finalidade de estudar medidas que promovessem um inter-relacionamento entre os programas dos dois ministérios e, assim, fossem encontradas propostas que os viabilizassem” (SOUZA, 2000, p. 73).

Mauá (OPEMA)²⁰, do Ministério dos Transportes, do Instituto Euvaldo Lodi (IEL)²¹, do Departamento de Assuntos Universitários do Ministério da Educação e Cultura (DAU/MEC), da Empresa Brasileira de Telecomunicações (EMBRATEL), do Movimento Brasileiro de Alfabetização (MOBRAL), do Movimento Universitário de Desenvolvimento Econômico e Social (MUDES) e do Conselho de Reitores (CRUB) (BRASIL. MEC/DAU,1975). No entendimento de Gurgel, a CODAE buscou levar a extensão universitária a uma articulação com os programas e projetos do governo.

No que diz respeito às ações e institucionalização da extensão previstas no Plano de Trabalho da Extensão Universitária, Souza nos diz que incluía o “Projeto Rondon, o Campus Avançado, o CRUTAC, os projetos de integração das universidades nas comunidades e de integração Escola-Empresa-Governo”. Diante disto, a autora aponta que o conceito geral que permeava a extensão universitária neste momento era tratá-la “essencialmente como a prestação de serviço às comunidades carentes”, revelando assim uma “face assumidamente assistencialista”, de modo que esta política “será utilizada, pelo Estado, como instrumento para seu projeto político desenvolvimentista, sob a propagação da necessidade de integrar o território nacional” (SOUZA, 2000, p. 74-76).

O Plano de Trabalho de Extensão Universitária da CODAE, “talvez tenha sido o documento mais importante em relação à operacionalização da extensão”. Esse “plano se apresentava como um documento frio, simples e contraditório e mesmo assim, atingiu uma projeção ampla”. Era tão generalista e abrangente que permitia ações “onde quase tudo poderia ser feito em nome da extensão” (GURGEL, 1986, p. 138).

O Plano foi divulgado em 1975, tendo como base legal a Lei nº 5.540 e trazendo a extensão como um processo de comunicação entre universidade e sociedade. Representavam “o movimento dialético de ida e volta” os seguintes termos: “retroalimentação”, “integração”, “abertura”, “equilíbrio” e “projeção”. O Plano garantia

²⁰ A Operação Mauá compreendia estágios viagens, visitas técnicas, cursos, simpósios e conferências. Em 31 de Julho de 1969, foi instituída em caráter permanente pelo Decreto Lei no 64.918, subordinada ao Ministério dos Transportes e sua finalidade era integrar os estudantes na problemática dos transportes. Niskier, Arnaldo, História da Educação Brasileira, de José Anchieta aos Dias de Hoje. São Paulo, Ed. Europa, 2011.

²¹ O Instituto Euvaldo Lodi (IEL) foi criado pela Confederação Nacional da Indústria (CNI) em 29 de janeiro de 1969. Tinha como proposta aproximar os estudantes das linhas de montagem por meio de estágios supervisionados. Para saber mais acesse:
<http://www.portaldaindustria.com.br/iel/institucional/2015/06/1,1800/historia.html>

a participação discente e envolvia os docentes “em programas de melhoria das condições de vida da comunidade e no processo geral de desenvolvimento”. (GURGEL, 1986, p. 138). No ano em que foi criada a CODAE, já teria quatro anos o texto de Paulo Freire intitulado “Extensão ou Comunicação?”, de modo que seus argumentos eram conhecidos por profissionais do setor da educação. Nesse texto, Freire já havia proposto que o conceito de extensão estivesse vinculado à comunicação entre universidade e sociedade. Parece que as ideias de Paulo Freire podem ter influenciado aqueles que elaboraram os documentos sobre extensão quando da criação da CODAE. Muito embora a terminologia empregada nos documentos da CODAE indicasse sinergia conceitual com ideias críticas levantadas por Freire, por muitos anos não passaram de expressões vazias, de certo modo, pois não condiziam com as práticas (BOTOMÉ, 1996, p. 71).

Extinta em 1979, ficou menos amparada institucionalmente até 1990, no sentido de não ter sido criado outro ente administrativo que a regulamentasse em nível do Departamento de Assuntos Universitários – DAU/MEC (GURGEL, 1986, p141-143). Em 1990, a extensão foi retomada na estrutura do MEC “como resultado de esforços de alguns atores políticos que vinham da militância no movimento docente e que traziam o discurso da democratização da universidade” (SOUZA, 2000, p. 76). Será um novo capítulo, em que ela, a extensão, ressignificada politicamente, não estará mais a serviço da legitimação de um projeto autoritário desenvolvimentista, mas de um discurso de projeto democrático que operará com outra terminologia, como “direitos humanos” e “cidadania”.

Vale recapitular parte do percurso, pois ingressaremos em um momento de transição das políticas que nortearão a educação superior no Brasil a partir de meados dos anos 1980. O Programa Nacional de Extensão Universitária do Regime Militar foi se estruturando ao longo de pouco mais de década: em 1966, os Centros Rurais Universitários de Treinamento e Ação Comunitária (CRUTAC) começam; em 1967, a largada do Projeto Rondon; em 1969, iniciado o projeto Campus Avançado. Uma vez instaurada a CODAE, por uma iniciativa governamental interministerial (MEC/Minter), estes projetos passaram para sua coordenação, tendo como escopo que a extensão leve as atividades da universidade até as comunidades carentes, sob a forma de serviços, cursos, treinamentos e outras modalidades. O enfoque de trabalho da CODAE de 1975, com a implantação de seu Plano de Trabalho da Extensão Universitária, foi retomado durante os encontros do Fórum de Pró-Reitores de

Extensão (FORPROEX), na segunda metade da década seguinte, posto que o discurso novamente ressaltava o papel da troca de conhecimentos, vendo a extensão como via de mão dupla entre universidade e sociedade.

A pergunta será se nesta retomada do enfoque, e mesmo de elementos do discurso, a extensão irá além da superficialidade do termo e atingirá uma efetividade conceitual das políticas e um impacto significativo sobre a universidade. Ora, o enfoque dado à extensão, como desdobramento da Reforma de 68, teria resultado, como coloca Gurgel, em concebê-la como a

Ponte para a realimentação da estrutura acadêmica, funcionando como elemento provocador de mudanças a nível interno da universidade e da sociedade de um modo geral. Falava-se dela como uma forma de ensino aplicado, utilizando-se o laboratório vivo da comunidade (GURGEL, 1968, p. 15).

Muitas destas ideias foram, assim, retomadas nos anos 1980, quando se discutiria uma extensão mais cidadã. Ora, na contramão destes conceitos, que configuravam o discurso oficial da política de extensão universitária oficial sobre si mesma, Silvio Paulo Batomé coloca, em sua obra “Pesquisa alienada e ensino alienante: o equívoco da extensão universitária” (1996), que não teria havido a transformação na pesquisa e no ensino, como esperado nessa apregoada relação com a sociedade. Sua crítica, assim, não recai apenas sobre o assistencialismo assumido da extensão universitária à época do regime autoritário, mas também sobre inconsistências que teriam subsistido em sua retomada, e aparente reposicionamento político, após a redemocratização.

Silvio Paulo Batomé (1996, p. 72-73), assim, disseca mordazmente as contradições da extensão universitária ao longo das duas décadas que marcaram a passagem da ditadura para a democracia em uma extensa passagem que aqui nos desculpamos por reproduzir, mas o fazemos pela amplitude de seus argumentos:

Mas parece ter havido, nas décadas de 70 e 80, muito mais um esforço de justificativa e defesa da extensão Universitária do que o exame crítico das funções da universidade e a utilização de seu compromisso social. As palavras foram repetidas e ampliadas. As práticas extensionistas, da mesma forma, foram multiplicadas ao longo das duas décadas. [...]. Os conflitos e divergências entre as diferentes propostas para a universidade terminam sendo resolvidos pela criação de um recurso fora da pesquisa e do ensino, o qual sem alterá-los serviria de mão para estender a universidade até a sociedade. [...] A retórica oficial do governo, a proclamada pela própria instituição, não levou nem correspondeu a uma efetiva transformação da pesquisa e do ensino, mas a alguma adesão da instituição às propostas oficiais, graças ao discurso salvacionista, permanecendo o que já era feito sem alterações significativas. A universidade, em lugar de aperfeiçoar-se na

direção de uma maior afirmação de sua identidade, facilitou, com a adesão a atividades que não levaram à proclamada transformação ou contribuição social, mas que apazigua a instituição com a permissão de um intenso ativismo social. [...]. Não teve relação com conhecimento de valor, nem com uma estabelecida estratégia e intenção política de tornar o conhecimento efetivamente acessível a todos (BATOMÉ, 1996 p. 72-73).

De fato, a transformação (independentemente do alcance que se acredite tenha alcançado) dos enfoques e políticas da educação superior (e por conseguinte da extensão universitária), na década de 1980, no âmbito da redemocratização vivida no país, colocou às claras visões divergentes sobre a universidade. De modo geral, conforme defende Maria das Graças Medeiros Tavares (1997, s/p), teria prevalecido um movimento no sentido da democratização da própria instituição universitária, de modo que, segundo ela, “os anos 80, foram marcados por um movimento em direção à socialização do poder político no âmbito da Educação e possibilitou o debate sobre projetos diferenciados de reestruturação da política educacional”. Cabe destacar que, como lembra a autora, na primeira metade da década de 1980, mesmo que marcada por intensos debates – em um ambiente que trouxe consigo uma reestruturação política da universidade, resultante da mobilização e articulação que envolveu a Associação Nacional de Docentes do Ensino Superior (ANDES), os dirigentes universitários e o Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras (CRUB, atual ANDIFES) – “a extensão universitária não se constituiu em tema prioritário” (TAVARES, 1997, s/p).

É na segunda metade dos anos 1980 que se retoma o debate sobre extensão. Foi necessário o advento da chamada “Nova República”, iniciada em março de 1985, com um “Governo mais permeável à pressão social organizada”, para que, no ensino superior, em meio a “várias propostas de reestruturação da universidade elaboradas pelo Governo, com forte apelo social”, se pudesse ver preencher a “lacuna na área de extensão universitária sentida nos primeiros anos da década de 80”, quando a comunidade universitária relegou o tema a segundo plano (TAVARES, 1997, s/p). Assim, para compreendermos os novos rumos seguidos pela extensão universitária, é preciso analisar os trabalhos e propostas da Comissão Nacional para Reformulação da Educação Superior que nasce da “Nova República”.

2.10 Comissão Nacional para Reformulação da Educação Superior.

Em 29 de março de 1985 é criada, pelo então Vice-Presidente da República no Exercício da Presidência, José Sarney, a Comissão Nacional para Reformulação da Educação Superior, através do Decreto²² Lei nº 91.177. A Comissão foi composta por 24 membros que tinham o prazo de seis meses para apresentar o relatório conclusivo. O relatório devia oferecer subsídios à formulação de uma nova política para a educação superior brasileira, com o dever de promover consultas a especialistas, entidades e instituições, e examinar o acervo de estudos e propostas existentes. Tinha a finalidade de reestruturar toda a educação superior, avaliar o exercício de suas funções tradicionais e, por fim, dimensionar a necessidade de estabelecer uma política de educação superior que atendesse às exigências do desenvolvimento e aos anseios democráticos da sociedade brasileira.

Esta comissão representou, segundo Tavares, um avanço para a Extensão Universitária:

A extensão se apresentou como uma das atividades essenciais da universidade em qualquer sociedade moderna com o objetivo de transferir conhecimentos à mesma. Considerando a comprovada inadequação da universidade à realidade brasileira, especialmente a interesses e necessidades de amplos setores sociais marginalizados, [...] o documento destacava a necessidade de reforçar as atividades de extensão universitária ao se referir sobre [...] mecanismos efetivos de transferência de conhecimentos para fora da universidade. [...] A atividade de extensão se constituiu, portanto, nesse documento, em um instrumento de grande valor pedagógico, além de proporcionar serviços efetivos (TAVARES, 1997, s/n).

Seu relatório final, intitulado “Uma Nova Política para a Educação Superior Brasileira”, foi apresentado ao Ministro da Educação, Marco Maciel, em 21 de novembro de 1985. Do ponto de vista do Ministério da Educação, o relatório continha os subsídios, mas as propostas necessitavam ser discutidas amplamente por todos os grupos envolvidos, a fim de sistematizar as questões suscitadas no relatório e trazer a comunidade para o debate com a finalidade de preparar as medidas administrativas e legais para as mudanças necessárias.

²² Decreto nº 91.177, de 29 de março de 1985. A Lei é publicada no Diário Oficial da União - Seção 1 - 1/4/1985, Página 5651 (Publicação Original), a Comissão Nacional. Institui Comissão Nacional visando à reformulação da educação superior e dá outras providências. Pode ser acessado na página: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1980-1987/decreto-91177-29-marco-1985-441184-publicacaooriginal-1-pe.html>.

Para tanto, se criou no MEC, em 1986, o Grupo Executivo para a Reformulação da Educação Superior (GERES)²³, através da Portaria nº 100, de 6 de fevereiro, e instalado pela Portaria nº. 170, de 3 de março de 1986. Sua finalidade era reestruturar a educação superior no Brasil. A comunidade universitária foi convidada a participar das discussões para subsidiar a reforma, mas as contribuições recebidas não se aproximaram das expectativas do GERES, talvez pelo fato de que a linha de pensamento predominante no GERES fosse em sentido contrário aos anseios de boa parte da classe docente neste momento.

Uma proposta levada ao MEC pelo Grupo foi estimular a extensão como um importante canal para contribuir para o desenvolvimento do país por meio da transferência de conhecimentos, de modo que as universidades receberiam recursos para investir em projetos com retorno à sociedade (Memorial 30 anos FASUBRA Sindical). A questão, como veremos a seguir, é que este grupo imprime no conceito de prestar serviços uma lógica mercadológica empresarial que se opunha à visão defendida à época pelo movimento docente.

O relatório final do GERES, de setembro de 1986, expressa uma mentalidade de fundo neoliberal, que influenciou algumas das diretrizes assumidas pelo MEC, no âmbito do qual se posicionou a finalidade da extensão, no sentido da maior missão, a transmissão de conhecimentos. Veremos como o discurso da GERES e adoção de propostas suas pelo MEC representou uma guinada neoliberal das políticas de educação superior, em consonância com ideias que se espalhavam nos anos 1980 em vários países.

Como estas ideias se articularam uma nova concepção de universidade? O relatório expôs assim que “a complexidade da organização universitária” colocava a prioridade “de atividades e funções acadêmicas”, “às quais as demais devem subordinar-se”, conforme o conceito de uma “Universidade do conhecimento”, com “atividades de ensino, pesquisa e extensão feitas com competência e geridas de forma apropriada”. Nesta perspectiva, a “missão central” seria então a “geração e transmissão de conhecimentos”, norteadas pelo conceito de “cidadania acadêmica”, sustentada no mérito e na competência (GERES, 1986, p. 17-18).

²³ Relatório do Grupo Executivo para a Reformulação da Educação Superior, Brasília, DF de setembro de 1986. Pode ser acessado na página: <http://www.schwartzman.org.br/simon/pdf/geres.pdf>.

O GERES, na avaliação de Tavares (1997), tinha como alvo o ensino superior federal. Propunha a autonomia universitária, como já havia sido colocado no início dos anos 1980, com o objetivo de liberar o governo do financiamento das universidades federais. Assim, este modelo de “universidade do conhecimento, considerada modernizante”, na verdade apontaria para a privatização do conhecimento universitário e para um direcionamento da pesquisa submetido ao controle das agências de financiamento (GERES, 1986, p. 17-18).

Neste contexto, o MEC passou a definir critérios de avaliação de desempenho das IES como parâmetro para a liberação de recursos. Sobre esta avaliação, Tavares (1997) coloca que a extensão seria tratada como um medidor, com base na venda de serviços, que justificaria a falta de igualdade na distribuição de recursos governamentais entre as IES. Deste modo, a extensão foi submetida a um conceito mercadológico, na forma de conceber a prestação de serviços. Assim, aumentariam os recursos financeiros à medida que a universidade se adaptasse à lógica do mercado. É aí que o GERES lança o conceito de “centros de excelência”, os quais seriam tratados de forma privilegiada conforme critérios meritocráticos. A extensão universitária seria aliada da visão privatizante da universidade, pois funcionaria como forma de a IES produzir conhecimentos para os setores que pudessem pagar por seus serviços, acoplando à universidade uma cultura empresarial e alinhando-a aos interesses das classes dominantes.

A prestação de serviços pagos, nesta concepção, fazia da Extensão Universitária uma geradora de recursos, mostrando a entrada em nosso país da visão neoliberal do ensino superior. Na contramão deste alinhamento ideológico que o governo impunha à educação, naquele ano, 1986, ocorreu uma grande greve nacional que paralisou várias universidades, evidenciando como a universidade brasileira se encontrava dividida entre dois modelos antagônicos, que inclusive encontravam expressão dentro do próprio MEC, como se compreende pelas diretrizes colocadas pelo “Programa Nova Universidade”, que não convergem integralmente com o que propunha o GERES. No seio deste conflito, a extensão também foi alvo de embates, pois se estruturaram visões antagônicas de concepção do que seria a ação extensionista da universidade.

2.11 Programa Nova Universidade (PNU)

Através do Decreto Lei nº 92.200, de 23 de dezembro de 1985, o Governo José Sarney instituiu no âmbito do Ministério da Educação o Programa Nova Universidade (PNU)²⁴. O Programa, entre outros, teve os seguintes objetivos: a melhoria da qualidade do ensino de graduação; o revigoramento das atividades de extensão nas instituições de ensino superior; e o fortalecimento dos níveis de integração da universidade com a educação básica e a implantação de um sistema de acompanhamento e avaliação das instituições de ensino superior. Ficava a cargo da Secretaria da Educação Superior do Ministério da Educação a coordenação do Programa, enquanto as despesas decorrentes da execução do mesmo deveriam ficar por conta dos recursos consignados no orçamento do Ministério da Educação.

Para Tavares, o PNU tinha a universidade como “um centro de elaboração, de formação e de comunicação do saber, comprometida com o objetivo estratégico de redução da dependência científica e tecnológica do País”. Destaca quatro eixos principais de ação: melhorar a qualidade do ensino de graduação; estar comprometida com a melhoria da educação básica; e acompanhar a avaliação da instituição e da relação da universidade com a sociedade. Nesse âmbito, via-se “a extensão universitária como um instrumento privilegiado de integração da universidade com seu contexto social, postulando a centralidade da extensão universitária no processo de melhoria da qualidade do ensino de graduação”. A preocupação com a “formação de profissionais comprometidos com o seu meio trazia, implícita, a ideia da valorização da atividade extensionista, tornando-a indissociável ao ensino e à pesquisa” (TAVARES, 1997, s/n).

Os projetos de extensão que traziam objetivos educacionais eram considerados prioritários. Estes deveriam fazer parte de programas institucionais para que fossem financiados; já aqueles com natureza assistencialista ou de prestação de serviço eram considerados secundários e de menor importância. Tavares salienta que “o PNU deu uma destinação mais específica à extensão universitária ao transformá-la em instrumento de avaliação dos cursos ofertados pelas IFES” (TAVARES, 1997, s/p). Nesta perspectiva, a Extensão tornava-se importante para a atualização do ensino e

²⁴ Decreto Lei nº 92.200, de 23 de dezembro de 1985 - Programa Nova Universidade. Pode ser acessado na página: <https://www.diariodasleis.com.br/legislacao/federal/26997-institui-o-programa-nova-universidade-e-da-outras-providencias.html>

da pesquisa e deixava de ser uma atividade com fins meramente assistencialistas, deixando de ser secundária nas IFES.

Na compreensão de Souza (2000, p. 97), a década de 1980 marca uma nova fase para a Extensão, que se relaciona ao fortalecimento da categoria docente neste momento, que traz em seu bojo uma postura diferenciada em relação à universidade. Nesta perspectiva, configura-se uma visão da extensão como articuladora do ensino e da pesquisa, vendo a universidade como uma instituição social de interesse público:

A Extensão passou a ser buscada além de sua compreensão tradicional de disseminar conhecimentos, prestar serviços ou difundir cultura. [...] O compromisso com a população passou a ser o eixo das atividades e a extensão passou a ser entendida como articuladora do ensino e da pesquisa, vinculando-as ao exercício de transformação da sociedade. [...] Travava-se de uma discussão contínua sobre o compromisso social da universidade como uma instituição social de interesse público. (Souza, 2000, p. 97)

Para Souza (2000, p. 98), o movimento docente trouxe esta proposta renovada para uma universidade que assumisse seu compromisso social, que se engendrou em meio a profundos debates políticos que ocorriam em grande parte das universidades, no clamor pela democratização institucional:

Discutia-se a necessidade de sair de seus próprios muros, de sair dos gabinetes, de renegar o academicismo estanque e a produção de um conhecimento compartimentado. [...] A abertura política nas universidades possibilitava a eleição de vários reitores, apoiados pelo movimento docente. [...] vários militantes do movimento ocuparam os espaços administrativos como reitores ou pró-reitores, formando seus quadros na administração das universidades. [...] para o movimento docente, a relação da universidade com a sociedade não deveria ser um apêndice, algo eventual, mas sim uma relação que teria de se estabelecer de forma orgânica, vinculada àquilo que a universidade faz, ensino e pesquisa (SOUZA, 2000, p. 98).

Seguindo a conjuntura de abertura política e a necessidade de organização para a discussão desse novo modo de pensar a extensão, acontece em 1987 o Primeiro Encontro Nacional de Pró-Reitores de Extensão. Desde então, estes encontros seguem ocorrendo até os dias de hoje.

2.12 O Fórum Nacional de Pró-reitores de Extensão Universitária das Universidades Federais Brasileiras (FORPROEX).

O Fórum Nacional de Pró-Reitores de Extensão Universitária das Universidades Federais Brasileiras (FORPROEX) promove a articulação de Pró-

Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras. O relatório²⁵, reproduzido por Maria das Dores Pimentel Nogueira nos traz os resultados desse encontro, que até a presente data, acontecem anualmente. Segundo Nogueira, o Fórum Nacional de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas foi criado e implantado no dia 06 de novembro de 1987, durante o I Fórum Nacional de Pró-reitores de Extensão Universitária das Universidades Federais Brasileiras, realizado em Brasília.

Passando a exercer o seu papel integracionista, a extensão é definida com o seguinte conceito:

A extensão universitária é o processo educativo, cultural e científico que articula o ensino e a pesquisa de forma indissociável e viabiliza a relação transformadora entre a universidade e a sociedade. A extensão é uma via de mão-dupla, com trânsito assegurado à comunidade acadêmica, que encontrará, na sociedade, a oportunidade da elaboração das práxis de um conhecimento acadêmico. No retorno à universidade, docentes e discentes trarão um aprendizado que, submetido à reflexão teórica, será acrescido àquele conhecimento. Este fluxo, que estabelece a troca de saberes sistematizados/acadêmico e popular, terá como consequência: a produção de conhecimento resultante do confronto com a realidade brasileira e regional; e a democratização do conhecimento acadêmico e a participação efetiva da comunidade na atuação da universidade (NOGUEIRA, 1987, p. 11).

A institucionalização da Extensão é dada como:

[...] um processo que permeia o ensino e a pesquisa. Integrando essas atividades, a extensão deve ser parte indispensável da rotina universitária, institucionalizando-se tanto do ponto de vista administrativo como da prática acadêmica. A institucionalização da prática extensionista, na medida em que reduz a distância que atualmente separa a atividade acadêmica dos interesses concretos da população, deve ser visualizada como um instrumento básico da recuperação da função social da universidade e restauração de sua credibilidade. A institucionalização da extensão implica na adoção de medidas e procedimentos necessários ao direcionamento das atividades acadêmicas às questões de relevância social [...] (NOGUEIRA, 1987, p. 12).

Assim, extensão não somente integra pesquisa e ensino, mas também os saberes universitários e os saberes populares. Além disso, a Extensão interfere na ação da universidade quando mobiliza e transforma os segmentos sociais com os

²⁵ Documentos básicos do Fórum Nacional de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras 1987. I Encontro Nacional de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas, UNB, 1987. Pode ser acessada na página: <https://www.ufmg.br/proex/renex/images/documentos/1987-I-Encontro-Nacional-do-FORPROEX.pdf>.

quais interage. O ensino baseado na pesquisa busca os novos conhecimentos e, através da aproximação das comunidades, a extensão difunde esse conhecimento,

Segundo Nogueira, as medidas para o direcionamento das atividades acadêmicas são adotadas conforme “três grandes grupos: Medidas e procedimentos de ordem metodológica, medidas referentes à estrutura universitária, medidas para valorização da extensão regional e nacional” (NOGUEIRA, 1987, p. 12).

As medidas e procedimentos foram classificados em grupos, os quais fazem referência aos seguintes aspectos: ordem metodológica, estrutura universitária, valorização da extensão regional e nacional. Por exemplo, medidas que dizem respeito à forma como as ações acadêmicas devem ser desenvolvidas, visando à maior integração da universidade na sociedade, são consideradas medidas e procedimentos de ordem metodológica.

Nogueira, em seu relatório, arrola sinteticamente o que deve ser considerado como extensão e como as universidades devem proceder com relação a ela:

As Instituições de Ensino Superior Públicas (IESP) orientarão sua política de extensão objetivando prioritariamente a transformação social que implique na melhoria das condições de vida da maioria da população. Serão consideradas atividades de extensão, exclusivamente aquelas referenciadas nas diretrizes conceituais deste documento. Os estágios curriculares e extracurriculares estarão inseridos na política extensionista definida pela Universidade. Será garantida a participação das comunidades envolvidas no trabalho, na elaboração, execução e avaliação dos projetos de extensão das Universidades. Serão fomentadas ações que propiciem a sensibilização da comunidade acadêmica às atividades de interesse social. A divulgação dos trabalhos de extensão será estimulada através de publicações e outros meios de comunicação. Recomenda-se que as universidades desenvolvam mecanismos de avaliação permanente da pesquisa e do ensino, do ponto de vista de suas importâncias para a sociedade (NOGUEIRA, 1987, p. 12).

A partir de então, toda a Instituição de Ensino Superior Pública (IESP) deverá ter no seu organograma o órgão de atividade de extensão, ocupando o mesmo nível dos órgãos da pesquisa e do ensino. Com a implantação desta unidade administrativa, o FORPROEX buscava garantir, pelos mais variados meios, que as universidades pudessem ser contempladas com toda a vocação que se creditava à extensão, como vemos no relatório de Nogueira (1987, p. 13). São pensados nos mais variados aspectos para uma efetiva integração formal da extensão à rotina da universidade:

A este órgão compete: propor normas e políticas aos conselhos competentes a partir da ampla discussão com a comunidade acadêmica; e fomentar, acompanhar, avaliar, articular e divulgar os trabalhos de extensão em cada IESR; A política de extensão deve ser gerenciada de forma colegiada pelos responsáveis; Caberá aos departamentos acadêmicos a promoção e a execução das atividades de extensão, de forma articulada às de ensino e

pesquisa; A extensão deverá ter representação específica nos órgãos colegiados superiores de cada IESP já responsáveis pelas atividades afins; As atividades de extensão deverão ser computadas na carga horária semanal mínima do departamento, bem como constar do plano individual de trabalho dos professores; O trabalho de extensão também será computado para concessão do regime de dedicação exclusiva, de acordo com os planos aprovados por cada departamento; Deve ser observado o grau de envolvimento de cada departamento em atividades de extensão, para fins de atendimento às solicitações de contratação de pessoal; Também deve ser considerada, para efeito da contagem de pontos, a experiência extensionista dos candidatos aos concursos públicos nas IESR; Nas avaliações para a progressão dos docentes, deve-se considerar o seu envolvimento nas atividades de extensão para efeito de pontuação; Deve-se definir mecanismos que incentivem e garantam a participação dos discentes no planejamento e execução das atividades de extensão; Deve-se assegurar a participação de representantes de organizações populares nos conselhos decisórios da universidade (NOGUEIRA, 1987, p. 13-14).

Observa-se a preocupação com a democratização universitária em vários dos aspectos arrolados acima, mas sobretudo em garantir a participação dos estudantes e das comunidades nos processos decisórios sobre a extensão. Para garantir o envolvimento da comunidade nas atividades de extensão, deve ser assegurado o envolvimento de representações. Neste aspecto, pensa-se também a inserção regional e nacional da extensão universitária, de modo a que sua contribuição para o desenvolvimento não se limite ao lugar em que está sediada. Algumas medidas foram propostas neste sentido:

Na estrutura organizacional do MEC, deverá existir um órgão de caráter representativo, responsável pela extensão; deve-se buscar uma participação formal de representação da área de extensão junto ao Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras (CRUB); Criação e fortalecimento dos Fóruns Regionais e Fórum Nacional dos Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas (NOGUEIRA, 1987, p. 14).

Nogueira relaciona os itens que talvez sejam os mais importantes na história de Extensão, apontando ainda as formas previstas de financiamento que garantiriam o futuro dos Projetos de Extensão nas Universidades Brasileiras.

Obedecendo ao princípio de descentralização de alocação de recursos, é imprescindível que sejam reservados recursos do tesouro para extensão, através de destaque orçamentário ou outro mecanismo que garanta disponibilidade permanente de verbas para os programas/projetos de extensão, de modo a assegurar continuidade de atividades; Além dos recursos orçamentados, as IESP deverão captar recursos junto a agências e/ou fontes financiadoras, para os projetos de extensão; Criação, no MEC, de um fundo especial para financiamento de Programas/Projetos de Extensão; Restabelecimento do sistema de bolsas de extensão do MEC, nos mesmos níveis das bolsas de iniciação científica e de monitoria, além das bolsas próprias já existentes em algumas IESP ou bolsas oferecidas por outras agências; As agências de fomento e financiamento deverão financiar também programas/projetos de extensão, de vez que estes constituem também atividades acadêmicas (NOGUEIRA, 1987, p. 14).

O Fórum foi um ponto decisivo para o fortalecimento da Extensão Universitária, prevendo a organização de um sistema de gestão e representação dessa área que permite a integração. Em seu primeiro encontro, não somente definiu como deveriam ser a estrutura e gestão da extensão, como definiu ao mesmo tempo as funções que a partir dali o FORPROEX teria, no sentido de expandir e consolidar a Extensão na universidade brasileira. Assim, o Fórum teria como objetivos:

Formulação de diretrizes básicas que permitam a articulação das ações comuns das Pró-Reitorias das IESP da área, a nível regional e nacional; Estabelecimento de políticas de ações que visem a orientação e fortalecimento de atuação das Pró-Reitorias; Articulação permanente com o Conselho de Reitores das Universidades Brasileira (CRUB), visando a análise e encaminhamento das questões referentes à área de atuação das Pró-Reitorias; Articulação permanente com o Fórum de Pró-Reitores de Ensino e com o Fórum de Pró-Reitores de Pesquisa e Pós-Graduação com o objetivo de desenvolver ações conjuntas que visem a real integração da extensão, ensino e pesquisa; Contato com os órgãos governamentais e outros segmentos da sociedade, atuando como interlocutor sobre questões e políticas relacionadas com a área de atuação das Pró-Reitorias (NOGUEIRA, 1987, p. 17-18).

O FORPROEX consolida a visão de que a Extensão assegura o compromisso da universidade no processo de ensino-aprendizagem com as comunidades através de atividades acadêmicas que visem a interligar as atividades de ensino e pesquisa, levando o desenvolvimento social através da cultura, da produção intelectual, da produção científica. Por meio da extensão pode-se desenvolver em diferentes espaços o trabalho em conjunto com os sujeitos da sociedade de que faz parte, em busca de ações permanentes com diversos segmentos e instituições dessa sociedade. A Coordenação Nacional do FORPROEX, composta por um presidente, vice-presidente e os coordenadores regionais e temáticos, é escolhida no fórum que acontece anualmente.

O FORPROEX, fundamental como vimos para a Extensão nas Universidades Brasileiras, acontece desde então todos os anos em localidades diferentes no Brasil. Conforme dados disponíveis na página WEB da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)²⁶, destacamos, a seguir, os eventos organizados de 1987 a 1992 (ver Tabela 2). O Fórum coloca que é preciso uma constante revisão do conceito de extensão, motivo pelo qual, a cada ano, encara-se o debate de novos temas, entre os

²⁶ Extensão Universitária: diretrizes conceituais e políticas – Documentos básicos do Fórum Nacional de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras 1987 – 2000. Pode ser acessada na página: <https://www.ufmg.br/proex/renex/images/documentos>.

quais interdisciplinaridade, metodologia, alfabetização, prestação de serviços, relação com graduação e pesquisa e cultura.

Eventos do FORPROEX realizados entre os anos de 1987 a 1992

| ANO | LOCAL/DATA | TEMA |
|---|---|---|
| 1987 I Encontro de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras | UNB Brasília 04 e 05 de novembro | Conceito de extensão, institucionalização e financiamento. |
| 1988 II Encontro de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras | UFMG Belo Horizonte 23 e 24 de maio | Estratégia de articulação com o ensino e a pesquisa. Extensão, pesquisa e compromisso social. Conceito de sala de aula. Extensão, estágio e crédito curricular. Projetos e atividades de extensão |
| 1989 III Encontro de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras | UFPA Belém 23 a 25 de julho | A relação universidade e sociedade: a questão da prestação de serviços. A interdisciplinaridade |
| 1990 IV Encontro de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras | UFSC Florianópolis 06 a 09 de maio | As perspectivas da extensão universitária nos anos 90. Educação e alfabetização. Metodologia em extensão universitária. |
| 1991 V Encontro de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras | UFMA São Luís 12 a 14 de junho | A institucionalização da extensão no contexto da autonomia universitária e sua gestão democrática. |
| 1992 VI Encontro de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras | UFMS Santa Maria 21 a 25 de abril | Universidade e cultura. |

Tabela 2 (Tabela elaborada pela autora, a partir de dados constantes em documentos básicos do Fórum Nacional de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras 1987)

Souza analisa a posição do FORPROEX em relação a vários destes temas. Por exemplo, na visão do Fórum, a prestação de serviços deve estar “inserida em um contexto pedagógico integrado ao processo educativo e desenvolvida com competência técnica científica comprometida com a realidade”. Quanto a participação da comunidade, vê como necessária para “a reafirmação da atividade extensionista como expressão da função social da universidade”. No que diz respeito à institucionalização funcional da extensão nas universidades, estipula que “a extensão deve ser realizada no mesmo nível hierárquico que o ensino e a pesquisa dentro da

estrutura administrativa da universidade”. O tema da cultura e das artes foi objeto de discussão no fórum de 1992, afirmando que, “em relação as artes, cabe às Universidades preservar, pesquisar e inventar” (SOUZA, 2000, p. 101-105).

Em 1987, criou-se a Rede Nacional de Universidades (RENEX)²⁷, como resultado do I Encontro Nacional de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras. Caberá à RENEX manter o cadastro²⁸ das instituições que a integram e atuar na divulgação das ações extensionistas, coordenando o Sistema Nacional de Informações de Extensão.

A práxis da Extensão teria como necessidade o entendimento do termo Extensão como atividade que pretende construir o conhecimento a partir da relação do mundo real com a academia. O FORPROEX veio a reafirmar a autonomia universitária, entendida do ponto de vista da liberdade acadêmica (em consonância com a Constituição de 1988), e o papel desta instituição no comprometimento com as políticas sociais através de atividades de extensão, indissociáveis do ensino e da pesquisa, levando à sociedade os saberes produzidos na universidade o que também contribui para a formação cidadã de seu corpo discente.

Fazer extensão é relacionar-se com o ensino, a pesquisa e a sociedade; é fazer a troca e a produção de conhecimento, atingindo as diferentes camadas da sociedade, inclusive as comunidades mais afastadas deste conhecimento. Dessa forma, seu escopo é difundir o conhecimento para que não fique limitado àqueles que têm a oportunidade de frequentar uma universidade.

O fato é que o FORPROEX teve força política suficiente, no processo político da Constituinte, para assegurar a inclusão na Carta Magna de 1988 dos princípios que propugnou já em sua primeira edição, de sorte que ficou constitucionalmente garantido o lugar da extensão na universidade brasileira.

²⁷Rede Nacional de Universidades. Pode ser acessada na página: <https://www.ufmg.br/proex/renex/index.php/apresentacao>.

²⁸ A relação das Instituições Federais, Estaduais e Municipais ligadas FORPROEX pode ser acessada na página: <https://www.ufmg.br/proex/renex/index.php/instituicoes>.

2.13 O Artigo 207 da Constituição de 1988 e a Extensão Universitária

A Constituição de 1988 absorve a Lei nº 5.540 (da Reforma de 68) e, no Artigo 207²⁹, registra o princípio de indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, que deve reger as Universidades Brasileiras:

As universidades gozam de autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial, e obedecerão ao princípio de indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão. É facultado às universidades admitir professores, técnicos e cientistas estrangeiros, na forma da lei. O disposto neste artigo aplica-se às instituições de pesquisa científica e tecnológica (Constituição, 1988, Art. 27).

Entre a letra da Constituição, a formulações teóricas dos estudos, as recomendações do Fórum e as regulações do MEC, existe um outro espaço em que as práticas se definem, que é a rotina acadêmica e administrativa das universidades. Nesta esfera, segundo Souza (2000), as universidades muitas vezes interpretaram ou aplicaram erroneamente a Extensão, com relação ao que a autora arrola argumentos tais como os que seguem:

Tenta [...] criar respostas para as diversas definições em diferentes tentativas de limitar a sua prática [da extensão] ou para servir de justificativa para práticas que já aconteciam na academia sem definições claras. [...] Quando a Extensão Universitária surge no cenário acadêmico, ela parece provocar um certo embaraço, como se sua existência fosse anacrônica ou impertinente. [...] A universidade ateu-se ao seu compromisso social, via aplicação de sua função de ensino, porém restrito a uma parcela da sociedade. [...] as atividades de extensão, que poderiam ser o instrumento mediador da Universidade para ampliar seu compromisso social, têm se caracterizado pela desvinculação das necessidades e objetivos das classes subalternas e pela permanente vinculação aos interesses das classes dominantes (SOUZA, 2000, p. 11-15).

Para Cassimiro (1983), a universidade necessita estar em permanente reflexão e conceituar-se, mais do que traçar seus contornos e limites, agindo em conformidade com o contexto e sua época. Para Souza (2000), a Universidade tem não só objetivos pedagógicos em sua existência na sociedade, mas também objetivos sociais, políticos e culturais. Em consonância com esta visão, e com a política educacional brasileira, na década de 1990 há grandes rearranjos, verificados inclusive na estrutura do MEC:

²⁹ Constituição de 1988 - Artigo 207. Pode ser acessada na página:
http://www.senado.leg.br/atividade/const/con1988/con1988_14.12.2017/art_207_.asp

A política educacional brasileira passou por muitas mudanças nos anos 90. Em 8 de novembro de 1990, foi criada a Estrutura Regimental do MEC, aprovada pelo Decreto³⁰ nº 99.678, assinado pelo Presidente da República Fernando Collor de Melo. Juntamente com as demais estruturas, foi criada a Divisão de Extensão e Graduação (DIEG), vinculada ao Departamento de Política de Ensino Superior (DPES), da Secretaria Nacional de Educação Superior (SeNESu), que passa a desempenhar a coordenação da política de extensão a nível nacional (SOUZA, 2000, p. 77).

Na virada dos 1980/1990, a nova conceituação da Extensão se consolida. Deve ser superior ao assistencialismo, ao oferecimento de cursos e à simples prestação de serviços à comunidade. É mister que prime pela troca de conhecimento, trazendo a necessidade da via de mão dupla, que retroalimenta o ensino e a pesquisa. A universidade e a sociedade precisam ter um vínculo, pois a universidade não existe sem a sociedade, e uma sociedade moderna e justa não existe sem a universidade. E a extensão é este vínculo.

No capítulo seguinte, tentaremos encontrar os reflexos dos acontecimentos nacionais na extensão da Universidade Federal de Pelotas, através de documentos, entrevistas e depoimentos recebidos de servidores que atuaram na Gestão da Extensão da UFPel no período abrangido por esta pesquisa.

³⁰ Decreto nº 99.678, de 8 de novembro de 1990. Aprova a Estrutura Regimental do Ministério da Educação e dá outras providências, assinado pelo Presidente da República Fernando Collor, publicado no Diário Oficial da União - Seção 1 - 9/11/1990. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/Antigos/D99678impressao.htm.

3 Capítulo II – Extensão na UFPel: Conhecendo o Passado (1969 – 1977)

Nesse capítulo dissertamos sobre a Extensão desde os primeiros sinais de sua atuação na Universidade Federal de Pelotas como instituição de ensino até o momento da criação da Pró-reitora de Extensão. A instituição vivenciou momentos extremamente importantes para sua consolidação quanto ao fazer acadêmico. Apresentamos a seguir alguns marcos da Extensão Universitária da UFPel.

As primeiras atividades de Extensão após a fundação da UFPel, em 1969, encontram-se limitadas às memórias daqueles que vivenciaram e fizeram parte daquele momento. Como os indivíduos não pertencem apenas a um grupo e se inserem em múltiplas relações sociais, as diferenças individuais de cada depoimento expressam o resultado da trajetória de cada um ao longo de sua vida. Portelli já dizia que “construção do todo através da história oral se dá da seguinte forma: são pedaços diferentes, pois nem todos os relatos são iguais, são como retalhos que organizados formam um todo coerente e quando reunidos construímos uma colcha de retalhos” (PORTELLI, 1997, p. 11). Maurice Halbwachs (2013) segue nesse pensamento, “uma ou mais pessoas juntando suas lembranças conseguem descrever com muita exatidão [...] conseguem até reconstituir toda a sequência de nossos atos e nossas palavras em circunstâncias definidas [...]” (HALBWACHS, 2013, p. 31).

Dessa forma, este capítulo se constitui a partir de entrevistas e depoimentos cedidos à autora, assim como entrevistas e depoimentos concedidos a outrem, como relatos publicados em meios diversos ou conservados em outros por organizações. Para a realização das entrevistas, foram selecionados aqueles depoentes que exerciam funções junto à administração superior e/ou atuaram diretamente junto aos Programas de Extensão na UFPel no período pesquisado.

Através dos depoimentos podemos encontrar uma imagem mais clara do passado, podendo preencher lacunas deixadas pela não existência de registros documentais; de forma oposta, e complementar, através de documentos, podemos fazer um esforço de reconstruir períodos dos quais não conseguiríamos dispor das memórias orais. Isto que nos remete novamente a citar Portelli (1997, p. 13), quando coloca em destaque importância do trabalho de campo para a realização da história oral:

A História Oral é uma ciência e arte do indivíduo. Embora diga respeito – assim como a sociologia e antropologia – a padrões culturais, estruturas

sociais e processos históricos, visa a aprofundá-las, em essência, por meio de conversas com pessoas sobre a experiência e a memória individuais e ainda por meio do impacto que estas tiveram na vida de cada um. Portanto, apesar de o trabalho de campo ser importante para todas as ciências sociais, a História Oral é, por definição, impossível sem ele (PORTELLI, 1997, p. 13).

Os que nos relataram os fatos do passado são aqueles servidores que trabalharam em cargos administrativos, em órgãos internos da UFPel, e servidores que atuaram diretamente em projetos oriundos de unidades diversas ou de outras instituições.

É desafio do pesquisador a articulação dos temas e questões, pondo-os em diálogo e percebendo suas diferenças e conexões. Nessa pesquisa, a experiência marcante e não esquecida das fontes orais é utilizada como aliada principal para a construção do passado da Extensão da UFPel. Dessa forma ressalta Michael Pollak, sobre a importância da memória, quando nos diz que “os elementos constitutivos da memória individual ou coletiva são, em primeiro lugar, os acontecimentos vividos pessoalmente, e, em segundo lugar, os acontecimentos vividos pelo grupo ou pela coletividade à qual a pessoa pertence” (POLLAK, 1992, p. 2).

Tratamos a seguir dos primeiros anos que antecedem a fundação da UFPel, histórico que se faz necessário para a interpretação dos dados que seguem no decorrer deste capítulo, assim como do seguinte.

3.1. Antecedentes e criação da UFPel (1969)

As primeiras ações de caráter extensionista nos remetem ao Centro de Treinamento e Informação do Sul — o CETREISUL, de acordo com o documento³¹ oficial da UFPel, “Plano de Desenvolvimento Institucional” (2002-2006).

O Centro de Treinamento e Informação do Sul criado em 29 de outubro de 1960, na qualidade de um Projeto do Escritório Técnico de Agricultura – ETA/BRASIL – Estados Unidos, na época denominado, – CETREISUL – levava os serviços da universidade à comunidade em geral a partir do acervo de conhecimentos e técnicas nela produzidos. [...] em consonância com o Acordo Intergovernamental entre os dois países, era destinado a facilitar o desenvolvimento da agricultura e os recursos naturais, tendo como sede a cidade de Pelotas/RS. Visava integrar o sistema de ensino e pesquisa

³¹ Plano de Desenvolvimento Institucional (2002-2006). Conteúdo que pode ser acessado em: https://wp.ufpel.edu.br/prec/files/2014/02/PDI2006_1330083509_pdi.pdf.

composto pela Universidade Rural do Sul e o Instituto de Pesquisas e Experimentação Agropecuárias do Sul e as atividades conduzidas pelos serviços regionais de Extensão, num programa que destinava-se a habilitar pessoas para trabalhar nos Programas de Extensão Rural do País; realizando cursos e treinamentos, criando mentalidade extensionista nas profissões ligadas ao meio rural mantendo, participando e divulgando as atividades correlatas à Extensão, ao fomento do ensino e da pesquisa agrícola sendo alguns dos objetivos previstos no contrato (UFPeI, PDI 2002-2006, p. 69).

O CETREISUL era responsável por cursos e treinamentos, inserindo uma forma de pensar a extensão voltada ao meio rural, em especial às atividades agrícolas, como fomento do ensino e da pesquisa. Sendo assim, a ideia de extensão estava implícita nas suas funções.

A partir de dezembro de 1960, o Cetreisul juntamente com a Escola de Veterinária, Escola de Agronomia Eliseu Maciel e o Curso de Ciências Domésticas passaram a integrar a Universidade Rural do Sul - URS, do Ministério da Agricultura e, em 1967, para o Ministério da Educação, com a denominação de Universidade Federal Rural do Rio Grande do Sul - UFRRS. Na área de treinamento, os cursos aperfeiçoavam o pessoal técnico e os cursos tecnológicos e de educação de base abriam perspectivas ao homem do campo. O ETA Projeto Cetreisul teria sido encerrado em dezembro de 1968, e com a fundação da UFPeI - Universidade Federal de Pelotas, em 08.08.1969, o Cetreisul, passa a integrar a estrutura da UFPeI, como órgão suplementar assumindo, assim, as atividades de Extensão. Passando a abranger não apenas as atividades relativas ao meio rural, mas também realizando e coordenando cursos de aperfeiçoamento, treinamento, atualização e de apoio didático aos cursos (UFPeI, PDI 2002-2006, p. 69).

A Universidade Federal de Pelotas é criada através do Decreto³²-Lei nº 750, de 08 de agosto de 1969. A ela foram integradas unidades que tinham vínculo com instituições já existentes no município de Pelotas. O decreto determina que:

[...] É criada a Universidade Federal de Pelotas (UFPEL), mediante a transformação e incorporação da Universidade Federal Rural do Rio Grande do Sul, e das Faculdades de Direito e de Odontologia e do Instituto de Sociologia e Política, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. [...] será uma fundação de direito público vinculada ao Ministério da Educação e Cultura, com autonomia didático-científica, administrativa, financeira e disciplinar, nos termos da legislação federal e de seu estatuto. [...]. São fins da UFPEL a realização e o desenvolvimento da educação superior e da pesquisa, e a divulgação científica, tecnológica, cultural e artística. [...]. A UFPEL será constituída das seguintes unidades: I - Faculdade de Agronomia "Eliseu Maciel"; II - Faculdade de Ciências Domésticas; III - Faculdade de Direito; IV - Faculdade de Odontologia; V - Faculdade de Veterinária; VI - Instituto de Sociologia e Política. [...]. Passam a ser instituições particulares agregadas à UFPEL o Conservatório de Música de Pelotas, a Escola de Belas

³² Decreto-lei nº 750, de 8 de agosto de 1969, cria a UFPeI; pode ser lido na íntegra em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1960-1969/decreto-lei-750-8-agosto-1969-375218-publicacaooriginal-1-pe.html>.

Artes "Dona Carmem Trápaga Simões" e a Faculdade de Medicina da Instituição Pró-Ensino Superior no Sul do Estado (IPESSE) [...] Por deliberação do Conselho Universitário, a Universidade poderá promover a criação de novas unidades [...] (Decreto-lei nº 750, 1969).

No "Plano de Desenvolvimento Institucional" (2002-2006) da UFPel, consta que, no mesmo ano, através do Decreto-Lei nº 65.881, de 16 de dezembro de 1969, novas unidades viriam compor a UFPel:

[...] foram criadas as seguintes unidades acadêmicas: Instituto de Biologia, Instituto de Ciências Humanas, Instituto de Química e Geociências. Instituto de Física e Matemática e Instituto de Artes, também órgãos suplementares foram agregadores "a Estação Experimental de Piratini; o Centro de Treinamento e Informação do Sul; a Imprensa Universitária; a Biblioteca Central; o Museu e a Casa para Estudante [...] e, os órgãos complementares, o Colégio Agrícola Visconde da Graça e o Colégio de Economia Doméstica Rural" (UFPel, PDI 2002-2006, p. 08).

Como previa o Art. 9º do Decreto-Lei nº 750, o estatuto da fundação seria elaborado em no máximo 120 (cento e vinte) dias. Desta forma, o Estatuto da Fundação Universidade Federal de Pelotas³³ foi assinado em Brasília, no dia 16 de dezembro de 1969, pelo então Ministro da Educação Jarbas Passarinho³⁴. Sobre o Regime Fundacional da UFPel, conforme Estatuto:

A Universidade Federal de Pelotas (UFPEL), criada pelo Decreto-lei nº 750, de 8 de agosto de 1969, é uma fundação de direito público, como órgão da administração federal indireta, de duração ilimitada, com sede e foro jurídico o Município de Pelotas, Estado do Rio Grande do Sul, gozando de autonomia administrativa, financeira, didático-científica e disciplinar, e regendo-se pela legislação federal de ensino, pelas demais leis que lhe forem atinentes e pelos estatutos da Fundação e da Universidade. A Universidade adquirirá personalidade jurídica a partir da inscrição do texto do presente Decreto no Registro Civil de Pessoas Jurídicas (*Estatuto da UFPel*, 1969, s/p).

Em relação aos objetivos, conforme Estatuto:

A Universidade Federal de Pelotas tem como objetivos básicos, a educação, o ensino, a pesquisa e a formação profissional em nível superior, bem como o desenvolvimento científico, tecnológico, filosófico e artístico, estruturando-se de modo a manter sua natureza orgânica, social e comunitária: como instituição orgânica, assegurando perfeita integração e intercomunicação de seus elementos constitutivos; como instituição social, pondo-se a serviço do desenvolvimento e das aspirações coletivas; como instituição comunitária, contribuindo para o estabelecimento de condições de convivência, segundo

³³ Estatuto da Fundação Universidade Federal de Pelotas. Pode ser lido na íntegra em: <http://wp.ufpel.edu.br/convenios/files/2011/07/CRIA%C3%87%C3%83O-DA-UFPEL-decreto-65881-16-dezembro-1969-407283.doc>.

³⁴ Jarbas G. Passarinho, nomeado pelo presidente da República Emílio Garrastazu Médici como ministro da Educação em 30 de outubro de 1969, permaneceu no cargo até 15 de março de 1974. Falecido em 5 de junho de 2016.

os princípios de liberdade, justiça e respeito aos direitos e demais valores humanos. A missão da Universidade será cumprida mediante o desenvolvimento simultâneo e associada das atividades de ensino e da pesquisa. A ação docente e de pesquisa se desenvolverá nas seguintes áreas fundamentais: Ciências exatas, biológicas e tecnológicas, Filosofia e Ciências Humanas, Letras e Artes. A Universidade Federal de Pelotas, no seu regime fundamental observará as normas legais concernentes e o presente Estatuto (*Estatuto da UFPel*, 1969, s/p).

A Universidade Federal de Pelotas será integrada, conforme Estatuto das seguintes unidades:

Faculdade de Agronomia "Eliseu Maciel", da Faculdade de Ciências Domésticas, da Faculdade de Direito, da Faculdade de Odontologia, da Faculdade de Veterinária. O Instituto de Sociologia e Política, do Instituto de Biologia, do Instituto de Ciências Humanas, do Instituto de Química e Geociências, do Instituto de Física e Matemática e o Instituto de Artes. São instituições agregadas à Universidade, a Escola de Belas Artes "Dona Carmen Trápaga Simões", a Faculdade de Medicina da Instituição Pró-Ensino Superior do Sul do Estado (IPESSE) e o Conservatório de Música de Pelotas. Integram a Universidade, como órgãos suplementares: a Estação Experimental da Palma e a Estação Experimental de Piratini, vinculadas à Faculdade de Agronomia "Eliseu Maciel" - O Centro de Treinamento e Informação do Sul (CETREISUL), vinculado à Reitoria; a Imprensa Universitária, vinculada à Reitoria; a Biblioteca Central, vinculada à Reitoria; o Museu, vinculado à Reitoria; a Casa para Estudantes, vinculada à Reitoria. São órgãos complementares da Universidade: o Colégio Agrícola "Visconde da Graça", o Colégio de Economia Doméstica Rural (*Estatuto da UFPel*, 1969, s/p).

Ao examinarmos o Estatuto Fundacional da UFPel, não encontramos a palavra "extensão". Por exemplo, em seus objetivos, encontramos que a universidade: *tem como objetivos básicos, a educação, o ensino, a pesquisa e a formação profissional em nível superior*. Mas isto não significa que conteúdo e atividades relacionadas à extensão não estivessem previstos. Entende-se a extensão quando lemos, no mesmo item sobre os objetivos: "manter sua natureza orgânica, social e comunitária [...] pondo-se a serviço do desenvolvimento e das aspirações coletivas; como instituição comunitária, contribuindo para o estabelecimento de condições de convivência" (*Estatuto da UFPel*, 1969, s/p).

Ao mesmo tempo, ao discorrer sobre a estrutura, se menciona o Instituto de Sociologia e Política, que seria uma unidade voltada à pesquisa e pós-graduação, de outro lado, cita estruturas que eram envolvidas com programas e ações extensionistas. Se olharmos para as unidades de ensino, tanto a Escola de Belas Artes "Dona Carmen Trápaga Simões" quanto o Conservatório de Música de Pelotas, além de realizarem exposições e concertos abertos ao público, ofereciam cursos abertos à população, nomeadamente os cursos de piano, canto e violão no

Conservatório de Música. Vale lembrar a menção, na estrutura da UFPel, de um Museu. De outro lado, as estações experimentais poderiam ser espaços para atividades agropecuárias que envolviam igualmente relação com comunidade, com produtores no caso. Especificamente o Centro de Treinamento e Informação do Sul (CETREISUL), poderia ser considerado a primeira unidade administrativa voltada especificamente à extensão universitária, mesmo que ainda não fosse identificada com este nome.

Passamos a uma breve análise do contexto político daquele momento. A Professora Beatriz Loner³⁵, na publicação³⁶ intitulada “A relação com a comunidade e os desdobramentos políticos”, disponível na página WEB oficial da UFPel, revela os desdobramentos políticos com a comunidade e região quando da criação da UFPel:

O processo de criação da UFPel, iniciado em 1968 por políticos e professores da região, foi resultado de uma intensa campanha de mobilização da opinião pública, de pressões e gestões junto a políticos e órgãos federais, no sentido de unificar-se os vários institutos de ensino superior existentes na cidade num único conjunto, ampliando o número de cursos e unidades e potencializando os recursos disponíveis, até então dispersos ou divididos entre vários órgãos. Essa campanha surgiu de lideranças políticas da cidade, juntamente com setores dos vários cursos envolvidos. Apenas setores, pois havia, por parte de um grande número de professores, o temor da perda de prestígio, posição ou direitos conquistados, especialmente para aqueles cursos já vinculados à Universidade Federal do Rio Grande do Sul, principal instituição universitária do Estado. [...] para as lideranças políticas da região e para os cursos que viam na criação da UFPel a conquista de sua própria federalização, a fundação da universidade era um objetivo essencial, inclusive para auxiliar no desenvolvimento econômico e cultural do município (45 anos UFPel, s/p.)

O professor da Faculdade de Direito de Pelotas, à época em que a unidade ainda se vinculava à UFRGS em Pelotas, Aldyr Garcia Schlee³⁷, concedeu-nos entrevista e relatou como vivenciou o período que antecedeu a fundação da UFPel.

Eu fui um dos que lutaram para que nós fundássemos a nossa Universidade, pois havia um grupo muito grande que não queria isso, porque tinha as benesses da UFRGS. [...]. Tinham os figurões, professores grandes [...] e quando se criou a Universidade Federal de Pelotas um dos que lideravam o movimento da UFRGS aqui de Pelotas [...] foi nomeado primeiro Reitor da UFPel. [...] isso abriu grandes discussões e grandes divergências já no início

³⁵ Professora Graduada em Licenciatura em História pela UFRGS (1972-1975), Mestrado em História pela UNICAMP e Doutorado em Sociologia pela UFRGS (1999). Foi professora associada da UFPel, participando dos mestrados de Ciências Sociais e de História da mesma Instituição até fins de 2011.

³⁶ Publicação subsidiada pelo artigo da professora do ICH e coordenadora do Núcleo de Documentação Histórica da UFPel, professora Beatriz Ana Loner, intitulado “Um breve histórico” (p. 29-48), “A relação com a comunidade e os desdobramentos políticos. Pode ser acessada na página: <http://wp.ufpel.edu.br/45anos/relacaocomunidade/>.

³⁷ A partir deste momento, ao me reportar a Aldyr Garcia Schlee, usarei Schlee, forma como é chamado localmente.

da nossa Universidade, porque havia os que tinham a ilusão de ocupar a reitoria. (Aldyr Garcia Schlee. 2017)

Conforme Schlee, as disjunções político-partidárias que ocorriam dentro da instituição foram importantes, tiveram um resultado positivo, porque “elas não fizeram ninguém perder nada, pois se ganhou em participação; teve um efeito pedagógico na estrutura educacional, com o choque de ideias e o aprimoramento delas em decorrência da discussão e da realização de tarefas de produção intelectual” (SCHLEE, 2017).

Nesse contexto, criada após a Reforma Universitária de 1968, a UFPel buscou adequar-se aos seus parâmetros que nortearam sua implantação e os seus primeiros passos, até que o processo de redemocratização política do país sinalizasse novos rumos para as universidades públicas brasileiras.

Segundo Mário Osório Magalhães³⁸: “após a criação da UFPel, iniciou-se o período de estruturação da Universidade, com a implantação dos seus órgãos administrativos, a reformulação e adequação das antigas unidades e a criação dos institutos básicos necessários ao seu funcionamento” (Resenha histórica – UFPel, s/p).

O primeiro reitor que administrou a UFPel foi o Professor Delfim Mendes Silveira, Diretor Faculdade de Direito. Exerceu o cargo de reitor até 1977. Conforme a Resenha³⁹ histórica disponível no site da UFPel, a universidade contou, no período desta pesquisa, com os seguintes gestores:

[...] como primeiro reitor o professor Delfim Mendes Silveira, diretor da Faculdade de Direito, que administrou a Universidade até 1977. Em sua gestão a UFPel expandiu-se, tanto em número de cursos quanto de alunos, estruturando-se como universidade e construindo o seu campus nas instalações da antiga UFRRS, junto à Faculdade de Agronomia. [...] nas gestões seguintes ocuparam o cargo Reitor os professores: Ibsen Wetzel Stephan (1977-1981), José Emílio Gonçalves Araújo (1982-1984), Ruy Brasil Barbedo Antunes (1984 -1988), Amílcar Goyhenex Gigante (1989-1993). Como vice-reitores, figuram os nomes dos professores Renato Rodrigues Peixoto, Alexandre Valério da Cunha, Guido Kaster, Clinéa Campos Langlois, Léo Zilberknop, Paulo Eduardo Brenner Soares, Luiz Henrique Schuch (Resenha histórica – UFPel, s/p).

³⁸ Mestrado em História, 1989/1991, Especialização em Relações Internacionais, 1978/1978, Graduação em Direito-1970/1974.

³⁹ Resenha histórica – UFPel. Pode ser acessado na página: <http://wp.ufpel.edu.br/45anos/>

Analizamos o período que denominamos de “primeira fase da extensão na UFPel”. Consideramos que nesses anos (1969-1977) não havia um órgão regulador da atividade, que centrasse todas as decisões e ações na área de extensão.

3.2 Primeira Fase da Extensão (1969 – 1977)

O CETREISUL, criado em 1960, tinha a denominação de ETA – PROJETO 61. Era um órgão existente desde a Universidade Rural do Sul, integrado, posteriormente à Universidade Federal Rural do Rio Grande do Sul, e posteriormente à UFPel. Tinha como objetivo a realização de cursos, treinamentos, seminários e outros, destinados à comunidade (universitária ou não). Após a sua integração na UFPEL, continuou com os mesmos objetivos, com propostas vindas das diversas unidades e setores, com maior abrangência e alcance.

Abordei preliminarmente as abrangências do CETREISUL no artigo “Extensão Universitária na Construção do Conhecimento nos Primórdios da Fundação da Universidade Federal de Pelotas”, o qual aproveitei parcialmente para a caracterização deste órgão interno:

Inúmeros cursos foram ministrados sob a coordenação administrativa do Centro de Treinamento do Sul (CETREISUL), um dos órgãos suplementares da Universidade que se destinava, especificamente, a desenvolver atividades de Extensão Universitária, atuava realizando cursos intensivos e divulgando os resultados da pesquisa e foi uma das células de origem de uma extensão mais voltada à comunidade se estruturando de uma forma a atingir a área de treinamento de conhecimento e tecnologia. A Universidade para incentivar os filhos de agricultores que retornavam do serviço militar a ficarem no campo começou a oferecer cursos para incentivar o retorno às suas famílias. O CETREISUL era o órgão tido como de fazer extensão, não era um órgão vinculado aos departamentos, organizava cursos extracurriculares para oferecer à comunidade, principalmente a alunos egressos, cursos de atualização profissional. Essa oferta cada vez mais se ampliava junto com o IAS (Instituto Agrônomico do Sul), órgão de pesquisa localizado junto Campos Capão do Leão que deu origem à Embrapa (Rocha, 2017, p. 492).

O primeiro programa e um marco histórico da extensão, apresentado pela UFPel, ocorreu em 1970. No segundo ano de sua existência, a Universidade Federal de Pelotas, antecipando-se ao programa CRUTAC (1972), que tinha caráter nacional, sob a coordenação do Ministério da Educação e Cultura, iniciava a execução do Projeto de Extensão Universitária e Ação Comunitária (PUAC), que proporcionou treinamento aos estudantes e assistência a populações rurais da Zona Sul. A

abrangência de suas primeiras atuações está relatada no documento “Seis anos de atuação - 1969-1975”:

O PEUAC abrangia desde primeiros socorros, extrações dentárias, ornamentação do lar e criação racional de terneiros, até horta caseira, confecção de tapetes, assistência médica, veterinária, odontológica, preparo de rações, distribuição de medicamentos e cuidados com os inseticidas, análise do solo, assistência jurídica, etc. Em 1971, o PEUAC/UFPel, dentro do trabalho de assistência médica, atendeu a 217 pessoas e fez 300 exames parasitológicos. No que se refere à assistência odontológica, realizou 34 extrações, aplicou vacina antirrábica em cães, prestou atendimento veterinário a bovinos, equinos e aves, etc. Atuou nas localidades de Colorado (89^o Distrito de Canguçu). No primeiro ano de atuação, 1970, o PEUAC/UFPel realizou trabalhos na localidade de Lixiguana, pertencente ao Distrito de Vila Freire, no município de Pedro Osório⁴⁰. Durante um mês, entre palestras e práticas, foram difundidos conhecimentos gerais sobre agricultura, veterinária, higiene, profilaxia médica e odontológica, administração do lar. Artes e ofícios, sociologia e estrutura rural. (UFPel, *Seis anos de atuação 1969-1975*, 1975, p. 99).

No âmbito da UFPel, outros setores atuaram na realização de cursos extracurriculares, como é o caso da Faculdade de Odontologia:

Além dos cursos extracurriculares, outras atividades como, por exemplo: O serviço de assistência odontológica, prestado pela Faculdade de Odontologia; o serviço de atendimento dentário dessa Faculdade atendeu em média, 250 pacientes por dia realizando desde simples exames a prótese ou a cirurgia mais especializada. Eram atendidos naqueles anos pacientes comprovadamente carentes. O Departamento de Odontologia Social e Preventiva, através de convênio entre a UFPel e a Prefeitura de Pelotas, possuía 14 equipes instaladas no próprio departamento e 18 em escolas da rede municipal. O trabalho que tinha a finalidade preventiva e curativa consistia em aplicações tópicas de fluoreto de cálcio, pequenas cirurgias, restaurações dentárias, palestras de educação sanitária. (UFPel, *Seis anos de atuação 1969 -1975*, 1975, p.112).

Em entrevista, o professor Valter Eliogabalos da Rosa Azambuja⁴¹, (usualmente chamado de Valter Azambuja)⁴² relata-nos a sua passagem como estudante do Colégio Agrícola Visconde da Graça (CAVG) naquele período:

Eu sempre fui extensionista por natureza. Em 1964, eu e alguns colegas nos dispusemos a dar aulas num regime de extensão, uma atividade de extensão da escola. Eram aulas práticas no Instituto Espírita Lar de Jesus. Foi a minha primeira experiência como professora, nós éramos alunos do, íamos todos os sábados num feito, uma carrocinha pequeninha. (Valter Eliogabalos da Rosa

⁴⁰ Atual município de Cerrito.

⁴¹ Valter Eliogabalos da Rosa Azambuja, nascido em 11 de abril de 1947. Foi aluno do Colégio Agrotécnica Visconde da Graça (CAVG) em 1961. Teve seu início profissional na UFPel em 1969. Em 1975 foi vice-direção do CAVG (1975 a 1976). Graduado em Medicina Veterinária pela UFPel em 1973. Aposentou-se em 1997 na UFPel, mais atuando na universidade até 2005 em cargo de confiança.

⁴² Neste momento ao me reportar a Valter Eliogabalos da Rosa Azambuja utilizarei Valter Azambuja, forma como é chamado localmente.

Azambuja, 2017)

No capítulo anterior, foram detectadas, nas ações sociais e comunitárias, situações nas quais pudemos encontrar poder e dominação do Estado. Falar sobre o período é inevitável, embora para alguns a visão tenha sido um pouco diferente, como no relato do Professor Valter Azambuja, no texto a seguir:

Em 1967 eu concluí o curso técnico no CAVG e queria fazer veterinária. Me recordo que em 1966 fiz vários cursos de extensão durante o período de técnico, inclusive cursos em Bagé, de inseminação artificial em ovinos. Fizemos na época pelo CETREISUL. Veja bem, 1967, em pleno período da revolução. O que eu tenho, notei, é que a ditadura em si não alterou, não mexeu muita coisa na extensão. É o que todos me dizem até então. Muito pelo contrário, manteve. Do que eles estavam chamando de Golpe Militar, se tinha alguma coisa que eu lembrava, e eu digo, "ah eu lembro muito bem, foi criada a Universidade Federal de Pelotas e a Universidade Federal de Rio Grande. Durante esse período eu fiz um concurso para técnico na Universidade e fui aproveitado como professor", retornando em 1969 ao CAVG como professor (Valter Eliogabalos da Rosa Azambuja, 2017).

A UFPel organizava sua proposta de extensão da Universidade com base na comunidade, ao passo que os cursos se intensificavam na nova instituição:

Nos seis primeiros anos, de 1969 a 1975, a Universidade Federal de Pelotas ministrou um total de 120 cursos extracurriculares, assim considerados cursos de extensão, atualização, aperfeiçoamento e especialização, atingindo 5.161 pessoas, ou seja, uma média de quase 900 pessoas por ano. Além dos cursos regulares de graduação, pós-graduação e segundo grau, a Universidade Federal de Pelotas, dentro de sua programação extensionista, ministrou cursos intensivos de três dias até vários meses em diversos níveis 1^o e 2^o graus, graduação e pós-graduação, atendendo a uma vasta área geográfica, pois os cursos sobre sementes tiveram inscrição de técnicos de mais de uma dezena de estados brasileiros. Ainda dentro desses seis primeiros anos de UFPel, grande número de cursos foram ministrados sob a coordenação administrativa do Centro de Treinamento do Sul (CETREISUL), órgão suplementar da UFPel, que, como o CRUTAC, destina-se, especificamente, a desenvolver atividades de Extensão Universitária: nesse sentido, o CETREISUL atuava realizando cursos intensivos e divulgando os resultados da pesquisa (*UFPel, Seis anos de atuação 1969 -1975*, 1975, p. 112).

Do ponto de vista institucional, assim, a UFPel se organiza no período com base em duas instâncias administrativas, que articulam diferentes iniciativas extensionistas, integradas à vida da universidade, no sentido de que envolviam vários cursos. Trata-se do Campus Avançado de Cáreres e do CRUTAC, que analisaremos logo a seguir.

3.2.1 O Campus Avançado de Cáceres

No capítulo anterior relacionamos os Campi Avançados (22), que foram criados partir de 1969, e entre eles estava o Campus Avançado de Cáceres, no atual Mato Grosso. O Campus Avançado de Cáceres foi instalado no ano de 1973, numa ação conjunta dos Ministérios da Educação e Cultura e do Ministério do Interior, sob a responsabilidade da UFPel, da Universidade Católica de Pelotas, da Universidade Federal do Rio Grande e da Universidade Federal de Mato Grosso, com seu trabalho de interiorização feito pela universidade, através de uma base permanente instalada no município de Cáceres. Como elemento de apoio técnico didático, o campus contava com grupo de professores que integravam o Grupo Tarefa Universitário (GTU), que, em conjunto com coordenador, responsabilizavam-se pelo desenvolvimento dos projetos em execução, bem como do treinamento geral e específico dos universitários que permaneciam durante um mês no estágio. A cada 30 dias esse Campus recebia 8 estudantes universitários das mais diversas áreas dispostos a contribuir, ou melhor, a devolver às populações carentes uma pequena parcela do enorme preço pago pelos brasileiros de todos os quadrantes para mantê-los nos bancos das universidades.

A experiência é única, os momentos vivenciados pelos jovens que se envolvem com o Projeto Rondon tornam-se inesquecíveis, na medida em que se sentir socialmente útil deixa de ser um mero exercício da retórica praticada com duvidosa sinceridade nos estreitos limites do meio acadêmico. A massificação profissional imposta pela sociedade consumista e competitiva fica para trás, distante nos quase três mil quilômetros percorridos pelo Bandeirante da Força Aérea Brasileira, que os remete para um outro mundo. Plantada às margens do rio Paraguai, está a bicentenária Cáceres, uma cidade repleta de tradições cultivadas à risca pelos seus 40 mil habitantes, em convivência pacífica com todas as belezas naturais que a cercam. É exatamente essa cidade que há anos vem sediando um dos 22 campi Avançados mantidos pelo Projeto Rondon (*Boletim Interno da UFPel*, nº 27, 1983, p. 17).

Conforme Boletim da Assessoria de Comunicação da UFPel⁴³, nos primeiros anos de atuação do Campus Avançado, as atividades ficaram quase que restritas a atender às comunidades periféricas (Figura 2) de Cáceres.

⁴³ Matéria Cáceres: Dez anos de Campus. Escrita pelo Jornalista Vínicos Becker Costa, Assessor de Comunicação Social da Universidade Federal de Pelotas, 1983. Boletim Interno nº 27 – UFPel.

Com o passar do tempo, conforme esses grupos aprendiam a caminhar por si, o trabalho foi deslocado para outros pontos mais necessitados. [...] as comunidades atingidas recebem os universitários de braços abertos, entendendo claramente o significado de seu trabalho, embora, infelizmente, em alguns casos alimentem uma pernicioso dependência paternalista, que, num desvio de ótica, chega a contemplar os jovens como super-heróis. Mas essa visão minúscula é parte das preocupações mais imediatas dos universitários [...] que tentam de forma gradual, porém segura e objetiva, mostrar a honestidade de seus envolvimento e propósitos. Acordando com o Prefeito de Mirassol do Oeste, Ataíde Pereira Leite, que diz ter um grande sonho, “o dia em que o Rondon concluir seu trabalho, pois aí os meus cidadãos, já terão aprendido a andar com seus próprios impulsos” (*Boletim Interno da UFPel*, nº 27, 1983, p. 18).



Figura 2 - Posto de atendimento em Cáceres
 Fonte: *Boletim Interno da UFPel*, nº27, 1983, p. 18.

De acordo com o texto escrito pelo jornalista Vínícios Becker Costa, a dependência que se estabelecia nessas comunidades pobres era da desinformação de seus habitantes: “viam uma mera consulta médica como uma benção a ser referenciada a todo tempo”. As populações da área viviam basicamente de atividades agrícolas (ver Figura 3 e 4).

Uma das resistências mais notórias das comunidades é a participação nas reuniões promovidas regularmente como forma de estabelecer um acompanhamento eficiente de preparação ao traçado de suas necessidades, expectativas e respectivos projetos de vida. As razões alegadas são múltiplas e contraditórias, mas no entender de Alvinho Teixeira, “seu Toti”, um decidido homem avesso a meias palavras, “o povo só procura o Rondon na hora de precisão”. É justamente esta mentalidade “da precisão”, que campeia com lugar comum mesmo nos meios ditos urbanos e nas classes tidas abastadas, que precisa ser mudada. Mas isso demanda tempo e atuação especializada de assistentes sociais, que inexplicavelmente há seis meses não punham os pés na cidade de Cáceres (*Boletim Interno da UFPel*, nº27, 1983, p. 18).



Figura 3 – Atendimento Rural - Cáceres



Figura 4 – Atendimento à saúde - Cáceres

Fonte: *Boletim Interno da UFPel*, nº27, 1983, p. 18.

A grande lição da experiência do Campus Avançado estava em proporcionar ao jovem uma visão ampla e verdadeira da realidade nas comunidades carentes.

Nos dias de hoje, parece que grande maioria dos universitários se mostravam preocupados com as condições de vida da população brasileira, mas se contenta em gritar por soluções que não ousa efetivamente buscar. “Espera, numa chorumela interminável, simplesmente que o Estado resolva sozinho o problema, filiando-se no fim, deliberada e cinicamente, à ideologia vigente”. A pretensa vanguarda descamba para o imobilismo caolho (*Boletim Interno da UFPel*, nº 27, 1983, p. 19).

O documento “Uma visão do campus avançado pelo Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras e Fundação Projeto Rondon de 1980”⁴⁴ traz dados como: “população de 55.000 habitantes, acesso era rodoviário e aéreo, [...] problemas da região eram sociais e económicos e a falta de assistência à classe de baixa renda [...] atividades económicas da região eram a agropecuária e extrativismo animal” (MEC/CRUB/FPR/DDD, 1980, p. 43-45). O documento também relaciona os principais projetos e atividades na região por área:

[...] Agropecuário: Projeto de pesquisa de brucelose, tuberculose e mamite em gado leiteiro, projeto de fitossanidade, projeto de solo, projeto de horticultura, projeto de viabilidade de introdução de espécies forrageiras, projeto de soja, projeto de extensão rural, projeto de pesquisa de doenças infectocontagiosas, projeto de assistência veterinária, projeto de levantamento da situação da pesca e pescadores do Rio Paraguai, projeto de assistência e orientação veterinária preventiva e curativa; Educação: A criança e a primeira infância; Saúde: Projeto de assistência odontológica preventiva e curativa, curso de enfermagem básica, curso de enfermagem pediátrica, assistência médico curativa, trabalho de base em nutrição aplicada; Socioeconômica: Programa de assistência e assessoramento a órgãos e comunidades, grupos de ação social, assistência jurídica e incentivo à documentação, serviço assistencial comunitário, projeto de ação integrada

⁴⁴Uma visão do *campus* avançado pelo Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras e Fundação Projeto Rondon. Brasília, MEC/DDD, 1980. Pode ser acessado na página: http://www.dominiopublico.gov.br/pesquisa/DetalheObraDownload.do?select_action=&co_obra=26941&co_midia=2

no interior, curso de orientação e treinamento de bibliotecas [...]. (MEC/CRUB/FPR/DDD, 1980, p. 43-45).

O entrevistado, o professor João Nelci Brandalise (usualmente chamado por Brandalise)⁴⁵, servidor da UFPel, ingressou em 31 de novembro de 1974. Se formou como Engenheiro Agrônomo pela Faculdade de Agronomia Eliseu Maciel em julho de 1977. Brandalise foi diretor e também Coordenador Geral do Campus Avançado de Cáceres.

Em sua fala, discute sobre um pouco da estrutura organizacional da UFPel:

Quando eu vim para a universidade, eu tinha feito treinamento na área de extensão. Eu entrei na universidade no Instituto de Biologia, no Departamento de Zoologia Genética. A gente não tinha o curso de Biologia. O curso era básico, nós só atuávamos com aqueles conteúdos básicos dos outros cursos, que na época estava bem definido. [...]no instituto básico e a gente trabalhava na base dos cursos, numa disciplina básica. (João Nelci Brandalise, 2017).

Brandalise se refere o início de seu envolvimento com o Campus Avançado de Cáceres: “minha primeira experiência em extensão na universidade foi no Campus Avançado de Cáceres da universidade, em 1975, como aluno. Nós fomos de Porto Alegre. Eu participei da equipe nº 060 que foi para o Campus Avançado de Cáceres” (BRANDALISE, 2017). E segue seu relato:

Para entender o papel do campus avançado, entender o desafio, se tem que retroceder e ir lá para aquele período, 1960, 1970, o Brasil, o que era. Nós temos um Brasil habitado no litoral e todo o Centro Oeste e o Norte do país desabitado, praticamente. O índice de ocupação era muito pequeno, e as pessoas que estavam praticamente abandonadas. Todas as universidades estavam localizadas no litoral, no Sul, Sudeste e Nordeste e nas capitais, onde já tinha Campo Grande e Cuiabá, Belém. O Centro Oeste e Norte precisavam ser ocupados e era uma das frentes de ação daquela época, vinculada ao Ministério do Interior. Quando foram criados os Campus Avançados, eram 22 em todo o Brasil. O da UFPel, eu não sei porque foi escolhido a cidade de Cáceres, nunca procurei me informar, mas a cidade de Cáceres, que é uma cidade localizada no estado do Mato Grosso, fica distante 200 km hoje de Cuiabá e uns 100 km da fronteira com a Bolívia. O Campus Avançado de Cáceres era uma sede física, um espaço de ação para as universidades do Sul, que atuavam naquela região. A Universidade de Cuiabá fazia muito esporadicamente algumas ações, pois não se interessaram em atuar naquela região (João Nelci Brandalise, 2017).

⁴⁵ Neste momento ao me reportar a João Nelci Brandalise utilizei o nome Brandalise, forma como é chamado localmente.

Sobre o Campus de Cáceres enquanto estrutura física, Brandalise recorda que:

[...] ele tinha uma estrutura, um prédio de uns 800 m², dois alojamentos para 60 pessoas em cada alojamento e tinha 8 apartamentos, secretaria e setor de apoio. Havia uma casa para o diretor e tínhamos um posto de saúde com dois consultórios médicos, dois gabinetes médicos e dois gabinetes odontológicos. Nós tínhamos uma unidade móvel que era um caminhão que tinha um gabinete odontológico e um gabinete médico. Fazíamos atendimento nos bairros e nas comunidades mais distantes que a gente podia ir (João Nelci Brandalise, 2017).

Sobre a estrutura Administrativa e financeira do Campus Avançado de Cáceres, Brandalise relata que:

Na administração desse campus nós tínhamos uma Coordenação Local que era denominada de Coordenador Geral. Esse coordenava as universidades, cuidava da organização e planejamento e todo o gerenciamento. Tínhamos a Coordenação Administrativa no campus, composta por um Diretor Geral, um Diretor Adjunto e um Diretor Executivo, Secretário e Tesoureiro. Nós substituímos o Administrador e reestruturamos, ficando só um diretor, um secretário e um técnico, que fazia a parte burocrática da administração, e uma secretária, que fazia a parte de secretaria. E aqui na região ficava o Coordenador Geral. Pelo tamanho e pelo número de coisas sempre funcionou bem. Tínhamos cozinha, faxineira, três motoristas e tínhamos segurança também. A comida tinha um restaurante que fornecia alimentação 24 horas, pois o campus tinha uma estrutura própria paga pelo programa. Todo ano, a gente corria atrás do dinheiro, e tínhamos um dinheiro de manutenção e tinha um dinheiro que a gente tinha que garimpar. Tínhamos que produzir, que era o dinheiro de projetos. Quando eu cheguei não tinham feito planejamento nenhum e aí a verba não tinha projeto feito, não havia verba para administração do campus (João Nelci Brandalise, 2017).

Segundo Brandalise, as turmas e equipes seriam formadas da seguinte forma:

As equipes eram mensais e nós tínhamos a capacidade para 30 alunos, então mensalmente saíam um grupo de alunos das universidades envolvidas e permaneciam 30 dias lá e no mês seguinte trocavam. A seleção dependia de cada projeto que estava em execução lá. De que área de execução por exemplo: Na área de Assistência Social, quem fazia era a Universidade Católica, através do curso de Assistente Social que eles tinham. As áreas da saúde, na Medicina, participavam todas as universidades. Na Odontologia era só a UFPel e na área do Agronegócio, era só nós porque a gente tinha agronomia e engenharia agrícola. Na área da Engenharia, a Católica participava, porque nós não tínhamos engenharia. Então dependendo da demanda dos projetos e das demandas dos locais, as universidades daqui se dividiam nas atividades. Então, dependendo da área e da demanda, a gente escolhia a universidade e elas participavam, entravam com os alunos e técnicos (João Nelci Brandalise, 2017).

Conforme Brandalise, a cada 30 dias uma nova equipe iria para o Campus Avançado de Cáceres; ficavam duas equipes juntas durante uma noite, pois o avião da Força Aérea Brasileira (FAB) chegava à tarde. Antes de ser encaminhada, a turma passava por um treinamento preparatório de uma semana aqui na região, dessa forma, eles saberiam, ao chegar ao Campus Avançado de Cáceres, o que iam fazer

e qual era o projeto em que estavam inseridos. Os estudantes faziam uma refeição e o momento era aproveitado para pôr os dois grupos em contato. Acontecia então uma reunião de treinamento entre a equipe que chegava com a equipe que saía, e essa passava todas as informações, um relatório do que tinha sido feito para a equipe que chegava, a fim de dar continuidade nas ações junto à comunidade. Brandalise recupera uma série de elementos sobre as ações da coordenação e sobre o deslocamento das equipes, recorda ainda, de sua participação como aluno em Cáceres:

Então o coordenador geral, aqui em Pelotas, ele tinha função de organizar, fazer o treinamento, fazer a seleção e preparar todo o material. Preparar e organizar a viagem para a equipe que ia. Tudo que precisava a coordenação daqui tinha que providenciar para mandar pra Cáceres. A logística de transporte era feita pela FAB. Quando eu fui estudante, a logística do transporte era feita por linha aérea. Era um fretamento. Eu, quando fui como aluno, foi um voo fretado pelo governo da VASP. O avião saiu de São Paulo; passou em Santa Catarina e pegou pessoal de Florianópolis; passou em Curitiba, pegou o pessoal do Paraná; passou em Porto Alegre e pegou o pessoal de Pelotas, Santa Maria, da PUC, da UNISINOS. E aí nós saímos de Porto Alegre, 4 horas da madrugada. Nós fizemos o primeiro pouso em Campo Grande, onde nós ficamos e pegamos o voo. O segundo percurso foi feito com a FAB. Nós saímos de Campo Grande e fomos até Cáceres com o apoio da BOING. Porém quando eu assumi o campus, a logística já era feita pela FAB direto (João Nelci Brandalise, 2017).

A lição que Brandalise coloca, da experiência de Cáceres para o desenvolvimento da extensão na UFPel, é de que a experiência, muitas vezes, é bem mais importante e interessante que uma aula teórica entre as quatro paredes de uma sala de aula. Brandalise teria então a tarefa de “tudo fazer e praticar” para devolver os bens

Conforme Brandalise, o último grupo de alunos a se deslocar para Cáceres teria sido em dezembro de 1984⁴⁶, e o encerramento teria se dado em 1985, passando a administração à Coordenação Geral da Fundação Projeto Rondon de Cuibá. Em 12 de novembro de 1985, o Reitor da UFPel, Professor Ruy Brasil Barbedo Antunes, emite a Portaria nº 609/85 e designa o Professor João Nelci Brandalise para representar a UFPel junto a Fundação Projeto Rondon.

Considerando a decisão da Fundação Projeto Rondon em assumir, através de sua Coordenação Regional, o Campus Avançado de Cáceres [...] haverem sido alcançados os objetivos fundamentais no que tange as atividades de ensino, pesquisa e extensão desenvolvidas [...] e em razão desta sistemática, a desativação daquele Campus e a necessidade de se formalizar a devolução

⁴⁶ Após essa data não temos dados em relação às atividades.

dos bens cedidos em comodato à Universidade, consoante disposição contida no parágrafo segundo, da cláusula oitava, do Termo de Convênio firmado [...] outorgando-lhe poderes para firmar os atos necessários à transferência dos bens que a Instituição mantinha sob sua guarda, em regime de comodato [...] (Portaria nº 609/85 – UFPel).

Acontece o encerramento das atividades do Campus Avançado de Cáceres, época em que estava por encerrar um ciclo em relação à sociedade brasileira, assim como à universidade e em particular à extensão universitária.

3.2.2 Centro Rural Universitário de Treinamento e Ação Comunitária (CRUTAC) da UFPel

O CRUTAC era um órgão integrante da Pró-reitora de Extensão, que na UFPel teve origem no Projeto de Extensão Universitária e Ação Comunitária (PEUAC). Suas atividades tiveram início na UFPel em 1974, direcionando o atendimento às áreas rurais e atuando em núcleos rurais de quatro municípios (Pelotas, Canguçu, Arroio Grande e atual Capão do Leão⁴⁷). Suas ações efetuaram-se através do Projeto de desenvolvimento de comunidades rurais, com vários subprojetos. Com o apoio do MEC, destinava-se a oferecer estágio supervisionado para concluintes dos cursos profissionalizantes *in loco*. Atuavam alunos sob forma de estágios, envolvendo a supervisão e orientação de professores e técnicos de nível superior. Posteriormente, estendeu-se a comunidades periféricas, sempre com a participação dos diversos cursos, através de seus departamentos, sempre numa ação integrada. O programa expressava uma filosofia de interiorização da universidade nas comunidades rurais carentes de desenvolvimento social, cultural e econômico. A realidade encontrada junto às comunidades e a participação do aluno e do professor traziam novos conhecimentos e mudanças ocorreram dentro da universidade, transformando o ensino.

Na imagem a seguir (Figura 5), o professor Onofre Lopes, proveniente da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), coordenador do CINCRUTAC, expõe na UFPel os objetivos e as atividades do CRUTAC.

⁴⁷ Capão do Leão, na época, conforme a Lei 1.505, de 1965, correspondia ao 4º Distrito de Pelotas.



Figura 5 - Onofre Lopes em visita a UFPel

Fonte: *UFPel, Seis anos de atuação 1969 -1975*, 1975, p. 101.

A portaria nº 42, de 27 de fevereiro de 1976, assinada pelo Reitor Delfim Mendes Silveira, aprova o Plano de Atividades do CRUTAC/UFPel. Para Manoel Mendieta Araujo, primeiro Coordenador do CRUTAC da UFPel (nomeado em 24 de maio de 1974 pela Portaria nº 132/74), a preocupação era trabalhar as questões de como organizar a nova proposta de inserção da universidade na comunidade. Visando uma nova linguagem, filosofia, e característica de trabalho, diferenciada da simples prestação de serviços, Manoel Mendieta Araujo⁴⁸, destaca:

Como dizia o doutor Onofre Lopez, lógico, me condenam hoje porque nós fizemos muito assistencialismo e a universidade não deveria fazer assistencialismo. A universidade por fundamentação deveria fazer um processo de desenvolvimento, de educação para que a pessoa própria pudesse fazer a sua transformação. Tem aquela máxima: “não podemos dar o peixe, temos que ensinar a pescar”. Mas se a pessoa não tem nem força mais para segurar um caniço, tu tens que dar o alimento para ela, para reerguê-la como pessoa, e deixar ela pegar o seu caniço e ir pescar (Manoel Mendieta Araujo, 2016).

Mendieta também tinha um pensamento crítico com relação a algumas práticas tradicionais, como, por exemplo, avaliação. O sistema de avaliação através de uma prova era, para ele, um sistema ultrapassado, pois “decorar a matéria, não nos garante que aquele aluno que tem notas altas tenha como inserir o conhecimento dentro de uma realidade. Uma simples aula expositiva não leva o aluno a pensar a ser sujeito da sua própria história” (MENDIETA, 2016), daí considerar o valor da extensão para a formação dos alunos. Discussões sobre essa temática aconteceram em muitos

⁴⁸ Manoel Mendieta Araujo, Entrevista concedida a autora, em 07/2016 - “Memórias da Extensão Histórica da UFPel”. Neste momento ao me reportar a Manoel Mendieta utilizarei Mendieta, forma como é conhecido.

congressos; cada curso, cada universidade, apresentava nos congressos as suas experiências. Para estruturar “alguma coisa, tem que ter alguém que coordene; se tu queres dar a dimensão de uma disciplina o professor tem que estar envolvido” (MENDIETA, 2016). Paralelamente, começavam a ser discutidos nas universidades os estágios curriculares e vários problemas envolvidos na compatibilização entre a extensão, a rotina das universidades, a formação dos alunos e as necessidades das comunidades. Mendieta relata como se se viam os estágios frente a estas questões:

Como o aluno vai deixar de assistir aulas para participar de atividades de extensão e ficar um semestre inteiro sem assistir a uma aula e aí no final do semestre ele vai lá e é aprovado? Em várias disciplinas começou então uma inquietação dentro da própria universidade. Fazer extensão em programas de férias? Como fica a comunidade que recebe um contingente de professores e universitários nas suas férias académicas e depois passa mais seis meses sem ver ninguém? Isso é processo educativo? Ou vai continuar na prestação de serviço? (Manoel Mendieta Araujo, 2016).

Em relação ao Projeto Rondon, Mendieta faz uma breve análise, apontando como se coloca a relação com o ano letivo, assim como o tipo de alcance das várias ações e órgãos envolvidos:

Então, a perspectiva do projeto Rondon era de trabalho de época de férias. Esse pode ajudar naquele primeiro contato a tirar as pessoas da miséria. Caiu uma ponte, vai lá o pessoal da engenharia, vai lá o pessoal do exército com a mão de obra. Dentro do Rondon, também criam o programa chamado “Ação Cívico Social”, onde cadetes e militares iam para as comunidades rurais em determinados períodos para prestarem serviços, não educação, mas, serviços do tipo: erguer uma ponte, reformar estradas, pintar as escolas. Não é bom isso? Eu até acho que é, mas e a área de prestação de serviço? Os professores universitários deveriam ter conhecimento da realidade brasileira (Manoel Mendieta Araujo, 2016).

Ele faz, porém, um contraste com o CRUTAC, que, dada sua relação com os estágios, na UFPel se trabalhava em uma perspectiva de continuidade do estágio, ou seja, no período letivo, evitando férias: “a gente começava no início do ano e ia até o final. No final se fazia uma grande avaliação, discussão de cada curso e do todo. E no final do ano se fazia o encerramento” (Manoel Mendieta Araujo, 2016).

Para Mendieta, o aluno passar por um estágio seria fundamental, pois ele aprenderia o que “ocorre lá fora”, teria na prática o que vai bem além da teoria. Mas havia outro desafio: como envolver o professor na extensão, para que ele se disponha a cooperar com estes estágios quando envolvem as suas disciplinas. O entrevistado relata as estratégias adotadas neste sentido:

Comecei a fazer um projeto de investigação e sondagem no nível de diretores e logo em seguida em nível de professores e a grande tônica foi saber o que o professor achava. Qual é a importância que ele dava para o trabalho acadêmico na universidade na área de extensão? Perguntamos para eles se houvesse a oportunidade de eles se inserirem, de participarem, e de alguma forma aceitariam. Você consegue hoje perceber com perfeita clareza qual o papel de sua disciplina para a extensão na universidade? Você acha que a sua atuação tem alguma contribuição para fazer com que o aluno e você como professor possa interferir nessa perspectiva? Você acha que a sua disciplina dentro da área de extensão traria alguma contribuição? Essa foi a forma de envolver o professor e fazer com que se comprometesse, pois se a pessoa afirma que é importante, na hora que a pessoa for convidada por um estágio curricular, ela não pode não se envolver, alegando não ter tempo ou outro compromisso, quando já afirmou que para a formação do aluno é fundamental que ele faça estágio (Manoel Mendieta Araujo, 2016).

Além disso, a proposta do CRUTAC era o estágio multidisciplinar envolvendo os múltiplos profissionais, não só de dentro do curso ou de uma disciplina, mas de vários cursos. Não bastaria um grupo, se dizendo os donos do conhecimento, ir até as comunidades e ensinar a teoria; deveria haver um estudo das necessidades daquela comunidade. E isto implica um compromisso dos estudantes com estas comunidades e um *feed back* de suas experiências para a sala de aula. Mendieta reporta assim o que ele considerou uma experiência inovadora na UFPel:

A experiência seguinte que tivemos na UFPEL, foi inicialmente organizar uma nova proposta de extensão da Universidade na comunidade, nova linguagem, uma nova filosofia, nova característica de trabalho diferenciada da simples prestação de serviços. Surge a proposta do estágio multidisciplinar que envolvia múltiplos profissionais, não só dentro do curso ou de uma disciplina, mas de uma Universidade multiprofissional. Nesse projeto toda a universidade estava estimulada a participar e sempre voltada a ter um professor que orientasse o aluno. Os alunos que iriam para o estágio eram de preferência aqueles que já estavam terminando o curso, no último semestre. A realidade que era encontrada junto às comunidades e depois trazida para a sala de aula. Muitas vezes existem problemas na prática que não eram vistas teoricamente em sala de aula. Cabia ao aluno trazer o tema para a discussão e ao professor a incorporação do conteúdo à disciplina ou ao curso (Manoel Mendieta Araujo, 2016).

Mendieta relata ainda como podia acontecer a cooperação entre ações do CRUTAC e com projetos de iniciativa de outros órgãos, como o Exército. Narra a respeito uma experiência na Colônia Z-3, em Pelotas, o que acaba sendo uma experiência ainda mais enriquecedora para o aluno, além de potencializar o retorno à sociedade:

E um dos locais que a gente estava atuando, e se atuava em várias frentes ao mesmo tempo, era aqui na Colônia Z3 de Pelotas. Recebi a visita do major. O nome dele eu vou dever, faz muitos anos isso. E o major era um rapaz novo, e

bastante entusiasmado com a ideia da Ação Cívico-Social (ACISO)⁴⁹. Naquele momento eu era coordenador do CRUTAC. Ele queria ver se nós podíamos fazer a ACISO naquele período que nós íamos para a colônia Z3, se podíamos fazer em conjunto uma atividade. Eu achei aquilo ótimo, porque nós estávamos trabalhando mais com a questão do saber e eles trabalhavam com a questão da prestação de serviço. Achei muito bom e foi boa a experiência. Conseguimos trabalhar bem e tivemos bons resultados (Manoel Mendieta Araujo, 2016).

3.3 A primeira fase da extensão na UFPel (1969 – 1977), depoimento de seus gestores: pensamento e prática da extensão

O professor Manoel Mendieta Araujo, que nos revela ter participado de ações extensionistas ainda quando discente do curso Agronomia e posteriormente também como docente da UFPel. Mendieta cursou agronomia de 1968 a 1971. Graduou-se como Agrônomo em 1972, na Faculdade de Agronomia Eliseu Maciel, e fez pós-graduado em Extensão Rural na UFSM. Foi servidor docente na UFPel de 1972 a 2003. Mendieta foi nomeado pelo Reitor Prof. Delfim Mendes Silveira (1969-1977), através da portaria nº172 de maio de 1974, como Coordenador do CRUTAC/UFPel. Respondeu pela Coordenação do CRUTAC de 1974 a 1984.

Me formei em 1971, e em 1972 foi oferecido concurso na UFPel para trabalhar na área da extensão na universidade. Fui admitido para a área da extensão universitária específica. Trabalhava já com o PEUAC e tinha um coordenador na área de extensão, que, junto do Ministério da Agricultura e do Instituto Agronômico do Sul, coordenava o projeto junto à universidade. O que me estimulou para eu fazer o meu trabalho, dar continuidade naquela perspectiva, foi quando me perguntava o porquê que um homem migra com toda sua família, abandona sua terra assim e vai buscar outra realidade desconhecida para ele? As respostas eram que um dos grandes motivos era para melhorar a qualidade de vida e segundo porque em no nosso meio rural falta quase tudo, inclusive um Melhoral (Manoel Mendieta Araujo, 2016).

Para Mendieta, se o homem abandona a terra onde nasceu, é porque ele não está vivendo em condições dignas, indo buscar vida melhor na cidade.

A agronomia é uma profissão que abre um campo enorme de trabalho porque todo mundo tem de comer. O alimento e a produção do alimento são fundamentais, se não tem quem produza, não terá o que consumir. Então eu me atraí pela ideia de me envolver nesse curso, era interessante sair da matemática e ir para a natureza, para as plantas e para terra. Eu procurei

⁴⁹ Ação Cívico-Social (ACISO) é o conjunto de atividades desenvolvidas, normalmente em caráter temporário, com a finalidade de auxiliar as comunidades a solucionar os seus problemas mais prementes, desenvolvendo o espírito cívico e comunitário do cidadão.

desenvolver assim uma afinidade com essa área da Agronomia e as diversas disciplinas. No último ano da agronomia, eu descobri um campo que é Extensão Rural, que é uma das disciplinas obrigatórias do curso e começou a me dar um enfoque diferente. E comecei a me interessar, buscar experiências e estágios diretamente nessa área, na EMATER e em organizações do próprio curso, da própria instituição, na UFPel. Eu já tinha uma experiência naquela época, através do CETREISUL e da Faculdade de Agronomia, com um dos principais projetos que havia naquela época, como o Projeto de Extensão Universitária e Ação Comunitária. Então eu aproveitei e ingressei como estagiário para conhecer melhor esse projeto. Achei muito interessante e me motivei, porque outros cursos, além da agronomia, começaram a participar, como a medicina, odontologia, ciências domésticas, entre outras (Manoel Mendieta Araujo, 2016).

Mendieta diz que o CETRESUL foi a célula de origem de uma extensão, tinha as ações voltada para a comunidade, atuando na área de treinamento e de conhecimento tecnológico para os egressos da faculdade. Valter Azambuja relata que o CETREISUL produzia apostilas em vez de livros; mas produzia apostilas quase que com formato de livros. Observa ainda que nesses treinamentos a atuação era mais docente, já que os professores davam cursos para ex-alunos, sem participação discente.

Aí uma coisa interessante também é que não ficou só nisso. Começaram a vir outras necessidades. Como até o exército estava preocupado com as famílias dos agricultores, pois vinham se alistar, fazer o Serviço Militar, e não retornavam para o campo, principalmente os filhos de agricultores. E isso começou a gerar uma certa preocupação para oferecer um curso, procurar incentivar esses filhos de produtores para retornarem para área rural, para trabalhar junto com suas famílias. Então se davam cursos, inclusive de política agrária, de desenvolvimento agrário. Vários colegas nossos davam esses cursos, como o Laércio Nunes, da Embrapa, o José da Costa Fróis, que é professor nosso do Departamento de Ciências Sociais Agrárias. Ele coordenou o PEUAC e participava do CEITRESUL, nessas primeiras experiências, voltado mais para um trabalho de formação do saber (Manoel Mendieta Araujo, 2016).

A Extensão Rural era a maior área de atuação. Mendieta justifica este fato, por ser uma atividade que era feita há muitos anos, antes da própria fundação da UFPel, observando inclusive um sentido diferente na tradição de extensão da FAEM e na forma como a UFPel conceberá a extensão:

A Escola de Agronomia é centenária, uma das primeiras e a primeira faculdade que funcionou por mais de cem anos ininterruptamente. A Faculdade de Agronomia Eliseu Maciel é a mais antiga das Faculdades de Agronomia do Brasil. É lógico que nisso, por si só, por essa antiguidade, ela tinha uma preocupação na formação do seu aluno; então, talvez a extensão começa, nos seus primórdios, a ser realizada mais como uma forma de atender os interesses da formação do aluno, de que propriamente preocupada com a comunidade (Manoel Mendieta Araujo, 2016).

A administração da UFPel, por sua vez, enxergava extensão mais como prestação de serviço e assistência. Mas Mendieta ressalta que as ações de extensão sempre constituíram um recurso utilizado para treinar alunos em suas áreas de atuação, de modo que a assistência e o ensino se complementavam:

Uma pessoa estava mal de um dente, a faculdade de Odontologia prestava assistência odontológica; tinha a parte do Direito, que o Direito criou também, a assistência jurídica gratuita; tinha a Medicina, que também tendo um campo de estágio, precisava dos hospitais, precisava de lugares para fazer o treinamento dos seus estudantes e proporcionava o atendimento, uma prestação de serviços na área médica (Manoel Mendieta Araujo, 2016).

Para Valter Azambuja, a universidade, ao praticar o assistencialismo, criava uma oportunidade para os alunos retribuírem para a sociedade, de alguma forma, pela gratuidade do ensino:

O que a gente fazia na parte da veterinária, inclusive na COSULATI, nós éramos chamados para fazer um atendimento clínico. Chegava lá e estava dando leite ácido. Ele pedia um atendimento e a gente chegava lá. E fazia exame e constatava que a vaca estava com mamite. Dava um tratamento. Mas, o estudante acompanhando o tratamento, a gente levava uma meia hora, uma hora, ensinando. Muitas vezes quase uma palestra nem era dada pelo professor. É dada pelo aluno. A gente prepara o aluno e o aluno vai lá e dá palestra (Valter Eliogabalos da Rosa Azambuja, 2017)

Em sua opinião, se falava e se criticava muito o assistencialismo. Porém, deveria haver sempre um meio termo, sem deixar de dar assistência. Em sua opinião:

O que adianta, por exemplo... vamos pegar odontologia que eu conheço muito bem. Vai lá ensinar a escovar dente, ensinar hábitos de higiene e os dentes que estão caindo. Se ele está com dor de dente e não vai nem te escutar. Agora tu vais lá com um equipamento, como tínhamos bons equipamentos, os ônibus, tivemos épocas que tínhamos três equipes completas. Isso é assistencialismo? É, mas no momento que tu estás fazendo o tratamento, tu fazes a parte educativa. É uma maneira de chegar neles e de conquistar a comunidade. Se faziam palestras nas escolas também, para mostrar que se ele fizer toda aquela parte de educação em saúde oral, ele não vai ter que passar por um equipamento que faz barulho e dói o dente dele (Valter Eliogabalos da Rosa Azambuja, 2017)

Mendieta participou de vários seminários para discutir os rumos da extensão nas universidades. O pensamento de fazer extensão na forma apenas de prestação de serviços foi se modificando. As experiências, não só na UFPel, mas nas outras Universidades, foram também resultando em uma ampliação da extensão. Nos primeiros anos discutia-se a organização e a definição de extensão em seminários não só regionais, mas nacionais. Ele recorda destes debates:

Mas o que é extensão universitária? Qual é o papel dela? Como se define extensão? Então, alguns diziam assim: meu filho, a maneira mais fácil de resolver é o seguinte, tu sabes o que é ensino, não sabe? Ninguém tem dúvidas que é o professor transmitindo conhecimento de uma forma mais expositiva, ou então, mais participativa, dependendo da noção que se desenvolver em determinadas disciplinas. E a pesquisa? Também não temos dúvida, não é? É a geração de novos conhecimentos. Então, vamos fazer o seguinte. Tudo o que não é ensino, que não é pesquisa, e o que se faz dentro de uma universidade, é extensão. Esse pensamento preliminarmente foi difícil, de simplesmente definir extensão dessa forma. Quer dizer, parece que está descomprometido, na medida em que se diz que tudo que não é ensino, que não é pesquisa, é extensão. Então, a extensão está fora do ensino, está fora da pesquisa? (Manoel Mendieta Araujo, 2016).

A falta do Manoel relata que haviam dúvidas quanto ao que era extensão. Surge então a preocupação com o compromisso social da universidade frente à comunidade em que ela está inserida. Os seminários e congressos que são realizados passam a ser motivados, organizados e coordenados pelo Ministério da Agricultura, criando departamentos de apoio à extensão rural. Ao se colocar a premência de envolvimento das universidades com a extensão, se colocou a necessidade de se discutirem seus novos rumos:

Alguém queria dizer o seguinte: não, isso é uma área nova e que tão querendo mexer, e que talvez a gente não tenha muito interesse de realmente ter um compromisso mais amplo com a extensão. Mas chegou a um ponto que ficou uma coisa assim. Olha aqui, realmente a Universidade quer se inserir na comunidade em um trabalho de extensão sério? Então, nós precisamos definir os novos rumos da extensão (Manoel Mendieta Araujo, 2016).

Conforme relato de Mendieta, chegou um momento em que universidade realmente queria “se inserir na comunidade em um trabalho de extensão sério”. E o rumo da extensão precisava ser definido.

Eu procurei estudar primeiro o PEUAC, ver como as instituições, as nossas faculdades e institutos estavam se relacionando com essa estrutura do PEUAC. Posteriormente fui ver o que tinha pelo Brasil na área da extensão. Encontrei o trabalho da CINCRUTAC. Então eu conversei com os colegas e nós fizemos um projeto colocando a nossa experiência do PEUAC como forma de atrair para cá a criação do CRUTAC. Entrei em 1º de março de 1972. No dia 1º de março fui admitido. E em 1974 nós estávamos com o CRUTAC criado na Universidade Federal de Pelotas. O Dr. Delfim Reitor da UFPel me convidou para ser o coordenador do CRUTAC, porque deveria ter uma vinculação direta do programa com o Ministério da Educação. Tinha que ter o respaldo do Ministério quanto à pessoa. A universidade tinha que apresentar a proposta e já nomear alguém. E o doutor Delfim me convidou e eu aceitei. E desde a fundação do CRUTAC, em maio de 1974, até eu me afastar para pós-graduação em 1984, eu fui quase que o único coordenador (Manoel Mendieta Araujo, 2016).

Assim, no período em que Mendieta começou a atuar na coordenação do CRUTAC/UFPel, iniciava-se, por parte do Ministério da Educação, uma nova visão do que seria extensão, estimulando as universidades a se organizarem em uma extensão universitária mais comprometida com a sociedade.

A institucionalização de uma extensão verdadeiramente acadêmica exigiu, naturalmente, de uma intensa articulação interna e externa às universidades, quer na formulação de uma política pedagógica, quer na construção de parcerias de dimensão interinstitucional e na integração com os agentes sociais.

Manoel Mendieta Araujo se questiona sobre a necessidade de que a extensão universitária fosse vista na sua função educativa tanto por professores quanto por alunos e técnicos-administrativos. Ele reflete sobre esta questão do envolvimento e como obtê-lo e garanti-lo dentro da universidade:

Fiz essa pergunta para mim, eu tinha que coordenar um trabalho que tinha que envolver toda universidade. Quanto mais cursos, melhor, porque a proposta do trabalho era um estágio multidisciplinar. Um estágio multidisciplinar quer dizer que envolvia multiprofissionais dentro de um curso e ser multiprofissional dentro da universidade. Foi necessário conseguir o respaldo das pessoas que definiam os rumos no momento políticos administrativos da instituição, que poderiam propor estruturas acadêmicas para que o aluno ou o professor que quisesse se envolver teria apoio. Comecei a fazer uma investigação e sondagem, primeiro a nível de diretores e logo em seguida a nível de professores. A grande tônica era o seguinte: o que o professor achava, qual a importância que ele dava para um trabalho acadêmico universitário na área de extensão. Assim também os técnicos administrativos podem contribuir na extensão, podem sim, e podem muito. Nos diversos campos de trabalho da universidade, nós tivemos pessoas que trabalhavam na área administrativa que foram apoiadores de projeto de extensão, que sem não teria havido projeto de extensão (Manoel Mendieta Araújo, 2016).

A visão era de que universidade deveria ter compromisso com a sociedade, e, para Mendieta isto é claro, estar estruturada dentro de uma sociedade que custeie seus gastos. O aluno, ao participar dessa troca com a sociedade, não estaria devolvendo apenas os benefícios de ter uma educação pública e gratuita, mas também estaria se inteirando dos saberes da comunidade atendida. Nem sempre os alunos tinham esta compreensão social da universidade. Mas, como o CRUTAC estava inserido dentro dos estágios curriculares, selecionavam-se os alunos dos anos finais de cada curso. Mendieta recorda-se de uma situação em que precisou conversar com um aluno, em razão de sua reação, que revelava este não compreender o papel social da sua atuação:

Aí vêm algumas coisas interessantes para a gente ver as perspectivas que as pessoas têm da vida humana. Um dos alunos veio de São Paulo. Logicamente vem pessoas de diversas regiões para fazer o curso em Pelotas. Ele foi visitar, foi fazer o estágio dele em Canguçu, num dos locais pobres lá de Canguçu. Começamos em Canguçu. Aí foi o rapaz esse que veio de São Paulo e disse uma frase que não deu para aguentar. Eu tive que conversar depois com ele, porque estava totalmente enviesada, estava fora de contexto. Ele disse: “olha aqui, trazer alunos do sexto ano da medicina, significa ao invés de Fusca vir com um Dodge Dart para Colônia”. Eu digo: “olha como está bem instruída a tua formação profissional. Tu estás dizendo que vires ao interior fazer o trabalho inédito alertando a população inteira para os cuidados da saúde das crianças, que tu consideras algo demérito. Até, tu preferias estar dentro de um hospital. E isso que tu já tens estágio, que te garante”. Não é porque é a medicina. O que eu falei é que ela abre um elenco grande de estágio. O aluno pode e deve participar de todos (Manoel Mendieta Araújo, 2016).

Mendieta fala com uma compreensão crítica na época, mas é uma fala contemporânea sobre o passado. A visão era de que a comunidade gera demandas que servem como desafios para a universidade e, se não houvesse o contato com as comunidades, a universidade ficaria fechada dentro dos próprios muros. É a extensão que quebra esses muros. A Universidade leva o saber gerado para essas comunidades e traz de volta as necessidades da comunidade. Ao trazer essas necessidades da comunidade, subentende-se que ela vai retribuir isso com respostas. Para Manoel Mendieta Araujo, “o nosso grande desafio, eu penso assim, tanto na ciência, quanto na área profissionalizante, é que essas pessoas trabalhem juntas, senão vamos padecer como pessoas e como ser humano, nunca vão nos entender como um ser” (MENDIETA, 2016). Assim, em sua gestão frente ao CRUTAC, considerava a extensão fundamental para o ensino, pois via como a forma que o aluno tinha de exercitar a sua aprendizagem, através das dificuldades que ele ia encontrar na prática da teoria, em busca de soluções.

Valter Azambuja corrobora com o pensamento de Manoel Mendieta Araujo quando nos fala:

O aluno aprendeu uma coisa na sala de aula, chegou lá no campo, e quando eu digo campo pode ser até dentro do campo de atuação, pode ser até urbano. Se ele encontrar dificuldade de levar o problema encontrado adiante, de dar a resposta de forma imediata, irá recorrer a sala de aula novamente. Ao retornar para discutir com o professo, será que o professor estará atualizado para lhe dar as respostas (Valter Azambuja, 2017).

Valter Azambuja também destaca a importância da base prática, faz um comparativo entre alunos oriundos de Escolas Técnicas Agrícolas e alunos oriundos

de escolas normais.

Eu vou te dar um exemplo, eu também sou técnico agrícola e quando dava aula na Agronomia e na Veterinária, a gente numa sala de aula lecionava introdução à Zootecnia, ali, na sala. Eu cheguei a ter turma de 147 alunos. Nessa turma ou até em turmas menores, passado algum tempo, pela participação do aluno ou pelas respostas que iam te dando, praticamente eu teria condições de passar e dizer assim, "todos esses aqui são técnicos agrícolas". A gente notava direitinho quem era o aluno que vinha de um curso técnico e quem era o aluno oriundo de outra escola pelo tipo de resposta dele, pela participação, pelas perguntas e pelo interesse (Valter Azambuja, 2017).

A cultura universitária na extensão não se dá apenas na institucionalização de programas ou de ações, mas, acima de tudo, pela compreensão de que a atividade extensão se aproxima em muitos aspectos daqueles que primam pela função social do conhecimento, ou seja, pelo processo de democratização e transformação social, na perspectiva de retroalimentar o processo ensino, pesquisa e extensão.

Para Valter Azambuja, a extensão não devia ter uma visão estritamente utilitária do que ela transmite. Para ele, o desenvolvimento rural deveria ser muito mais amplo do que aquilo que era feito na extensão. Desenvolvimento do meio rural ia além, muito além de ensinar a cultura agrícola:

"ah vai urbanizar o meio rural", não, mas desenvolver o meio rural é permitir que ele se desenvolva em todos os sentidos, inclusive culturalmente. Quem é que diz que o homem do campo tem que ficar só batendo enxada no campo? O desenvolvimento implica em desenvolver tudo, inclusive culturalmente. É um pouco mais longe, mas na extensão se fez isso no próprio CRUTAC. Por exemplo, no CRUTAC em Santa Silvana tinha um grupo de dança, tipicamente cultural. Não é agrícola, mas é rural (Valter Eliogabalos da Rosa Azambuja, 2017).

A importância da extensão como espaço de formação acadêmica dos alunos e professores colocaria o conhecimento como bem socializado para todos. Para Freire, "o conhecimento não se estende do que se julga sabedor até aqueles que se julga não saberem; o conhecimento se constitui nas relações homem-mundo, relações de transformação, e se aperfeiçoa na problematização crítica destas relações" (FREIRE, 1977). Esta linha de reflexão se fazia presente a educadores universitários que se propunham desenvolver a extensão, mesmo quando não se alinhavam diretamente ao autor. É o caso de Azambuja, que faz referência à necessidade de que as relações que sociabilizam os problemas, assim como a busca pelas soluções no meio rural, transformem a realidade. A aprendizagem ocorre em grupos em que estudantes trabalhem em equipes valorizando o trabalho um do outro, de forma que aprendam a conviver com os seus pares.

Para Valter Azambuja, a extensão de mão dupla seria o momento em que o aluno aprenderia coisas novas, que não são ensinadas na academia. Um segundo momento seria trazer esse conhecimento para a sala de aula, e o terceiro momento se daria quando esse conhecimento fosse direcionado para a pesquisa:

Porque também tem o seguinte: quando a gente vai para a extensão não é só para ensinar. Aliás, nenhum professor que tenha, que queira se dizer mestre, pode pensar que ele vai só ensinar. A gente quando ensina ou quando está ensinando, também está aprendendo (Valter Eliogabalos da Rosa Azambuja, 2017).

Havendo a troca de saberes com a academia, com o ensino e a pesquisa os resultados finais poderiam ser ampliados. Dessa forma, criar-se-ia a mentalidade de indissociabilidade do ensino, pesquisa e extensão, buscando nestas experiências dos estágios curriculares obrigatórios a interação do aluno com a realidade.

Valter Azambuja nos conta de sua experiência:

Eu vivenciava como veterinário da cooperativa, os problemas que o produtor tinha. Então trouxemos isso para cá. O produtor, por exemplo, a maioria usava milho porque teoricamente todo mundo dizia que milho era bom... Tá, mas e o sorgo? Ah o sorgo... O que eu fiz? Eu fiz a pesquisa comparando o sorgo com o milho, e pude levar para eles e dizer: "não, tu podes usar o sorgo porque o rendimento é menor, mas o custo é menor em tais e tais e tais fases" (Valter Eliogabalos da Rosa Azambuja, 2017).

Era necessário levar os achados das pesquisas, socializar o conhecimento produzido na universidade. Compreendida a extensão como caminho de mão dupla, em que a universidade leva o que tem e traz o que precisa, compreendeu-se ser uma dimensão muito complexa da universidade e assim se percebia aos poucos a necessidade de esta ser organizada por algum órgão central. A esse respeito, Manoel Mendieta Araujo comenta como se posicionou em meio a este processo e como este transcorreu:

Onde começa a estrutura de ensino e pesquisa? É no departamento. Lá está o professor, lá está o aluno. Não é? Lá estão as pesquisas. Lá tem que nascer a extensão. Não é criar a Pró-Reitoria para extinguir os departamentos, pois aí o enfoque melou tudo, né? Se vai criar uma estrutura que vai competir com os departamentos, esquece. O compromisso é outro né? A gente está pensando naquele que garanta esta inserção. Começamos a lançar através do CRUTAC, um projeto que se chamou Projeto de Desenvolvimento de Comunidades Rurais. O que que a universidade queria fazer com isso na verdade? Bom, o que que a gente fazia? A partir daqui tem: como as unidades se propunham participar em termos de suas atividades, em termos de integração de áreas? A área de saúde, Medicina, Odontologia, Enfermagem, o que elas vão desenvolver? Quais são os programas prioritários? Então, basicamente, passou-se a fazer, a se buscar tudo o que se fazia na

universidade, e que poderia ser classificado como extensão. Todos projetos. Foi se desenvolvendo novas perspectivas. (Manoel Mendieta Araújo, 2016).

Foi assim que, diante da constatação desta necessidade, por meio da Portaria nº 209 de 30 de junho de 1976, o professor Manoel Mendieta Araújo foi designado para realizar o levantamento geral das atividades de extensão da UFPel, visando a constituir um órgão próprio para coordenar as atividades de extensão, com amplas finalidades.

Pouco depois, devido à necessidade de caráter urgente da estruturação dos trabalhos e serviços de extensão, e por identificar que a extensão, assim como o ensino e a pesquisa, constitui atividade de alta relevância na missão da universidade, o reitor Delfim Mendes Silveira expediu a Portaria nº 388, de 11 de outubro de 1976, constituindo uma comissão para a estruturação do que seria a futura Superintendência de Extensão Universitária. Esta comissão foi composta pelos professores Mario Martins Rosa (Superintendente Acadêmico), Laudo Azambuja Nunes (Diretor do CETREISUL) e Manoel Mendieta Araujo (Coordenador do CRUTAC)⁵⁰.

A proposta desta comissão era fazer um trabalho participativo, um processo de ação, inclusão e a conscientização das pessoas para uma proposta adequada à realidade acadêmica. Tinham a visão de que a indissociabilidade do ensino, pesquisa e extensão era uma prática a ser estruturada e incentivada na universidade para que ela pudesse realizar o seu compromisso social.

⁵⁰ Esta portaria levou ainda em consideração: as recomendações da XXIII Reunião Plenária do Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras (CRUB), realizada em julho de 1976 em Natal; as deliberações do Seminário DAU/CRUB/UNB, para dirigentes de extensão universitária, realizada em Brasília em setembro de 1976; a primeira Jornada Sul Brasileira de Extensão Universitária, realizada em Santa Maria em setembro/outubro de 1976; e por fim os dispositivos legais que regem a matéria, entre outros, os artigos 17, 20 e 40 da Lei 40 de 23 de novembro de 1968.

4 Capítulo III – A PRE em busca de suas memórias - Segundo Fase (1977 – 1992)

No presente capítulo discorreremos sobre a Extensão Universitária na UFPel quando a universidade passa a contar com a Pró-Reitoria de Extensão (PRE), em 1977. Percorreremos este período até o surgimento da Pró-Reitoria de Extensão e Cultura (PREC), que se dá em 1992. Nossas fontes orais são Pró-Reitores ou servidores que atuaram diretamente nos órgãos vinculados à PRE. As fontes documentais são relatórios das gestões, portarias, resoluções de conselhos, entre outros. Nosso intento é identificar como a Extensão da Universidade Federal de Pelotas contribuiu para a articulação ensino/pesquisa e como, por meio disso, fomentou o retorno social da universidade. Destacamos a importância, nessa fase da pesquisa, que tiveram as entrevistas, como técnica para acesso às fontes orais.

Algumas falas presentes nesta pesquisa são de pessoas que não pudemos entrevistar pois já haviam falecido, como é o caso dos professores Laudo Nunes e José Passos de Magalhães. No entanto, tivemos acesso a depoimentos seus publicados. Cabe aqui ressaltar o papel especial, neste sentido, de uma fonte específica, o dossiê “25 anos de Extensão na UFPel”, publicado no número inaugural da revista *Expressa Extensão*, o qual fornece parte valiosa dos dados sistematizados neste capítulo, dando inclusive acesso à voz dos administradores já falecidos. A revista foi idealizada na primeira gestão do Reitor Cesar Borges (1993-1996) e do então Pró-Reitor de Extensão e Cultura (PREC), professor Francisco Elifalete Xavier (usualmente chamado de Xavier)⁵¹, lançada em setembro de 1996. Esse dossiê traz as palestras do seminário “25 anos de Extensão na UFPel”, realizado nos dias 06 e 07 de novembro de 1995. O seminário reuniu pró-reitores de gestões anteriores. Era aberto à comunidade universitária em geral e teve a participação de convidados de diversas universidades brasileiras. O encontro tinha como propósito discutir o trabalho desenvolvido há 25 anos na Universidade Federal de Pelotas. Existem poucos exemplares, pois essa edição teve uma tiragem reduzida.

⁵¹ Neste momento ao me reportar a Francisco Elifalete Xavier utilizarei Xavier, forma como é chamado localmente.

Assim, dado o papel que esta publicação teve no sentido de guardar a memória da extensão na UFPel, gostaríamos de iniciar este capítulo dando voz ao responsável por ela, professor Xavier, Pró-Reitor que mais tempo esteve à frente da PREC (quase 11 anos). Embora sua gestão não faça parte do recorte temporal da presente pesquisa, pois foi nomeado para o primeiro mandato em 27 de setembro 1994 (Portaria nº 935/94), tivemos interesse em buscar seu relato. Foi muito gratificante poder ouvi-lo, pois teve contato com os gestores que o antecederam. Xavier nos revela porque ele teria tido a iniciativa de realizar o seminário que gerou este memorial da extensão:

[...] chamei todos os pró-reitores que haviam me antecedido e realizei o seminário com o objetivo de conhecer o passado, analisar o presente e projetar o futuro da Extensão na UFPel [...] houve grande participação da comunidade além da participação de muita gente de fora [...] (Francisco Elifalete Xavier, 2018).

O professor Xavier, como indicador da projeção do evento, destacou a participação da professora Tania Maria Baibich⁵², então Pró-Reitora de Extensão da Universidade Federal do Paraná (UFPA) e presidente do FORPROEX, e de Ana Maria de Mattos Guimarães⁵³, à época Pró-Reitora de Extensão da UFRGS e Coordenadora Regional do Seminário de Extensão Universitária da Região Sul (SEURS)⁵⁴. O seminário “25 Anos de Extensão na UFPel” aconteceu porque Xavier queria homenagear os Pró-Reitores que o antecederam e que, em sua opinião, contribuíram para o desenvolvimento do setor:

Todos eles foram tremendamente importantes. Cada um dá sua forma. Laudo foi o Pró-Reitor que criou a PRE; depois veio Dr. Magalhães, extensionista com larga experiência no CRUTAC. Depois dele veio a Elide Minioni, que participou na gestão do José Emilio Araújo. A Gestão do Varoto foi quando a PRE passou a ter recursos no orçamento da Universidade. Depois veio o

⁵² Graduada em Psicologia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (1980), Mestrado em Educação pela Universidade Federal do Paraná (1986), Doutorado em Psicologia Social pela Universidade de São Paulo (2001), Pós-doutorado em Preconceito na Escola na Universidade de Michigan (2003) e em Pedagogia do Ensino Superior na Universidade do Rio dos Sinos (2008). É Professora Titular aposentada da Universidade Federal do Paraná. Presidiu o FORPROEXT por duas vezes.

⁵³ Graduada em Letras Português/Francês pela FURG (1970), mestrado em Letras pela UFRGS (1979) e doutorado em Lingüística e Letras pela PUC (1990). Professora aposentada da UFRGS. Atualmente é professora titular da UNISSINOS.

⁵⁴ SEURS - Seminário de Extensão Universitária da Região Sul é um evento anual itinerante que conta com apresentação de trabalhos de várias universidades. Agrega os três Estados do Sul: Paraná, Rio Grande do Sul e Santa Catarina. Pode ser acessada na página: <http://www.proec.ufpr.br/links/extensao/seurs.html>.

Schlee, que incluiu a cultura dentro da Pró Reitoria, criando inclusive o Departamento de Arte e Cultura (Francisco Elifaete Xavier, 2018).

Estiveram presentes no seminário “25 Anos de Extensão na UFPel” todos os Pró-Reitores acima citados com exceção da Professora Elide Minioni que enviou seu relato e foi lido pelo Professor João Nelci Brandalise. Vale destacar que Brandalise estava à frente da Coordenação do Campus Avançado de Cáceres durante a o mandato de Elide Minioni. O professor Xavier, ao nos ceder a revista, comenta que este seminário e sua respectiva publicação foi a forma que encontrou para buscar a história da extensão da UFPel.

4.1 Pró-Reitoria de Extensão - Gestão Laudo Nunes (1977)

O professor Laudo Nunes foi nomeado o primeiro Pró-Reitor de Extensão da UFPel, através da portaria⁵⁵ nº 169 de 20 de abril de 1977, pelo Reitor Delfim Mendes da Silveira. A mesma portaria definiu a estrutura inicial da PRE, ficando subordinados a ela os seguintes órgãos: CETREISUL, Museu, Coral, CRUTAC, Teatro Universitário e Colônia de Férias. Em 25 de abril de 1977, a portaria nº 176 inclui o Campus Avançado de Cáceres e o Centro de Tele Difusão Educativa.

Com base nos dados fornecidos nos documentos acima citados, construímos a seguir, o organograma (ver Fig. 06) da estrutura inicial da PRE. De acordo o Professor Manoel Mendieta Araujo, esta organização teria se mantido até o fim da gestão seguinte, que foi a do professor José Passos de Magalhães. Buscamos documentação oficial porém não obtivemos êxito.

⁵⁵ Portaria de nomeação do Professor Laudo Azambuja Nunes, primeiro Pró-Reitor de Extensão da Universidade Federal de Pelotas, pode ser acessada na página: http://reitoria.ufpel.edu.br/portarias/arquivos/1977/0169_1977.pdf. Laudo Nunes, na portaria 185/1977 de 28 de abril de 1977 foi louvado pela extraordinária atuação à frente do Centro de Treinamento do Sul, (http://reitoria.ufpel.edu.br/portarias/arquivos/1977/0185_1977.pdf) e após sua atuação como Pró-Reitor de Extensão foi homenageado através da portaria 0627/1977 de 15 de dezembro de 1977 pelos relevantes serviços prestados à Instituição. Disponível em: http://reitoria.ufpel.edu.br/portarias/arquivos/1977/0627_1977.pdf. Acessada em 20 de dezembro de 2017.

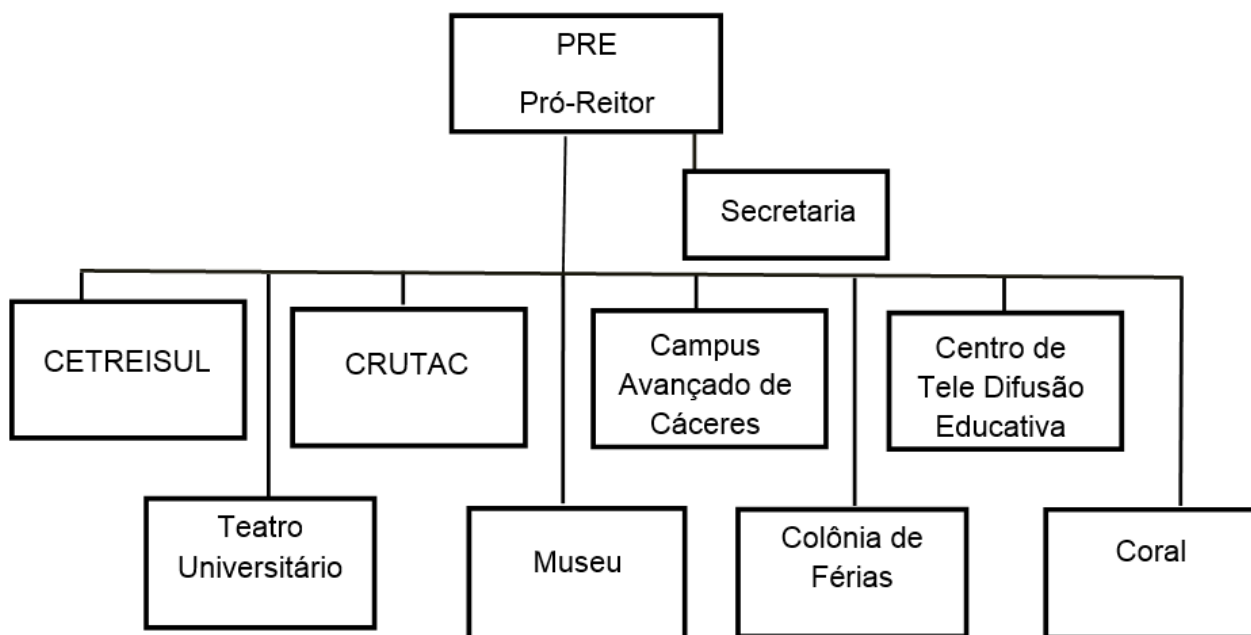


Figura 6: Organograma Inicial da PRE (1977– 1981)

Fonte: Portaria de nº 169 de 20 de abril de 1977 e Portaria nº 176 de 25 de abril de 1977.

Conforme seu relato, quando enfim foi oficializada a extensão universitária, a UFPel estava institucionalizando a atuação do CETREISUL, do CRUTAC e do Campus Avançado de Cáceres. “A política de extensão [...] organizava-se em forma de cursos, nas áreas rurais e urbanas, assim como atividades artísticas culturais e comunicações [...] visavam a atualização de profissionais, técnicos de nível médio, executivos, agropecuaristas” (*Expressa Extensão*, p. 19). Com a criação do Coral foi possível que a UFPel levasse até as comunidades rurais manifestações artísticas. Departamentos de várias unidades de ensino da UFPel tinham suas atuações extensionistas voltadas para a prestação de serviços à comunidade, através de atendimento médico e odontológico, assistência judiciária e veterinária, análise de solo, cursos de português e economia doméstica. A teledifusão educativa foi a forma encontrada para que os ensinamentos atingissem em massa a área geoeducacional da UFPel (*Expressa Extensão*, 1996, p. 19).

Laudo Nunes publicou nesse dossiê dados referentes às ações realizadas em seu breve mandato de três meses, que se estendeu de 28 de março à 28 de junho de 1977, dados que apresentamos na Tabela 03 a seguir:

| Dados apresentados por Laudo Nunes - 28/03 à 28/06/1977 |
|---|
| 11 cursos diversos com 368 participantes, carga horária de 395 horas/aula e 448 apostilas produzidas; |
| 660 horas de estágio com 77 alunos envolvidos; |
| 8 cursos profissionalizantes com 215 participantes; |
| 659 agricultores atendidos e 16 projetos agropecuários implantados; |
| 3.447 pessoas atendidas na área da saúde (Medicina e Odontologia); |
| 1.415 vacinas aplicadas; |
| 244 consultas jurídicas e 161 pessoas atendidas; |
| 226 pessoas atendidas na área de Ciências Domésticas; |
| 276 pessoas beneficiadas na área de Artes. |

Tabela 03 (Tabela elaborada pela autora, a partir de dados disponíveis em *Expressa Extensão*, 1996, p. 19).

Os dados reproduzidos acima fornecem uma prévia do que foram as atividades da nova estrutura da extensão já em seus primeiros meses.

Laudo Nunes foi desligado do cargo de Pró-Reitor de Extensão da UFPel, para posteriormente ser nomeado para o cargo de Chefe de Gabinete do Reitor Ibsen Weitzel Stephan, em 28 de dezembro de 1977, através da portaria nº 693/77.

4.2 Pró-Reitoria de Extensão - Gestão José Passos de Magalhães (1977 – 1981)

O Pró-Reitor José Passos de Magalhães foi nomeado em 30 de dezembro de 1977, pelo Reitor Ibsen Wetzel Stephan (1977-1981), através da portaria de nº 708. Atuou no período de 1977 a 1981, além de mais três meses como *pró tempore*, em 1982.

O professor Magalhães publicou no dossiê sobre os 25 anos de extensão o texto intitulado “Desenvolvimento Integral do Homem” (*Expressa Extensão*, 1996, p.20), em que coloca suas reflexões sobre o papel da extensão e sobre a responsabilidade social da universidade:

A universidade deve assumir sua função no processo de desenvolvimento sócio-cultural do país, através da implantação de um processo educativo, sintonizado com a realidade da região. Visa assim a promover o desenvolvimento integral do ser humano (*Expressa Extensão*, 1996, p. 20).

Para Magalhães, os grupos de trabalho deveriam ir além dos seus departamentos, de modo a manterem interação com os órgãos voltados à extensão universitária, conhecendo o funcionamento da Pró-Reitora, e assim "interagindo com as normas da extensão, e sendo treinadas dentro de um planejamento rigoroso, criando um espírito de união" (*Expressa Extensão*, 1996, p. 20). Na Gestão de Magalhães, o CRUTAC, em sua atuação no Município de Canguçu, na área cultural formou grupos de música e teatro de marionetes, realizou apresentações gauchescas e promoveu trabalhos manuais em barro, couro e lã, o que contribuiu para elevar o número de artesões naquele município. Na mesma época:

[...] com o apoio da Prefeitura de Canguçu, mediante auxílio financeiro do Programa de Fronteiras (PRODERF), a PRE patrocinou curso para a formação de professores em escolas unidocentes da área rural, que ensinavam até quarenta alunos de diferentes faixas etárias e grau de instrução. Reconhecido pelo MEC o curso tinha duração de 800 horas/aula e permitia a habilitação no grau primário, [...] fornecendo noções de Dinâmica de Ensino e Metodologia [...] (*Expressa Extensão*, 1996, p. 20).

O professor Magalhães destaca ainda a atuação da PRE no distrito de Santa Silvana (à época e ainda atualmente 6º distrito de Pelotas), onde o trabalho da UFPel em conjunto com a Embrapa e a Nestlé viabilizaram o plantio e a comercialização de morangos em um posto de venda fixo. Também foram criados consultórios médicos, odontológicos e advocatícios. Além disso, nos salões de baile, foram dadas aulas de culinária e de danças clássicas (*Expressa Extensão*, 1996, p. 21).

No município de Pinheiro Machado, em parceria com a Prefeitura Municipal, houve o incremento de atividades variadas, como a criação de porcos, aves e o adestramento de animais. Ainda no mesmo período:

[...] em convênio com a Superintendência do Desenvolvimento do Sul (SUDESUL), foi possível a preparação de ônibus-trailer, com um consultório médico, um consultório odontológico, depósito de medicamentos e secretaria. [...] foi desenvolvido junto a uma comunidade negra, na Serra das Asperezas⁵⁶, confinada em matos e pedregais, que apresentava grande números de cegos, com problemas de pele, lábio leporino e distúrbios mentais (*Expressa Extensão*, 1996, p. 21).

Outra atividade que teria sido, aos olhos da comunidade, um grande sucesso, conforme relato oficial registrado na *Expressa Extensão*, foi a participação de alunos

⁵⁶ Abrange área rural dos municípios de Piratini e Pinheiro Machado, no Rio Grande do Sul.

e professores da UFPel no Programa Ação Cívico Social (Aciso), juntamente com militares da área da saúde do 9º Regimento de Infantaria.

No relato do professor Magalhães, mereceu destaque também a atuação do CRUTAC, CETREISUL e Campus Avançado de Cáceres no Mato Grosso, de modo que inclusive “muitos alunos permaneceram nessa região depois de formados”. Através de um trabalho conjunto com a UCPel e FURG, foram fundados na cidade de Cáceres consultórios médico e dentário, e um posto de enfermagem. Os alunos puderam conviver com realidades bem diferentes daquelas que conheciam: “tratavam de doenças tropicais como malária, hanseníase e outras. Em Mirasol d’Oeste, uma grande cidade mato-grossense, os alunos contribuíram para planificação da área urbana, além de prestarem apoio na área da saúde” (*Expressa Extensão*, 1996, p. 21).

Um importante feito lembrado foi a criação da Rádio Cosmos FM Educativa, utilizada como meio de divulgação das atividades de extensão da UFPel, mais tarde vindo a se chamar Rádio Federal FM.

Para Valter Azambuja, a gestão de Magalhães se preocupou com a área da saúde: “ele era um dentista, ele era uma pessoa assim muito detalhista, mas ele pensava grande e pegou o início de tudo, e as coisas ficavam difíceis de organizar, mas naquela época o CRUTAC tinha uma estrutura muito boa na área de saúde”.

Na análise do Relatório de Atividades do CRUTAC de 1979, em relação aos objetivos, destacamos o que segue:

A UFPel consciente da necessidade de proporcionar a seus professores e universitários uma oportunidade para conhecimento e vivência da realidade rural de sua região geo-educacional, e conhecedora de sua importante missão social, para com a região e o país, tem dedicado incondicional atenção às atividades extensionistas do CRUTAC [...] em conformidade com as diretrizes [...] do MEC, executa o Projeto Integração da Universidade nas comunidades rurais da região sul (*Relatório de Atividades do CRUTAC*, 1979 p. 3).

Em relação às atividades do órgão junto às comunidades rurais, o relatório traz a percepção dos que participavam das ações. Mostra o interesse e a preocupação que tinham em encontrar soluções para as dificuldades do homem do campo e a necessidade de obter a aceitação das populações rurais. Utilizando-se das análises das condições sociais, econômicas e culturais das comunidades, levantavam-se as problemáticas e seus motivos, fossem nos sistemas tradicionais de cultivo e/ou nos métodos obsoletos de criação. A esse respeito, a intervenção da universidade se daria no sentido de que “o trabalho se traduz na busca de soluções adequadas [...] com o

envolvimento de todo o sistema universitário, servindo como fonte de retro informação do ensino, da pesquisa e da própria extensão” (*Relatório de Atividades do CRUTAC*, 1979, p. 4).

A população rural, ao participar das atividades de extensão, fazia parte do sistema que “visava à promoção integral do homem, efetivando uma visão crítica de seus problemas e possibilidades, crescendo no sentido de sua capacidade de integração no processo de desenvolvimento local, regional e nacional”. A atuação regional do CRUTAC entre os anos de 1977 e 1979 se deu em uma extensão área da Fronteira Sul do Rio Grande do Sul (ver Figura 07), abrangendo localidades variadas nos municípios desta região: em Pelotas⁵⁷, as localidades de Morro Redondo, Arroio do Padre, Colorado, Gruppelli, Bacchini, Colônia Maciel, Colônia Z3 e Santa Silvana; em Canguçu: Rincão dos Marques, Faxinal, Passo das Oliveiras e Coxilha dos Piegas; em Arroio Grande: Santa Isabel; em Piratini: Passo do Minas do Paredão; em Pedro Osório: Vila Freire⁵⁸. A participação de instituições públicas e/ou privadas nas diferentes fases de retroalimentação da universidade e de dinamização da comunidade era considerada como fator essencial para o avanço e integração do trabalho realizado (*Relatório de Atividades do CRUTAC*, 1979).



Figura 07 Área de Influência do CRUTAC/UFPel até 1979
Fonte: *Relatório de Atividades do CRUTAC* de 1979

⁵⁷ Na época incluía ainda os atuais municípios de Capão do Leão, Morro Redondo, Turuçu e Arroio do Padre, que tiveram seus desmembramentos do município de Pelotas aprovados respectivamente em 1982, 1988, 1995 e 1996.

⁵⁸ Vila Freire pertence atualmente ao município de Cerrito, cujo desmembramento de Pedro Osório foi aprovado em 1995.

José Passos de Magalhães deixa o cargo em 30 de abril de 1982, através da portaria de nº 151/82, assinada pelo Reitor José Emílio Gonçalves Araújo (1982-1984).

3.3 Pró-Reitoria de Extensão - Gestão Élide Minioni (1982 – 1984)

Élide Minioni foi nomeada Pró-Reitora de Extensão da UFPel pelo Reitor José Emílio Gonçalves Araujo em 16 de abril de 1982, através da portaria 152/82, sua gestão tendo durado entre 1982 e 1984. Nascida em 09/02/1941, Professora Titular da UFPel, Bacharel em Ciências Domésticas pela Universidade Federal de Viçosa (UFV) - MG, formou-se em 1952. Iniciou suas atividades no Magistério Superior na Universidade Federal de Viçosa em 1963, como professora. Em 1968, passou a exercer o Magistério na Faculdade de Ciências Domésticas da Universidade Federal Rural do Sul (URS), ainda na área de habitação. Começou as atividades de extensão na UFV, através do Departamento de Habitação da Escola Superior de Ciências Domésticas (ESCD). Na Faculdade de Ciências Domésticas da Universidade Federal Rural do Sul, continuou seu envolvimento na área de extensão.

De acordo com seu depoimento, na gestão que a antecedeu, os vários órgãos que compunham a Pró-Reitoria de Extensão careciam de uma estrutura organizacional, de uma interrelação. Quando Élide Minioni assumiu a PRE, encontrou alguns projetos em funcionamento, como foi o caso dos Projetos do CRUTAC, CETREISUL e o Campus Avançado de Cáceres.

A Pró-Reitora nos relata que em sua gestão foi criado o Escritório de Extensão Rural e Transferência de Tecnologia, ao qual foram integrados o CRUTAC, o Campus Avançando de Cáceres e o Setor de Projetos de Extensão, além da participação da UFPel junto ao Programa para o Desenvolvimento de Recursos Humanos da Região de Fronteira do Brasil com o Uruguai (PRODERF)⁵⁹.

⁵⁹ A UFPel participava desse programa, como a UCPel e todas as IES localizadas na faixa entre Santa Vitória do Palmar e Uruguiana, participavam também as prefeituras dessa região e a SUDESUL.

Muitos dos projetos eram oriundos de convênios entre a UFPel/MEC e as prefeituras das localidades abrangidas.

A professora Élide destaca o Campus Avançado e o CRUTAC como os principais programas em sua gestão, “por terem tido maior abrangência e maior duração” (Élide Minioni, 2018). Em 1982, o CRUTAC completou 10 anos de atuação e de funcionamento efetivo, “não obstante, com algumas dificuldades, pois os projetos aconteciam através de subprojetos, nas áreas agropecuárias, sócio educacional, cultural e da saúde” (Élide Minioni, 2018).

A proposta feita por sua equipe de gestão foi a sistematização das atividades em um organograma que abrangesse os projetos, atividades e todas as ações da PRE, revitalizando algumas ações e/ou criando outras. Após essa primeira fase, que seria a estruturação da PRE, a professora Élide inicia a busca por recursos (alguns já existentes), para o desenvolvimento dos projetos e ações vinculadas a convênios.

A percepção do imenso trabalho e da árdua tarefa de aglutinar órgãos e projetos diversificados, com um material humano heterogêneo. As ações importantes foram aquelas direcionadas à comunidade, com execução dos departamentos e órgãos específicos da instituição, sempre objetivando uma melhor adequação do ensino e transferência de tecnologias adequadas à realidade rural e urbana. Os problemas maiores, de início, foram a aceitação de alguns integrantes de departamentos para trabalharem em consonância com a Pró-Reitora, pois faziam normalmente suas atividades sem vínculo ou supervisão da PRE. Aos poucos os problemas desta natureza foram sanados e a produtividade da Pró-Reitoria tendia a aumentar (Élide Minioni, 2018).

Reproduzimos a seguir o organograma (ver Figura 08) da estrutura operacional da PRE, após reestruturação, conforme o *Relatório de Gestão da Pró-Reitoria de Extensão, de dezembro 1982* (p. 02), o qual foi gentilmente cedido pela professora Élide Minioni para o desenvolvimento da presente pesquisa:

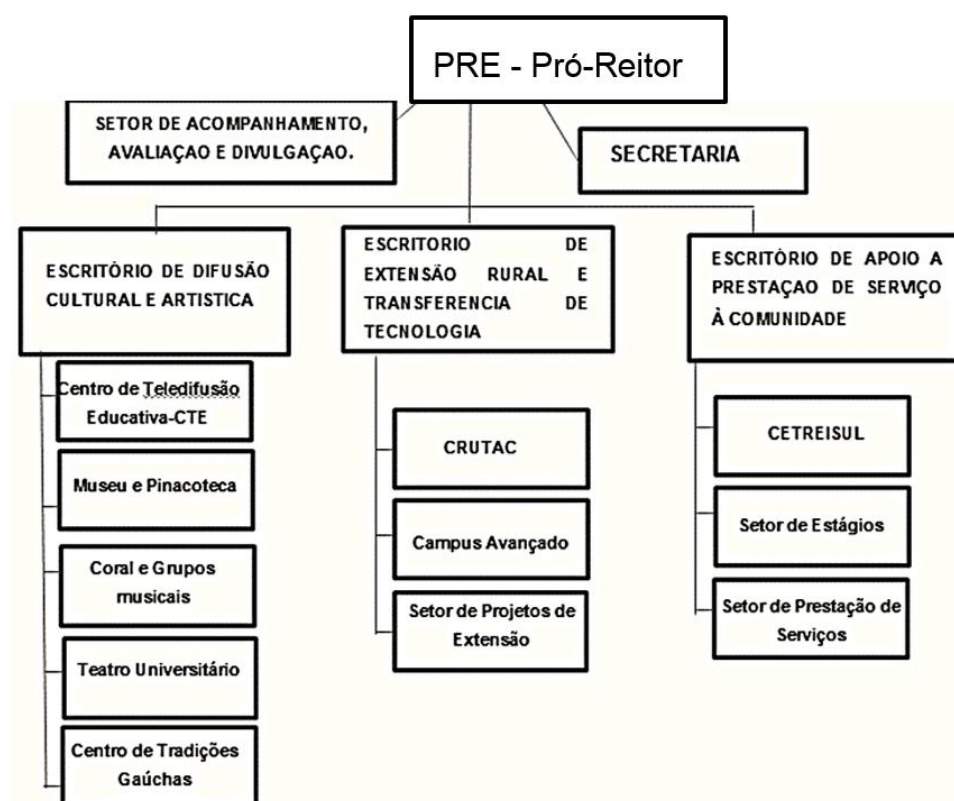


Figura 08 – Organograma PRE (1982-1984) reproduzido pela autora a partir do *Relatório de Gestão* de dezembro de 1982, p. 4.

Conforme este relatório, as Linhas de Ação propostas na Estrutura Organizacional e as atividades de Extensão da Pró-Reitoria foram enquadradas em três escritórios (ver Tabelas 4,5 e 6), como segue:

| Escritório de Difusão Cultural e Artística | |
|--|--|
| Contribuiu na implementação e divulgação de várias manifestações culturais e artísticas. | |
| O Centro de Teledifusão Educativa (CTE) | Órgão Suplementar da UFPel, nele encontrava-se em funcionamento a Rádio Cosmos FM Educativa (a primeira emissora educativa em FM do Estado); |
| O Museu e Pinacoteca | Casa de cultura dinâmica, integrada à comunidade. O acervo (biológico/zoológico) servia ao ensino acadêmico, à ilustração cultural e à ação educacional da comunidade; |
| O Coral ⁶⁰ e Grupos musicais ⁶¹ | Visavam à complementação do ensino acadêmico, à divulgação da música erudita, popular e folclórica, ao intercâmbio de musicistas e à formação de público; |

⁶⁰ O Coral da UFPel teve suas atividades canceladas no segundo semestre de 1982, devido a aposentadoria da Professora Regente, Luci Luffi. Retornou a funcionar em 1983, quando foi reestruturado contando com um novo regente.

⁶¹ Através da Portaria 609/82, de 15 de outubro de 1982, cria o Conjunto de Música Antiga da UFPel.

| Escritório de Difusão Cultural e Artística | |
|--|--|
| Contribuiu na implementação e divulgação de várias manifestações culturais e artísticas. | |
| O Teatro Universitário | Aproveitamento das artes cênicas como apoio didático ao ensino acadêmico e voltado a incentivar grupos amadores existentes ou emergentes; |
| O Centro de Tradições Gaúchas (CTG) "Os Carreiros" | Oficialmente vinculado à PRE em 1982, através da portaria 720/82. Visava a difusão e preservação das tradições e dos valores culturais do povo gaúcho, divulgando essa prática no meio universitário e na comunidade em geral. |

Tabela 4 - (Tabela elaborada pela autora, a partir dos dados do documento: *UFPel, PRE. Relatório de Gestão ano 1982, 1982, p.10*).

| Escritório e Extensão Rural e Transferência de Tecnologia | |
|--|--|
| Atuou por duas linhas básicas de ação, a Integração com comunidades rurais e urbanas e a integração da universidade com o ensino básico. | |
| O CRUTAC | Oferecia estágio rural supervisionado para concluintes de diversos cursos profissionalizantes. |
| O Campus Avançado, Programa do Projeto Rondon | Constituído numa estratégia da interiorização do desenvolvimento pela universidade, através de base permanente instalada em um município do interior brasileiro. Desenvolvia atividades referente à formação sócio-profissional dos estudantes universitários, vinculado às necessidades das comunidades interioranas. |
| O Setor de Projetos de Extensão | Dava o apoio à elaboração e manutenção de Projetos de Extensão. |

Tabela 5 - (Tabela elaborada pela autora, a partir dos dados do documento: *UFPel, PRE. Relatório de Gestão ano 1982, p. 25*).

| Escritório de Apoio à Prestação de Serviço à Comunidade | |
|---|--|
| As atividades eram executadas através do CETREISUL, do Setor de Estágio e do Setor de Prestação de Serviços | |
| CETREISUL Implementação de Cursos de Extensão, Treinamento e Atualização | Funcionava desde 1960, na antiga URS. Seu potencial voltava-se a promover, coordenar, divulgar, apoiar e agilizar a realização de cursos de extensão, atualização, treinamento, seminários, simpósios, encontros e ciclos de palestras, ministrados pelo departamento da unidade ensino. |
| Setor de Estágios | Coordenava as diversas atividades de estágio curricular e não curricular dos diferentes cursos da UFPel. Este Setor contava com um representante da Pró-Reitoria Administrativa (PRA) e de Pró-Reitoria de Assistência, para a efetivação do trabalho integrado de ensino e extensão. |
| Setor de Prestação de Serviços | Acompanhava a prestação de serviço de atendimento, orientação, assessoria e assistência técnica, que eram dirigidas a empresas e comunidades. |

Tabela 6 - (Tabela elaborada pela autora, a partir dos dados do documento: *UFPel, PRE. Relatório de Gestão ano 1982, 1982, p. 35*).

As atividades, após a reestruturação da PRE, passaram a ser desenvolvidas e executadas a nível departamental nos três escritórios, conforme a natureza dos projetos e as linhas de ação que os norteavam, as quais deveriam estar em consonância com o Plano de Desenvolvimento da UFPel. A fim de sistematizar e informatizar as orientações da Pró-Reitora, elaborou-se nesta época uma ficha para cadastramento dos Projetos de Extensão, facilitando o entendimento das propostas de ações e atividades, oriundas das unidades de ensino. Dessa forma, as propostas dos departamentos eram encaminhadas ao COCEPE, para análise e aprovação.

No entendimento de Élide Minioni, a extensão de conhecimento está associada à linha da extensão cultural. Em sua gestão assim foi dado destaque às atividades embasadas na difusão cultural e artística, entre as quais ela elenca:

Essa linha englobava projetos e atividades tais como: Conjunto de Música Antiga da UFPel, inclusive com participação do Primeiro Encontro Nacional de Música Antiga em Curitiba, em 1983. Através da Fundação Nacional de Artes (FUNARTE), tivemos inúmeras apresentações na comunidade pelotense circunvizinhas de recitais e concertos com renomados instrumentistas e cantores, além das apresentações do coral da UFPel (após reestruturado). Foram apresentados também, à comunidade em geral, mostra de cinema, como a retrospectiva de cinema e a primeira mostra de cinema moderno alemão, inéditos no circuito comercial. Não podemos deixar de mencionar a criação e atuações do CTG “Os carreteiros”, com sede inaugurada em 1983, e divulgando as tradições culturais do povo gaúcho. A Rádio Cosmos FM Educativa teve papel preponderante na divulgação das atividades de extensão, pelo seu alcance e pelos programas técnicos, culturais, educativos e de lazer, estendendo à comunidade e à zona sul (Élide Minioni, 2018).

O elemento cultural artístico era transmitido através dos órgãos da PRE e unidades de ensino, tendo sua divulgação amplamente reforçada pela Rádio Cosmos⁶². Percebe a entrevistada que, quando havia o envolvimento das comunidades, ou seja, quando as comunidades trabalhavam junto, elas eram mais receptivas, de modo que esta era a situação ideal, uma vez que “a comunidade externa seria o público alvo para as ações universitárias, ela que forneceria elementos para a melhoria do ensino, da pesquisa e da extensão” (Élide Minioni, 2018). Para Élide Minioni, as sementes foram plantadas e em algumas localidades, desenvolveram-se, observando-se melhoria das condições de vida, em especial da área rural e da área de periferia urbana abrangidas.

⁶² A Rádio Cosmos foi a primeira emissora educativa FM do Estado do RS. Teve seu nome mudado posteriormente para Federal FM.

Élide Minioni finaliza seu depoimento da seguinte forma: “No final da década de 80, a postura da universidade, em nosso entender, foi a de apagar o que havia sido feito, ou sido construído até então, para começar suas ações pautadas em discussões políticas partidárias” (Élide Minioni, 2018).

Em sua participação⁶³ no painel organizado em comemoração aos 25 anos da extensão da UFPel, abordou os estágios curriculares, que, na sua opinião, consolidaram a extensão universitária em um período fortemente extensionista. A regulamentação dos estágios curriculares teria vindo a complementar as normas da ação da extensão universitária no país. Sobre esse assunto, afirma que:

Os fatos sociais que se apresentavam no início dos anos 80, e principalmente entre 1982 e 1984, eram a crítica crescente ao modelo político vigente, pelos diferentes setores da sociedade, que reivindicavam a redemocratização do país. Tendo como pano de fundo esse quadro político e social, o Governo estabelece o III Plano Nacional de Desenvolvimento, no qual reserva ao Terceiro Plano Setorial de Educação⁶⁴ e Cultura do MEC 80/85 as “Diretrizes de Planejamento do MEC”. A viabilização destes compromissos induz a Universidade a definir estruturas administrativas, bem como incrementar as atividades de Extensão através de estágios curriculares (*Expressa Extensão*, 1996, p. 22-23).

O relato da professora é muito representativo quanto a como as mudanças em curso no país impactavam na prática e institucionalização da extensão na universidade. De acordo com a professora Élide, o MEC exigia das universidades brasileiras ações que gerassem o saber e o fazer mediante a construção da história e da cultura, e ao mesmo tempo em que gerassem a redução das desigualdades socioeconômicas regionais e nacionais. A crítica da realidade nacional deveria ser construída de forma construtiva visando à educação aberta à comunidade. Deveria ser permitida a participação dessas comunidades na formulação e execução do próprio conteúdo da educação, produzindo a troca de saberes e construindo os conhecimentos comprometidos com a transformação social. “[...] as Universidades precisavam definir estruturas administrativas, incrementar as atividades de extensão [...] se comprometerem com os problemas sociais, comunitários e o desenvolvimento

⁶³ Élide Minioni escreveu sua fala e durante o evento foi representada por João Nelci Brandalise, pois estava em viagem quando aconteceu o Seminário.

⁶⁴ O terceiro Plano Setorial, educação, cultura e desporto é um marco indicativo de um conjunto de ações a serem implementadas no período 1980/85, nas áreas de Educação, Cultura e Desporto. A definição de suas linhas programáticas e estratégias de ação resultam de um processo participativo e descentralizado, em que trabalharam de modo integrado, órgãos federais, estaduais e regionais. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d87497.htm, acessado em 10/06/2017.

do País” (*Expressa Extensão*, 1996, p. 22-23). Em 18 de agosto de 1982, o Decreto⁶⁵ Lei nº 82.497 regulamenta a Lei⁶⁶ nº 6.494 de 07 de dezembro de 1977 que dispõe, sobre o estágio de estudantes de estabelecimentos de ensino superior e de 2º grau regular e supletivo. “A Lei nº 82.497 [...] veio complementar as normas da ação da Extensão Universitária no País” (*Expressa Extensão*, 1996, p 22-23), foram criadas estruturas para a coordenação dos estágios, com a participação dos diretores e professores.

Foi durante a gestão Élide Minioni que ocorreu o alinhamento entre o Plano de Desenvolvimento da UFPel e o Plano Nacional de Desenvolvimento, conforme aprovado pelo Conselho Universitário, em 30 de novembro de 1982, ao definir os compromissos da universidade, para o quadriênio 1983-1986, com a “melhoria e ampliação da ação da extensão universitária, projetando a universidade na comunidade; com a priorização das ações nas áreas pobres, principalmente na zona rural e periferias urbanas”. Definiu-se ainda que no compromisso da extensão deveria haver o envolvimento de docentes e discentes, ou seja, a prática da extensão deveria consistir “em uma relação de ensino e nunca numa mera relação paternalista, com a integração com outras instituições [...] objetivando o seu aprimoramento, com a prestação de serviços a empresas, visando à solução de seus problemas e a inovação tecnológica [...]” (*Expressa Extensão*, 1996, p 23).

A preocupação com a formação profissional era tida como a função primeira da universidade. A extensão universitária trazia como uma das preocupações o compromisso com a comunidade, o que exigiria uma atuação efetiva que deveria ser integrada a este processo de formação profissional. Na indissociabilidade do ensino e da aprendizagem, assim norteava-se a política oficial de extensão da UFPel, formava-se o estudante que pesquisa e absorve conhecimento teórico. Nesta perspectiva, esse estudante era visto como alguém que possuía condições de associar a teoria com a prática, com a realidade que estava além das paredes da universidade.

⁶⁵ O decreto número 87.497, de 18 de agosto de 1982, regulamenta a Lei nº 6.494, de 07 de dezembro de 1977. Pode ser acessado em: <http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/me000657.pdf>.

⁶⁶ Legislação Informatizada – Lei nº 6.494, de 7 de dezembro de 1977 - Publicação Original. Pode ser acessado em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1970-1979/lei-6494-7-dezembro-1977-366427-publicacaooriginal-1-pl.html>.

Esse discurso orientou o trabalho da professora Élide Minioni à frente da PRE, da qual ela se afasta no dia 10 de dezembro de 1984, conforme Portaria de nº 716/84, assinada pelo Reitor Ruy Brasil Barbedo Antunes (1984-1988).

A coordenação do CRUTAC na transição entre a gestão José Emilio (1982-1984) e Rui Antunes (1984-1988) teve a frente o professor Volnei Krause Kohls (03/1984-03/1985). Para uma visão mais pormenorizada da gestão da PREC, é enriquecedor acrescentar a perspectiva das chefias de órgãos específicos que compunham este Pró-Reitoria. No caso do CRUTAC, sua direção competia até 1984 ao professor Manoel Mendieta Araújo, cuja experiência frente a este organismo, direção que ele desempenhou a partir 1974, já foi relatada anteriormente. Em abril daquele ano, ele foi desligado deste cargo por meio da Portaria nº198/84 de 06 de abril de 1984, por interesse pessoal, a fim de cursar Mestrado em Extensão Rural, na UFSM. Nesta ocasião, a professora Élide Minioni escolhe o professor Volnei Krause Kohls para Coordenador do CRUTAC, cargo que exercerá entre 1984 e 1985 (nomeado em de 06 de abril de 1984 pela Portaria de nº 199/84).

Nascido em de março de 1955, o professor universitário Volnei Krause Kohls (usualmente Volnei Kohls)⁶⁷ é Engenheiro Agrônomo, graduado na FAEM/UFPel em dezembro de 1977. Apresentamos aqui breve relato pessoal de sua trajetória na área de extensão anteriormente à sua investidura deste cargo na UFPel:

Logo após a formatura fiz concurso na Emater de SC/Acaresc (hoje Epagri) e trabalhei como Extensionista Rural em Curitiba/SC no período de 1977-1982, vinculado a um Programa de Desenvolvimento da Fruticultura (maçã) naquele estado, chamado PROFIT. Depois, de março de 1982 a fevereiro de 1984, trabalhei como coordenador regional da Acaresc, na região de Lages/SC, com sede nesta cidade. Assim, foram praticamente sete anos de atuação direta na extensão rural em Santa Catarina. Na sequência, fiz o concurso no Departamento de Ciências Sociais Agrárias da Faculdade de Agronomia Eliseu Maciel – DCSA/FAEM/UFPel. Logo na chegada à UFPel, em março de 1984, dada a minha experiência em Extensão Rural, fui convidado pelo Prof. José da Costa Fróes e pela Prof^a. Élide Minioni, da Pró-Reitoria de Extensão, para assumir a chefia do CRUTAC (Volnei Krause Kohls, 2018).

Segundo o professor Volnei Kohls, no período de sua atuação à frente do CRUTAC, mais de quarenta professores se envolviam nos projetos desenvolvidos nas quatro comunidades atendidas pela UFPel: Seriam duas em Canguçu, uma em

⁶⁷ Neste momento ao me reportar a Volnei Krause Kohls utilizarei Volnei Kohls.

Pelotas e outra no Capão do Leão. A equipe permanente do CRUTAC seria constituída por profissionais das áreas agrárias, assistência social, arte e cultura, área administrativa, da saúde, além de técnicos e motoristas. “Eu acompanhava todas as atividades nas comunidades, de terça à sexta, [...] foi uma gestão tranquila, com grande comprometimento dos docentes, técnicos e discentes, além das lideranças das comunidades que nos recebiam todas as semanas” (Volnei Krause Kohls, 2018).

O professor destaca os projetos e áreas de conhecimento envolvidas no CRUTAC no período de sua gestão:

Nós tínhamos projetos nas áreas: a) Saúde – (Medicina, Odontologia, Enfermagem e Nutrição); b) agrárias – (Agronomia, Veterinária, Ciências Domésticas, Engenharia Agrícola); c) Arte e Cultura – (Cursos das Humanas); d) Assistência Jurídica – (Direito); e Arquitetura. Grande parte dos projetos tinha financiamento da LBA (Fundação Legião Brasileira de Assistência), os quais eram avaliados e renovados anualmente, mediante a apresentação do relatório de atividades pelo gestor e equipe do CRUTAC e o Planejamento para o ano seguinte (Volnei Krause Kohls, 2018).

Para Volnei Kohls, um dos principais debates entre docentes e técnicos que coordenavam e executavam projetos girava em torno do fazer “desenvolvimento” ou “assistencialismo” nas comunidades, que ele assim sintetiza: “Alguns tinham uma visão de longo prazo, procuravam um trabalho educativo, de desenvolvimento com menos dependência das instituições, e outros tinham uma visão assistencial, intervindo na comunidade por demandas do momento e de curto prazo. (KOHLS, 2018). Uma das dificuldades encontradas era a rotatividade de estagiários, o que dificultava o trabalho de longo prazo. A cada troca exigia-se uma nova preparação dos alunos, a fim de poderem dar continuidade aos projetos. Dessa forma, nem sempre a estrutura permitia a manutenção de projetos sequenciais, o que levava muitos a optarem por uma ação mais assistencial, quando percebiam um resultado mais imediato, embora soubessem que, quando o grupo não estivesse na comunidade, os problemas voltariam.

Segundo o depoimento de Volnei Kohls, não havia nas comunidades infraestrutura e logística para atendimento, o que era compensado pelo trabalho e estrutura das equipes que se deslocavam até as áreas atendidas:

A estrutura de transporte (ônibus, carros, etc.) era permanente; os gabinetes dentários móveis eram muito bons; alimentação na comunidade também era realizada na forma de mutirão pelas lideranças das comunidades. Cada saída a campo, de terça a sexta-feira, envolvia em torno de 50 pessoas, entre professores, técnicos, estudantes e motoristas. Praticamente não tínhamos problemas de recursos financeiros, pois o aporte institucional da UFPel e

também da LBA eram suficientes para executar as ações planejadas anualmente. Também tínhamos um estoque de material para uso nas atividades de campo, especialmente na área da saúde, como equipamentos e medicamentos para a odontologia e medicina (Volnei Krause Kohls, 2018).

A extensão universitária, para Volnei Kohls, era bem avaliada pelas comunidades locais, o que despertava interesse entre as comunidades vizinhas. Porém, naquele momento, já estávamos tão envolvidos que era praticamente impossível ampliar o trabalho para outras comunidades e/ou regiões.

Para Volnei Kohls, a comunidade externa sempre teve papel importante na trajetória da UFPel, pelo reconhecimento externo que se tinha na época, de cursos como Agronomia, Veterinária, Direito, Odontologia e Medicina. “As áreas profissionais da saúde e da extensão rural do sul do país eram grandes demandadoras dos profissionais formados na instituição”. Isto acontecia pela excelente reputação no mercado de trabalho dos egressos da UFPel, “situação que por um lado fortalecia o nome da instituição no país, e, por outro, pressionava a UFPel a manter um bom nível nestes cursos, os quais mais tarde foram se consolidando com a criação dos programas de pós-graduação” (Volnei Krause Kohls, 2018).

O professor Volnei Kohls destacou ainda a importância do Projeto Rondon, no Campus Avançado de Cáceres no Mato Grosso: “O Campus Avançado teve um papel importante na formação de muitos estudantes, pois eles tiveram a oportunidade de conhecer outra realidade do país, como a franja amazônica, o pantanal e o cerrado”. Enfatiza ainda o problema já mencionado em relação à rotatividade dos estudantes estagiários e/ou bolsistas, problema por ele encontrado em quase todos os projetos de extensão universitária: “Os alunos necessitam se formar e seguir adiante, o que acaba comprometendo a eficácia das ações pela ‘repetição/sobreposição’ de atividades, levando a um ‘saturamento/cansaço’ das comunidades alvos dos projetos”. Para ele, a universidade e as comunidades nem sempre estão no mesmo ritmo, o que acaba interferindo no alcance dos objetivos dos projetos: “eu ouvia nas reuniões de avaliação: *‘muito diagnóstico e pouca resolução dos desafios apontados nesses diagnósticos’*. Isso levava a um desgaste na comunidade, pois acaba não percebendo mudanças na sua realidade concreta” (KHOLS, 2019).

O professor nos ressalta alguns projetos que considerava mais interessantes no período em que estava à frente do CRUTAC (1984/1985), como segue:

A implantação de hortas nas escolas de ensino fundamental e médio; os cursos de capacitação dos professores das escolas das comunidades; os grupos de artesanatos em lã e outros materiais das comunidades; os cursos de prevenção e também atendimentos na área da saúde; os trabalhos de manejo agropecuário dentro da realidade de cada comunidade; assessoria jurídica, entre outros. Os professores, técnicos e estudantes eram muito comprometidos com o trabalho e, em sua grande maioria, as avaliações eram bastante positivas no final de cada semestre. Entretanto, cabe uma reflexão de todos sobre os efeitos destas ações, que são fundamentais e importantíssimas para os alunos, mas talvez não sejam na mesma medida para as comunidades (Volnei Krause Kohls, 2018).

O professor Volnei Kohls, atualmente professor na FAEM, faz uma reflexão sobre a extensão nos dias atuais em relação à época em que era Coordenador do CRUTAC:

Na minha visão, até pela origem profissional na Extensão Rural, a Extensão sempre teve sua importância nos diversos campos de atuação da UFPel em toda a sua trajetória. A questão que se coloca nos anos recentes é que a carreira docente é basicamente centrada na produção intelectual e assim os esforços de tempo, recursos e massa crítica são crescentemente focados para os programas de pós-graduação. Obviamente, extensão e pesquisa não são excludentes, entretanto, os projetos de pesquisa acabam tendo prioridade em relação aos de extensão. No nosso caso específico, do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Territorial e Sistemas Agroindustriais (PPGD TSA), grande parte das pesquisas, dos mestrados e dos alunos de iniciação científica e/ou bolsistas, têm um caráter aplicado e por isso andam praticamente junto com as atividades de extensão (Volnei Krause Kohls, 2018).

Para o professor Volnei Kohls, olhando para o quadro atual, a contribuição da UFPel para o desenvolvimento regional, “considerando o bom nível da UFPel no ranking das universidades brasileiras e a sua importância na formação de inúmeros profissionais de graduação e pós-graduação, está aquém do seu potencial” (KHOLS, 2018).

A gestão do Professor Volnei Kohls junto ao CRUTAC se deu na transição entre duas gestões da universidade (José Emilio/Rui Antunes), no período compreendido entre março de 1984 a março de 1985, quando ele deixou a Coordenação do CRUTAC, conforme Portaria nº 185/85 de 15 de março de 1985. Apesar de um período breve, como vimos, os relatos e reflexões do professor traduzem a situação da extensão na época, quer no Brasil, quer na UFPel, seja no que diz respeito às mudanças em curso, seja no que se refere aos debates existentes. Seu relato é um testemunho da grande vitalidade que a extensão possuía à época no que diz respeito à atuação do CRUTAC e do Campus Avançado de Cáceres, submetidos à época ao Escritório de Extensão Rural e Transferência de Tecnologia.

4.4 Pró-Reitoria de Extensão - Gestão Renato Luiz Melo Varoto (1984 – 1988)

Na gestão do Reitor Ruy Brasil Barbedo Antunes (1984 a 1988), o Professor Renato Luiz Melo Varoto⁶⁸ foi designado ao cargo de Pró-Reitor de Extensão da UFPel, por meio da Portaria nº 719/84 de 10 de dezembro de 1984.

O envolvimento inicial de Varoto com a extensão se deu em 1982/83, quando era Diretor do Instituto de Sociologia e Política e criou, nesta unidade, cursos de extensão. Antes de abordarmos a sua gestão, para melhor compreendermos a motivação das mudanças implantadas, vale trazer aqui alguns pontos da sua opinião sobre a situação da extensão na UFPel dos anos iniciais até o período que lhe antecederam. Varoto relata que a extensão era muito fragmentada, um conjunto de ações extensionistas que carecia de uma política unificada para garantir o controle da qualidade e efetividade das ações. Varoto comenta que, quando assumiu, os cursos eram organizados pelas unidades, o que teria sido um dos problemas administrativos por ele enfrentados, pois esta descentralização prejudicava o controle sobre os projetos. Ele coloca que “as unidades faziam extensão lá do jeito que bem entendiam, e algumas falsificavam atividades. Eram só para obterem diploma e titulação e poucos realmente eram abertos à comunidade como eram os cursos do Instituto de Letras” (Renato Luiz Melo Varoto, 2017).

Para adequar à extensão aos propósitos de sua gestão e resolver problemas herdados da estrutura anterior, Varoto teria então proposto uma nova estrutura à extensão da UFPel (ver Figura 09), que teria sido proposta no documento “Nova Estrutura Organizacional da UFPEL”, aprovada pela Resolução⁶⁹ do Conselho Universitário (CONSUN) nº 02/86 de 04 de abril de 1986.

⁶⁸ Renato Luiz Mello Varoto nasceu em 23 de abril de 1947. Professor, advogado e jornalista, aposentado da UFPEL, Graduado em Direito em 1969 e em Ciências Sociais 1968. Pós-Graduado em História das Artes e Doutorado em Direito. Iniciou sua carreira como professor na UFPel em 1971. Deste momento em diante, ao me reportar ao professor Renato Luiz Melo Varoto usarei Varoto, forma como é chamado localmente.

⁶⁹ Resolução do Conselho Universitário nº 02/86 de 04 de abril de 1986 que aprova a Nova Estrutura Organizacional da UFPEL. Disponível em: https://wp.ufpel.edu.br/scs/files/2010/12/consun_86_02.pdf

Estrutura da Pró-Reitoria de Extensão (1986-1988)

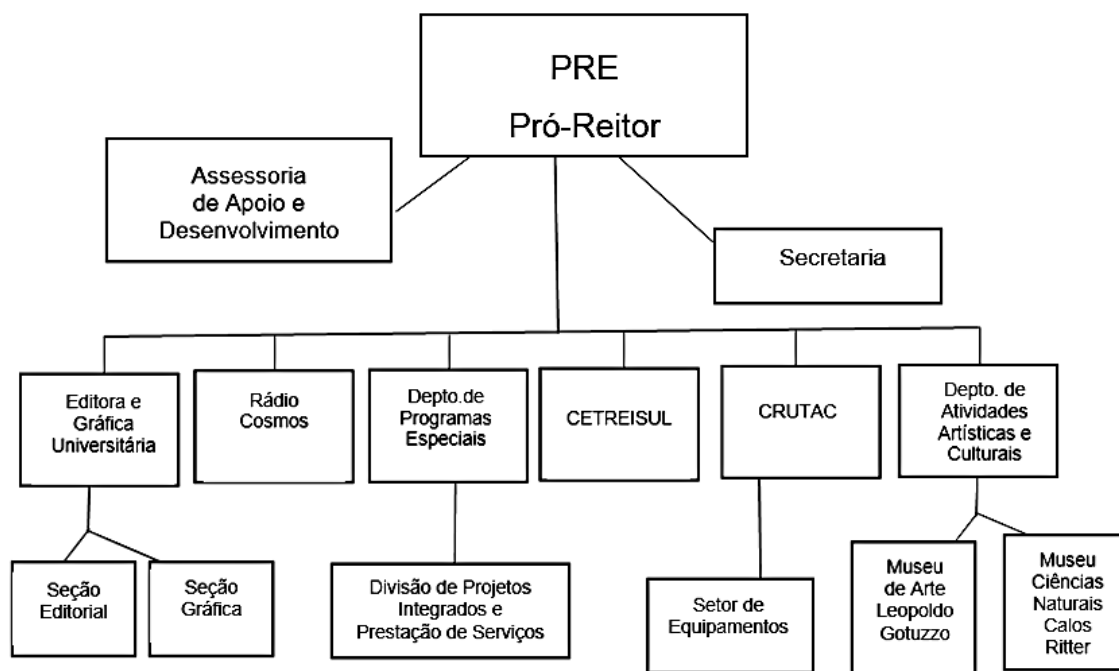


Figura 09 – Organograma PRE (1984-1988) elaborado pela autora a partir do documento *Extensão Universitária, Conceitos e Organização*, 1988, p.4. Acervo pessoal Prof. Dra. Leonor Almeida de Souza Soares⁷⁰.

O documento "Nova Estrutura Organizacional da UFPEL - Proposta - 1986", tratava, em seus artigos 152 a 174, das competências e atribuições dos órgãos e cargos da PRE. À Assessoria de Apoio e Desenvolvimento cabia assessorar os Departamentos de Ensino, o Gabinete do Pró-Reitor e os demais órgãos da PRE. A Editora e Gráfica Universitária era incumbida de editar publicações literárias, técnicas e científicas, além de toda a matéria impressa da instituição. A Livraria Universitária teria a finalidade de levar à comunidade universitária em geral o universo dos livros produzidos pelas editoras universitárias do país, além das publicações oriundas da própria instituição. A Rádio Cosmos tinha a incumbência de veicular a cultura através de programações de natureza educativa, divulgar programas regionais e nacionais,

⁷⁰ Leonor Almeida de Souza Soares foi Assessora de Apoio e Desenvolvimento durante o mandato de Renato Luiz Mello Varoto. Graduada em Ciências Domésticas, com mestrado em Ciências Biológicas (Bioquímica) pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (1971) e doutorado em Ciência de Alimentos pela Universidade Estadual de Campinas (1980). Desde 1994, após aposentadoria como Profa. Titular do Departamento de Bioquímica da Universidade Federal de Pelotas, passou a colaborar com a pós-graduação na área de Engenharia de Alimentos da FURG, inicialmente como Especialização e posteriormente com a evolução para Programa de Pós-graduação em Engenharia e Ciência de Alimentos da Universidade Federal do Rio Grande. Foi Bolsista Visitante Sênior - FAPERGS (2013-2016), no Programa de Pós-graduação em Engenharia e Ciência de Alimentos da Escola de Química e Alimentos.

ligando diretamente a universidade à comunidade. Ao Departamento de Programas Especiais competia planejar, organizar e supervisionar os trabalhos na área de extensão universitária, bem como assessorar os Departamentos de Ensino no desenvolvimento de suas atividades de extensão. Deveria também realizar a integração das IES com órgãos regionais, instituições públicas ou privadas integrantes aos objetivos para a ação comunitária. O CETREISUL era incumbido de executar cursos, seminários e atividades similares, promovidas em conjunto com as unidades e departamentos de ensino. O CRUTAC ocupava-se da integração da universidade com as comunidades rurais e urbanas da área geo-educacional em que estava inserido. Ao Departamento de Atividades Artísticas e Culturais cabia a coordenação das atividades de extensão relativas à divisão de arte e cultura, buscando a integração da universidade com a comunidade através do Museu de Arte Leopoldo Gotuzzo, Museu de Ciências Naturais Carlos Ritter, do Teatro Universitário, do Clube de Cinema e Vídeo, da Orquestra de Câmara, da Orquestra de Violões, do Coral, do Grupo de Câmara, do Conjunto de Música Antiga e do CTG Os Carreiros.

Na gestão de Renato Luiz Melo Varoto, muitos dos avanços se deveram ao fato de a Pró-Reitoria ter assumido mais a função de coordenadora, abandonando a função de fiscal, o que teria impulsionado vários flancos de atuação extensionista da universidade, com notável projeção na ação cultural:

Criação do Conselho de Extensão; retomada do Teatro Universitário; reerguimento do Coral da UFPel e a implantação da Orquestra de Violões, do Conjunto de Câmara e do Conjunto de Música Antiga; a redefinição da realização de exposições, concertos, cursos, palestras, seminários na área das artes; redefinição da Rádio Cosmos; ampliação e recuperação do Centro de Tradições Gaúchas “Os Carreiros”, entregando a sua administração aos próprios alunos; instalação de locais adequados dos museus Leopoldo Gotuzzo (artes) e Carlos Ritter (ciências naturais); modernização do clube de cinema e vídeo; realização de cursos através do CETREISUL, [...] diversos projetos através do CRUTAC na área médico, odontológica e jurídica; elaboração de regimentos de todos órgãos vinculados à PRE; implementação pelo COCEPE de normas reguladoras das atividades de extensão; diversos projetos em convênio com entidades e instituições regionais (*Revista Expressa Extensão*, 1996, p. 25).

O Conselho de Extensão era um órgão permanente. Composto por representantes das Unidades de Ensino da Universidade, tinha finalidade consultiva quanto à Política de Extensão da Instituição. Era o órgão que servia de ligação entre a Pró-Reitoria e as unidades acadêmicas, acompanhando, promovendo e divulgando

o trabalho extensionista dos departamentos (*Extensão Universitária, Conceitos e Organização*, 1988, p. 6).

A visão de Varoto partilha da opinião de outros administradores que o precederam, no sentido de entender que a extensão universitária é “uma forma de o aluno retribuir o investimento da sociedade nele”. Além de contribuir para a sua formação, a extensão é uma atividade essencial para que o aluno possa vivenciar o que ele aprendeu na sala de aula. A esse respeito, ele afirma: “eu não consigo conceber um ensino sem extensão, que é para mim um dos grandes problemas de algumas faculdades que recusavam a participar” (VAROTO, 2017). Varoto considera que a extensão cumpria na época um papel social importante na região, a exemplo da atuação do CRUTAC em Canguçu:

O cara não vai vir de Canguçu até aqui, até porque a maioria das pessoas na época não tinha certidão de nascimento. Também não precisava porque morava lá no campo, não saía do campo. Eles iam aos postos de saúde e não podiam ser atendidas porque não existiam. No fim, naquele momento, os que mais precisavam não podiam ter atendimento porque não tinham identificação (Renato Luiz Melo Varoto, 2017).

De acordo com Varoto após assumir a Pró Reitoria, teria encontrado dificuldades financeiras, pois não havia previsão orçamentária para a PRE. Sobre esta situação, ele relata: “conversei com o Reitor sobre o orçamento, que até então a PRE não tinha orçamento próprio [...] então no início da minha gestão ela passou a ter um orçamento pequeno, passou a ter o essencial”. Com a criação do Conselho de Extensão (CONEXT)⁷¹, as atividades de extensão passaram a ser vinculadas à Pró-Reitoria, de modo que a partir deste momento “a Universidade deixou de reconhecer as atividades que não estivessem autorizadas pela Pró Reitoria, pois ainda aconteciam ações de extensão menor, propostas e executados por conta de algumas unidades, sem registro na Pró-Reitoria”. Os processos de curso passariam então pela PRE e boa parte passava também pelo Conselho de Extensão, que foi criado na Gestão de Varoto. O CONEXT era um órgão permanente, composto por representantes de cada uma das unidades de ensino da UFPel. Tinha a finalidade consultiva quanto à política de extensão da instituição, servindo de ligação entre a

⁷¹ O Conselho de Extensão (CONEXT) PREC/UFPel volta a funcionar em 2017. Teve em 30 de março de 2017 seu Regimento Interno aprovado pelo COCEPE através da Resolução 09/2017. Pode ser acessado na página: <https://wp.ufpel.edu.br/scs/files/2017/04/Resolu%C3%A7%C3%A3o-09.2017-COCEPE.pdf>.

PRE e as unidades. Acompanhava, promovia e divulgava o trabalho extensionista dos departamentos. Quanto à relação entre o Pró-Reitor e seus assessores, em sua gestão, Varoto externa a posição de que essa se dava com liberdade de opinião: “os meus assessores, mudavam várias coisas. E várias vezes eu mudei o que eu estava pensando por que as ideias deles eram melhores do que as minhas” (Renato Luiz Melo Varoto, 2017).

O professor Varoto coloca que teria ocorrido uma mudança na universidade na forma de conceber a extensão entre 1985 e 1988:

A extensão passa a ser entendida como uma metodologia de ensino, [...] uma forma de a universidade receber um influxo que retroalimenta o ensino e a pesquisa [...]. A UFPel buscou [...] desenvolver uma política por meio da extensão, de amplo relacionamento interno e externo (VAROTO, 2017).

Teria havido um esforço conjunto no sentido de integrar todos os segmentos da UFPel nas atividades extensionistas, levando a extensão até a comunidade na qual está inserida, o que teria sido acompanhado por mudanças na forma de institucionalização da extensão na universidade, trazendo maior envolvimento dos departamentos e docentes, de modo a repensarem seu lugar no ensino:

Foi institucionalizada a extensão na UFPel, de forma que ela deixasse de ser instrumento figurativo no triângulo ensino, pesquisa e extensão. [...] Departamentos tornaram-se fontes geradoras do processo extensionista, incluindo em sua programação a realimentação da melhoria do ensino, e, ao mesmo tempo, assegurava benefícios à comunidade. O corpo docente, sempre atuante nos projetos, encontrou na extensão não apenas um instrumento justificador da carga horária, mas nova perspectiva de renovação da metodologia do ensino, num comprometimento da prática com os problemas da comunidade (*Expressa Extensão*, 1996, p. 24).

Os alunos teriam tido uma participação mais efetiva e assim teriam se ampliado nas ações conjuntas com a comunidade, as quais, segundo Varoto, foram considerados “peças fundamentais em todo processo, tiveram participação decisiva nas atividades extensionistas. Foram planejadores os integrantes das comunidades, executores, avaliadores e, acima de tudo, beneficiários”. Apesar disso, ele lastima que “não teria sido possível, apesar de todos os esforços, estruturar um sistema de estágios extra-curriculares que auxiliassem na formação do aluno” (*Expressa Extensão*, 1996, p. 24). Ele acrescenta que, mesmo assim, ocorreram avanços importantes, pois:

[...] ampliou-se a ação conjunta entre a universidade e órgãos públicos e privados da comunidade não só na execução, mas também no planejamento e avaliação, sendo que as ações com essas comunidades se ampliaram e foi

possível a obtenção de financiamentos, até mesmo do exterior. Importantes projetos de desenvolvimento regional nesse período foram desenvolvidos com os municípios de Pedro Osório e Canguçu (*Revista Expressa Extensão*, 1996 p. 25).

Varoto relata que houve uma centralização dos equipamentos no CETREISUL, com a finalidade de facilitar o acesso de todos, pois em algumas unidades havia sempre impasses para liberarem o uso de equipamentos para outras unidades. Ele recorda: “então o auge era o retroprojetor, quem tinha, tinha, e se a gente queria, tinha que pedir emprestado. Então colocou-se tudo no CETREISUL, e assim o CETREISUL passou a gerir esses mecanismos de apoio”. O CRUTAC centralizou as ações de extensão nas cidades de Pedro Osório, Capão do Leão e Canguçu. Quando o professor Varoto assumiu a Gestão da PRE, o CRUTAC, conforme suas palavras, funcionava da seguinte forma: “O professor tal resolve fazer um projeto. Então, ele fazia um projeto. Aquilo não tinha vínculo com coisa nenhuma. Mas nós fortalecemos o CRUTAC e passamos a centralizar nele as atividades” (VAROTO, 2017).

As cidades beneficiadas com as atividades da PRE, no período, foram Pedro Osório, Piratini, Camaquã, Capão do Leão e Canguçu. As dificuldades financeiras que inviabilizavam a continuidade de projetos, muitas vezes, traziam inquietudes e descontentamento por parte das comunidades. O entrevistado recorda de uma visita que fez em um sítio, na cidade de Canguçu, e, ao conversar com o proprietário e falar sobre a probabilidade de realizar um projeto em sua propriedade, ele teria lhe dito: “não senhor, aqui eu não quero saber de vocês, porque vocês vêm aqui só enrolam a gente, depois abandonam e não fazem nada; eu vou continuar plantando como meu avô plantava, que sustentou meu pai e eu vou sustentar meus filhos” (VAROTO, 2017).. Varoto comenta que: “eles começavam os projetos e, como faltavam recursos, muitos ficavam desestimulados e desistiam e vinham embora”. Convênios foram acertados com as prefeituras de Canguçu e Camaquã, destacando que, “inclusive, no gabinete do Prefeito de Canguçu tinha um mapa, eu me lembro muito bem, um mapa quase do tamanho de uma porta com os pontos em que o CRUTAC atuava” (VAROTO, 2017).

Varoto nos fala que, durante a sua administração, enfrentou alguns problemas e considera relevante lembrar o que segue: “o problema financeiro foi solucionado, porém o segundo problema era a inexistência de uma estrutura. A PRE foi criada, mas continuava solta como era antes, não tinha regimento”. A PRE, ao tomar a frente na

aprovação e autorização interna dos projetos, encontra, entre as unidades, o terceiro problema que surge: a aceitação das novas regras, ou seja, as unidades deveriam criar os projetos dentro de uma política de extensão e “não podiam continuar daquela forma: ‘ah vamos fazer um cursinho’. Tornou-se condição que uma parte da comunidade fosse atendida. A partir de então, os cursinhos internos acabaram” (VAROTO, 2017). Aconteceram então vários cursos, mas o critério essencial era sempre que atingisse a comunidade.

Conforme o documento *Relatório Final Gestão, 1985-1988*, de 1988, o período teria consolidado a extensão como atividade universitária, permitindo que a UFPel desenvolvesse uma proposta clara de seu compromisso interno e externo: “No período foram elaborados vários documentos com o objetivo de institucionalizar a extensão. Entre tantos, destacamos: *Extensão Universitária - Conceito e Organização* e o *Manual de Orientação e Classificação de despesas*, documentos que apoiavam a elaboração de projetos. O período correspondente à gestão Varoto (1984-1988) teria enfatizado três linhas de atuação, que foram: Difusão e Promoção da Ciência e da Cultura; Prestação de Serviços e Alternativas Comunitárias; e a Manutenção e Aperfeiçoamento Administrativo (*UFPel, Relatório Final Gestão, 1985-1988*, PRE, 1988, p. 1-2).

De fato, um dos pontos fortes na gestão Varoto foi a área cultural, como veremos a seguir, no que diz respeito aos museus. O relatório destaca ainda a participação da PRE em seminários na região Sul, onde a UFPel, “atenta aos anseios da comunidade interna e externa [...], assim como em parceria com comunidades de outras IFES, envolvidas com extensão, promovia e participava de seminários com a finalidade de nortear extensão universitária no país”. No período, a UFPel se fez presente no terceiro e no quarto Seminário de Extensão Universitária da Região Sul, realizados respectivamente em Florianópolis (1985) e em Ponta Grossa (1986). A UFPel “sediou o V SEURS, no ano de 1987, reunindo Pró-Reitores, Coordenadores e Superintendentes de extensão das universidades do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul” (*UFPel, Relatório Final Gestão 1985-1988*, PRE, 1988 p. 1-2).

Varoto nos fala da regulamentação da extensão universitária na UFPel:

Eu solicitei ao COCEPE que regulamentasse a extensão, em função de nós estarmos com uma estrutura organizada, a possibilidade de termos um orçamento próprio. Por isso que existiu uma resolução do COCEP regulamentando internamente a extensão. Antes disso, primeiro era o ensino, depois a pesquisa. Não havia o tripé. O que sobrava era extensão. Mas após

esta resolução, com o orçamento próprio para os Pró-Reitores, para os Departamentos, tudo foi devidamente estruturado (Renato Luiz Melo Varoto, 2017).

A Regulamentação da Extensão da Universidade Federal de Pelotas foi aprovada através da Resolução⁷² nº01/87 de 14 de maio de 1987 do COCEPE⁷³ Assinada pelo então presidente, Prof. Léo Zilberknop⁷⁴, define a extensão da seguinte forma: “Por extensão universitária entende-se a ação permanente da Universidade junto à Comunidade, com vistas ao seu desenvolvimento global, trazendo dela subsídios que realimentem o ensino e a pesquisa”. A Resolução define as atividades de extensão como sendo a “Promoção e Difusão da Ciência e Cultura” e, entre essas atividades, estariam os cursos e treinamentos, palestras, congressos, simpósios, seminários, encontros, ciclos de palestras, eventos culturais, produção técnica, científica e artística, atendimento à saúde humana e animal, consultoria, assessoria e assistência técnica, pesquisa/diagnóstico, execução e supervisão de projetos. A resolução define ainda que os estágios seriam considerados de extensão quando vinculados às atividades de extensão e necessariamente supervisionados (COCEPE/UFPEL. Resolução nº 01/87, de 14/05/1987).

Sobre o CRUTAC na gestão Varoto, em 15 de março de 1985, a Portaria nº 186 designa o professor Neiff Olavo Gomes Satte Alam⁷⁵, coordenador do CRUTAC. O professor Neif respondeu pelo no cargo no período de 1985 a 1988, integrando assim a equipe de Varoto durante todo o quadriênio. Ele nos reporta que, quando assumiu a Coordenação do CRUTAC, o órgão atuava nos seguintes municípios: Pedro Osório (distrito de Vila Freire, hoje Município de Cerrito), Canguçu e Piratini (distrito de Cancelão). Naquele período, “o trabalho de alunos e professores era baseado no voluntariado e se enquadravam nos propósitos e projetos gerais do CRUTAC, discutidos entre todos os envolvidos e posteriormente apresentados às comunidades”. As ações, conforme relato, seriam decididas em acordo com a comunidade atendida.

⁷² Resolução COCEPE nº 01/87 aprova a Regulamentação da Extensão da Universidade Federal de Pelotas. Pode ser acessada na página: https://wp.ufpel.edu.br/scs/files/2010/08/1987_01.pdf. Também disponível no Anexo 1 da presente dissertação.

⁷³ Secretaria dos Conselhos Superiores. Resoluções do Conselho Superior do Ensino, da Pesquisa e da Extensão da UFPel. Resolução nº01/87 de 14 de maio de 1987. Pode ser acessada na página: https://wp.ufpel.edu.br/scs/files/2010/08/1987_01.pdf.

⁷⁴ Léo Zilberknop, professor da Faculdade de Medicina e Vice Reitor da UFPel na gestão de Ruy Brasil Barbedo Antunes (1984-1988). Cabia-lhe conforme o Regimento da UFPel a presidência do COCEPE.

⁷⁵ Professor aposentado do Instituto de Biologia da UFPel, conhecido como Neif, como será chamado a partir daqui.

Seriam formados grupos de apoio, que se estruturariam em associações, assessoradas por professores e alunos do Curso de Direito.

O professor Neiff relata que os “alunos, orientados por seus professores, desenvolviam atividades integradas, uma vez por semana, com deslocamento proporcionado pela universidade. [...] os recursos provinham de projetos desenvolvidos junto à LBA ou de projetos aprovados pelo MEC”. Durante os quatro anos em que esteve na coordenação do CRUTAC, teria havido “em média 300 alunos, 30 servidores docentes e 35 servidores técnico-administrativos participando das atividades” (Neif Satte Allan, 2015).

Para Neif, “um dos fatores importantes para o sucesso do CRUTAC era a visão de uma ação interdisciplinar, não invasora e respeitando as diversidades culturais das comunidades em que se atuava”. Haveria então uma reciprocidade de aprendizado entre o aluno, professor e a comunidade, “que colocava o aluno frente à frente com a realidade que o aguardava, quando concluísse o curso de graduação” na UFPel (Neif Satte Allan, 2015).

A experiência formativa dos acadêmicos ganharia destaque nas atividades de extensão, pois é na perspectiva de retroalimentar o processo ensino/pesquisa/extensão que estaria a importância dessas atividades, como espaço de formação acadêmica dos alunos e também de seus professores. É a experiência da extensão universitária que coloca o conhecimento como bem público produzido e socializado para todos.

Uma contribuição muito importante para a consolidação da extensão na UFPel, no setor cultural, deu-se na área dos museus, na qual ocorreu um importante avanço estrutural, com destaque aos nossos *Museus: Leopoldo Gotuzzo (MALG) e Carlos Ritter*. Ao relatar sua atuação neste setor, Varoto aponta, com relação à criação do MALG, que “outro problema que tive que resolver foi a criação do MALG. Por todo lado na UFPel existiam quadros. Solicitei ao Reitor para baixar uma Portaria para que todas as obras de arte fossem da reitoria, e para contornar a crise o museu foi vinculado à PRE”. De acordo com Maria Consuelo Sinotti Rocha, na monografia intitulada “Museu de arte Leopoldo Gotuzzo: contribuição e integração com o ensino de Arte através de seu Setor Educacional”⁷⁶, o MALG teria sido inaugurado no dia 07

⁷⁶ Apresentada no Curso de Especialização em Patrimônio Cultural da UFPel, pela servidora lotada no MALG, Maria Consuelo Sinotti Rocha em 2010. Pode ser acessado na página:

de novembro de 1986. Conforme Consuelo, quando da incorporação da antiga Escola de Belas Artes à UFPel, iniciada em 1969 e concluída em 1972, houve também a incorporação ao patrimônio da UFPel das coleções de arte que integravam o patrimônio daquela escola. Este acervo compunha-se basicamente de três coleções, a saber: “obras doadas pelo autor Leopoldo Gotuzzo em duas ocasiões, coleções particulares doadas por Dona Bertilde Trápaga Simões e pelo Dr. João Gomes de Mello Filho”. Desde aquele momento, conforme a autora, a responsabilidade por este acervo sai da escola (que havia sido reformulada, como Instituto de Letras e Artes) e passa para a Reitoria. A solução para este problema veio apenas dez anos mais tarde, sob a gestão do Pró-Reitor Varoto, com a criação do M. Gotuzzo, assumindo sua direção a profa. Luciana Renck Reis. “Colocado em contato direto com o público uma relevante coleção pictórica, agora pertencente à Universidade Federal de Pelotas” (Maria Consuelo Sinotti Rocha, 2010).

Em relação ao Museu de Ciências Naturais Carlos Ritter⁷⁷, Varoto revela que integrou as peças de Ceslau Mario Odrowaz Biezanko⁷⁸ ao acervo já existente:

Esse foi o que deu mais problemas. O Carlos Ritter existia. Até a minha gestão, funcionava no primeiro piso da Faculdade de Agronomia, numa sala pequena, reunindo tudo, assim, empilhado. Instalei-o em um prédio próprio, com catálogo próprio. A família de Biezanko, após a sua morte, quis vender a sua coleção. Foi uma disputa terrível entre nós e a Gama Filho. Através de pessoas que eu nem me lembro, amigas da viúva, conseguimos que ela nos desse um prazo para catar dinheiro, e conseguimos comprar, porque era um absurdo nós deixarmos aquelas peças ir para outro lugar. O Museu Carlos Ritter era antigo, mas se engrandeceu com esta coleção do Biezanko. (Renato Luiz Melo Varoto, 2017).

A área cultural teve importante avanço na gestão Varoto, mas ele não compreendia que devesse ocorrer a mudança de nome, que veio a se configurar na gestão seguinte, pois, no seu entendimento: “a extensão já pressupõe a cultura” (Renato Luiz Melo Varoto, 2017).

<https://wp.ufpel.edu.br/especializacaoemartesvisuais/files/2013/06/Maria-Consuelo-Sinotti-Rocha-%E2%80%93-2010.pdf>.

⁷⁷ O Museu de Ciências Naturais Carlos Ritter, atualmente um órgão suplementar do Instituto de Biologia da UFPel, foi aberto ao público em 1970 logo que a UFPel foi criada.

⁷⁸ Ceslau Mario Odrowaz Biezanko (em polonês Czesław Mariusz Odrowaz Bieżanko), imigrante polonês nascido em 22 de setembro de 1895. Engenheiro Agrônomo, trabalhou na Europa, foi enviado pelo governo polonês para a América do Sul e o Brasil. Faleceu no de 1986, no Brasil. Foi professor de agronomia e um colecionador da área de entomologia. Leitura em: https://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/91146/Poster_28728.pdf?sequence=2.

4.5 Pró-Reitoria de Extensão e Pró-Reitoria de Extensão e Cultura - Gestão Aldyr Garcia Schlee (1989 - 1992)

O Reitor Amílcar Goyhenex Gigante designou o Professor Aldyr Garcia Schlee⁷⁹ para exercer ao cargo de Pró-Reitor de Extensão por meio da Portaria nº 039 de 11 de janeiro de 1989, cargo que exerceu até 08 de dezembro de 1992, quando deixa o cargo, o que foi oficializado pela Portaria nº 938/92.

O Relatório de Gestão referente ao período de 1989 a 1992, da Coordenadoria de Planejamento e Desenvolvimento, traz material sobre a extensão universitária na UFPel naquele período. Na primeira parte, o relatório faz uma análise geral de como teria sido repensada a prática de extensão. O documento faz referência às inovações e mudanças que teriam feito com que a UFPel, ao fim do quadriênio, passasse a ter destaque entre as universidades brasileiras, pela forma como teria tratado a Cultura:

A UFPel, sendo a primeira do estado em números de ações de extensão com repercussão no FORPROEX, e em todas as Universidades Públicas da Região Sul do País e na Secretária de Cultura da Presidência da República. [...]. Ao final destes quatro anos [...], já não se faz mais extensão como antigamente. Opondo, na UFPEL, umas extensões problematizarão o velho modelo de extensão invasora. Superamos até mesmo o conceito teológico que se adotava geralmente no país. Negamos a prática assistencialista que se desenvolvia predominantemente e, na revisão do conceito de extensão, aprofundamos uma outra prática, sustentada necessariamente na ação pedagógica, que afina com a proposta educacional da atual gestão universitária e que permitiu revelar-se claramente o espaço particular e privilegiado da Arte e da Cultura dentro da universidade (UFPel, CPD, *Relatório de Gestão - 1989/1992*, p. 61-64).

A Pró-Reitoria teria reduzido o seu quadro de pessoal em 30%, informatizando os dados e obtendo maior eficiência e menor burocracia na realização de suas atividades e projetos. Ademais, a relação entre a pró-reitoria e os departamentos teria sido repensada na proposição de ações e projetos de extensão: “a partir de planejamento semestral, os departamentos acadêmicos poderiam prever as ações que queriam propor, fossem ações extensionistas e/ou culturais, encaminhando as propostas de atividades para aprovação e registro junto à Pró-Reitoria”. As atividades de extensão e cultura estariam “então reguladas através de normas aprovadas pelo COCEPE e as atividades de extensão e cultura contariam para progressão funcional

⁷⁹ Aldyr Garcia Schlee nasceu em 22 de novembro de 1934. Especialista em Sociologia Teórica e Aplicada pela Universidade de São Paulo e Doutor pela UFRGS. Professor aposentado da UFPel, lecionou na Faculdade de Direito e no Instituto de Ciências Humanas da UFPel. Conhecido como Schlee, como será chamado a partir daqui.

dos docentes, o que incentivaria a participação”. O ano de 1989 teria se caracterizado pela adequação da situação encontrada e pela busca por soluções, pois com a falta de verbas para extensão universitária, teria sido necessária a criação de um novo modelo para melhor utilização dos recursos: “encontrei uma Pró-Reitoria que separava setores internos, fracionando poderes e recursos, estimulando a fragmentação de ações [...] colocava nas mãos de técnicos administrativos a execução da maioria das tarefas extensionistas” (*Relatório de Gestão - 1989/1992*, p. 61-64).

O *Relatório de Gestão* apresenta a visão de que, em 1990, a política de extensão da UFPel teria sido “amadurecida”, como resultado da “revisão do Plano de Trabalho de Avaliação Institucional, do contato com outras universidades e de participação em Encontros de Pró-Reitores e que se consubstanciou em uma proposta apresentada à comunidade” (*Relatório de Gestão - 1989/1992*, p. 61-64).

No mesmo ano aconteceu, teria acontecido a desvinculação de alguns órgãos administrativos antes ligados à Pró-Reitoria de Extensão e que teriam então retornado às suas unidades de origem, no caso: o Museu de Artes Leopoldo Gotuzzo, o Museu de Ciências Naturais Carlos Ritter, o Coral Universitário, os Grupos Artísticos, bem como os Conjuntos Orquestrais e Musicais.

Com essa descentralização administrativa, os departamentos teriam passado a poder propor e executar as ações de extensão vinculadas a estes órgãos. Ainda no mesmo ano, para manter a discussão com a comunidade, foi criado o “*Fórum Permanente de Debates e Problemas Regionais UFPel Chama*” (*Relatório de Gestão de Gestão - 1989/1992*, p. 61-64). Schlee destacava que “[...] em torno do Fórum teriam sido criados os primeiros Núcleos Temáticos de ação extensionista e de pesquisa, reunindo professores da universidade” (*Expressa Extensão*, 1996, p 28). A UFPel teria passado então a atuar em toda a região sul, na área de assessoramento técnico, de orientação especializada e de contribuição tecnológica. O relatório nos traz que com estas mudanças teria ocorrido, além da redução de pessoal, a redução dos espaços físicos ocupados pela PRE. Esses teriam sido cedidos a várias unidades, entre elas a Pró-Reitoria de Graduação e Assistência, o Centro de Zoonoses, a FAU e a Creche. A partir de então, passou a ocupar apenas 100m², o que teria representado uma redução de 50% da área anteriormente ocupada, o que era apontado como positivo, no sentido de descentralização. Em relação ao ano de 1990, o documento destaca que teria ocorrido um expressivo crescimento em relação às

atividades de extensão e cultura na UFPEL.

Em 1991, o COCEPE teria formalizado as mudanças na estrutura (ver Figura 10) da então Pró-Reitoria de Extensão (PRE), dando lugar à Pró-Reitoria de Extensão e Cultura (PREC)⁸⁰ (Figura 10). A Pró-Reitoria teria, porém, mantido o organograma da gestão anterior no início, chegando ao final das mudanças propostas, em 1991, com a seguinte estrutura:

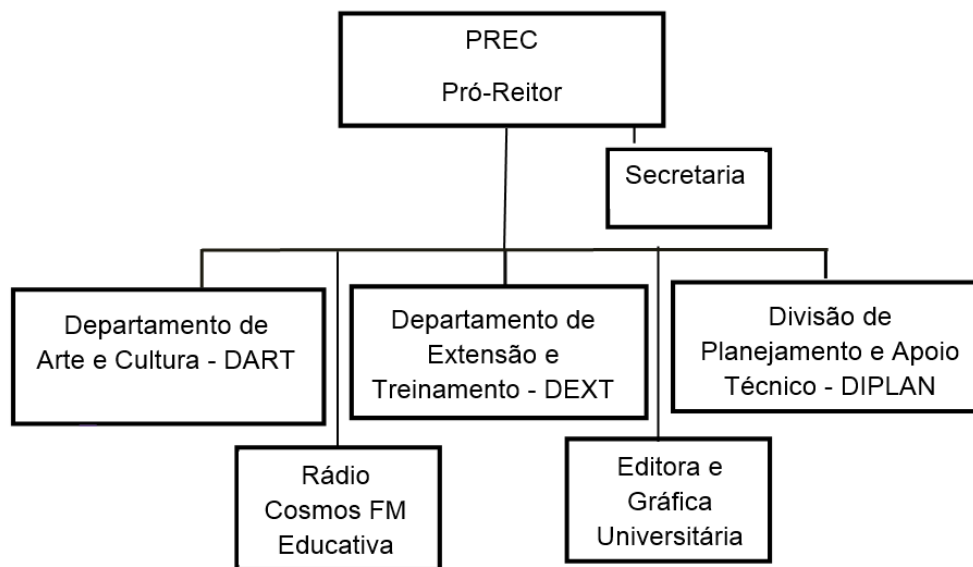


Figura 10 – Novo organograma PREC -1991-1992.

(Desenvolvido pela autora a partir dos dados do *Relatório de Gestão* - 1989/1992, p. 61-64)

Ao descrever a nova estrutura podemos destacar o que se extinguiu em relação a estrutura anterior e o que foi criado. Podemos observar que houve uma ruptura, pois deixam de existir dois órgãos fundacionais da UFPEL, em definitivo o CRUTAC e CETREISUL.

A nova estrutura passou a ter dois departamentos, o Departamento de Arte e Cultura (DART) e o Departamento de Extensão e Treinamento (DEXT), e uma divisão, a Divisão de Projetos Integrados de Programas Especiais (DIPLAN). Parte da equipe da Assessoria e Apoio e Desenvolvimento, do Departamento de Programas Especiais e da Divisão de Projetos Integrados de Programas Especiais e da Divisão de Projetos Integrados e Prestação de Serviços foi reunida em um grupo destinado a constituir da DIPLAN. Também o CRUTAC e o CETREISUL deixaram de existir individualmente,

⁸⁰ Buscamos junto ao COCEPE e ao CONSUN o documento oficial que teria aprovado a nova estrutura em 1991, porém não encontramos as respectivas resoluções ou portarias naquele ano que fizessem referência a esta nova estrutura.

fundindo-se e dando origem ao DEXT. Faziam parte da nova organização a Editora e Gráfica Universitária e a Radio Cosmos FM Educativa, que eram órgãos suplementares. Cabia ao DART a coordenação das atividades artísticas e culturais e ao DEXT as coordenações das ações extensionistas em geral, especialmente o registro de atividades de educação não formal, com a concessão de certificados e atestados, além de apoio efetivo ao Programa de Agricultura Alternativa e ao trabalho de extensão e treinamento, realizados nos municípios da região e na prestação de serviços. A DIPLAN responderia pela informatização da Pró-Reitora, registros das propostas de atividades, assim como pela administração das bolsas de extensão e organização dos Núcleos Temáticos. (*Relatório de Gestão 1989/1992*, p. 61-64).

Conforme relato de Schlee, com a separação das atividades extensionistas das atividades culturais:

[...] a Universidade passou a responder [...] aos seus compromissos sociais no plano educacional (através da extensão inseparável do ensino e da pesquisa) e no plano cultural (através do estímulo e da promoção da arte e da cultura, não necessariamente vinculados à pesquisa e ao ensino) (*Revista Expressa Extensão*, 1996, p. 28).

Com a nova estrutura, estariam “devolvendo-se aos departamentos a iniciativa, propositura e execução das ações antes enfeixadas na Pró-Reitoria. Conclui-se a experiência de planejamento com a utilização de Planos Semestrais experimentais (elaborados por 22 departamentos de 9 unidades)” (*Relatório de Gestão 1989/1992*).

Surgem então os Coordenadores de Área, com a finalidade de estimular o desenvolvimento das atividades, facilitando a integração das unidades. O Foro Permanente de Debates de Problemas Regionais “UFPEL Chama” apoiava o Projeto Pedagógico, e foram criados os Núcleos Temáticos de ação extensionista e de pesquisa reunindo professores, alunos e servidores da UFPel. A universidade começaria a atuar especialmente nos municípios mais próximos a Pelotas, nas áreas de assessoramento técnico, orientação especializada e contribuição tecnológica.

As resoluções e os novos mecanismos permitiriam estimular a progressão funcional de docentes e servidores técnico administrativos, sendo incentivados a participarem de atividades de extensão e cultura⁸¹. Entre outras ações realizadas pela

⁸¹ O Plano Único de Classificação e Retribuição de Cargos e Empregos (PUCRCE) aprovado em 1987 permitia aos servidores a progressão na carreira via certificado de participação em eventos de extensão.

PREC na gestão Schlee, o relatório destaca a Implantação do Plano Semestral de Extensão, a concessão de Bolsas de Arte e Cultura, a multiplicação dos Núcleos Temáticos de Extensão e Pesquisa, a oficialização das coordenadorias de áreas. Houve a ampliação das ações da Pró-Reitoria junto ao Hospital Veterinário, a Assistência Judiciária, ao SIOCON (Serviço de Informação e Orientação ao Consumidor), o Programa de Agricultura Alternativa, a incorporação dos Museus às suas unidades de origem.

A seguir os dados referente às atividades das unidades referentes ao período de 1990 a 1991 e estimados para 1992. No ano 1989 não teria havido classificação das atividades por unidades. Os dados da tabela 7 foram extraídos do documento oficial *Relatório de Gestão 1989/1992*.

Projetos de Extensão e Cultura por unidades

| UNIDADES | 1990 | 1991 | 1992 |
|--|-------------|-------------|-------------|
| Conservatório de Música | 18 | 28 | 48 |
| Escola Superior de Educação Física | 19 | 12 | 10 |
| Faculdade de Agronomia | 17 | 14 | 23 |
| Faculdade de Arquitetura e Urbanismo | 24 | 13 | 10 |
| Faculdade de Direito | 2 | 2 | 3 |
| Faculdade de Educação | 4 | 5 | 5 |
| Faculdade de Enfermagem e Obstetrícia | 6 | 11 | 19 |
| Faculdade de Engenharia Agrícola | 15 | 6 | 6 |
| Faculdade de Medicina | 15 | 60 | 61 |
| Faculdade de Meteorologia | 4 | 4 | 3 |
| Faculdade de Nutrição | 9 | 9 | 7 |
| Faculdade de Veterinária | 7 | 35 | 11 |
| Faculdade de Ciências Domésticas | 18 | 35 | 19 |
| Faculdade de Odontologia | 19 | 28 | 29 |
| Instituto de Ciências Humanas | 7 | 3 | 3 |
| Instituto de Física e Matemática | 5 | 9 | 11 |
| Instituto de Letras e Artes | 56 | 60 | 53 |
| Instituto de Química e Geociências | 10 | 10 | 13 |
| Instituto de Sociologia e Política | 4 | 1 | 3 |
| Instituto de Biologia | 8 | 15 | 16 |
| Conjunto Agrotécnico Visconde da Graça | 5 | 1 | - |
| TOTAL | 272 | 361 | 353 |

Tabela 7 - Tabela elaborada pela autora, a partir dos dados do documento: *Relatório de Gestão 1989/1992*, p. 65.

O *Relatório de Gestão* apresenta números expressivos, em um sentido de expansão das atividades, que seriam resultado, na visão da gestão, de um conjunto de fatores, como a descentralização, os Planos Semestrais e o fomento à progressão

funcional:

Em 1990, houve 1.800 atividades (artísticas e culturais), quando em 1989 tínhamos 1.491, das quais apenas 91 de arte e cultura. O total de atividades de extensão e cultura de 1989 a 1992 chega a 6.429, com a média atual de 1.607. Em 1989, havia 200 professores fazendo extensão em 40 departamentos; no 1º semestre de 1992, tínhamos 440 professores de 54 departamentos fazendo extensão e cultura (e completaremos o ano com 500 professores de todos os departamentos, graças aos Planos Semestrais) (UFPel/CPD/*Relatório de Gestão* - 1989/1992, p. 61-64).

Destacamos alguns documentos emitidos pelos Conselhos Superiores da UFPel, como a Resolução nº 05/92 do COCEPE, datada em 21 de maio de 1992⁸², que aprovava o Regimento Interno da Pró-Reitoria de Extensão e Cultura, cuja política foi definida pela Resolução⁸³ nº 04/92 de 21 de maio de 1992

Esta última tinha por finalidade definir a política de extensão e cultura e dispunha sobre as atividades extensionistas e culturais da Universidade Federal de Pelotas, aprovando a Regulamentação Geral das atividades extensionistas e culturais da UFPel. O primeiro capítulo da resolução nº 04/92 tratava da extensão universitária e definia a articulação da extensão com o ensino e a pesquisa:

Extensão Universitária é o procedimento educacional, necessariamente articulado com o Ensino e/ou a Pesquisa, que, sem se confundir com um ou outro, desenvolve-se curricularmente ou não em processo pedagógico caracterizado por atividades acadêmicas de educação não-formal e informal, de promoção comunitária e de prestação de serviços [...] (*Resolução* nº 05/92 COCEPE/UFPel).

No segundo capítulo da resolução, os artigos primeiro ao quarto se referiam à arte e cultura. O segundo artigo vinculava o desenvolvimento da extensão na UFPel aos currículos dos cursos e às de atividades acadêmicas. Os artigos terceiro e quarto da resolução tratavam da relação da arte e da cultura na extensão. No capítulo terceiro, os artigos quinto ao décimo quinto da resolução tratam das atividades extensionistas e atividades culturais (*Resolução* nº 05/92 COCEPE/UFPel).

⁸²COCEPE/UFPel – A Resolução 05/92 aprova o Regimento Interno da Pró-Reitoria de Extensão e Cultura. Disponível em: https://wp.ufpel.edu.br/scs/files/2010/08/1992_05.pdf

⁸³ COCEPE/UFPel – A Resolução 04/92 define a política de extensão e cultura e dispõe sobre as atividades extensionistas e culturais da Universidade Federal de Pelotas. Disponível em: https://wp.ufpel.edu.br/scs/files/2010/08/1992_04.pdf. Também disponível no Anexo 2 da presente dissertação.

Na sequência de regulamentações, também no dia 21 de maio de 1992, através da Resolução⁸⁴ nº 06/92, o COCEPE estabeleceu os critérios que norteariam a concessão de bolsas de extensão e bolsas de arte e cultura na UFPel. As bolsas seriam um incentivo à participação discente em atividades afins com a sua formação profissional, à geração do conhecimento, à promoção comunitária, à prestação de serviços e à difusão artístico-cultural. Eram uma resposta às demandas da sociedade e ao cumprimento do compromisso educacional e cultural da universidade.

De acordo com o Schlee, quando assumiu a PRE não teria encontrado um vínculo expressivo entre o ensino, a pesquisa e a extensão, mesmo com todo o esforço das gestões que o teriam antecedido. Durante a sua gestão, diz ter dado uma maior aproximação com a cultura. Conforme seu relato, teria buscado apoio e o entendimento de outras IFES em relação ao tema: “Fui em encontros de extensão no Brasil inteiro. [...] Já no Pará, uma verdade que é mais do que absoluta, foi contada e eu não tinha percebido, é que não pode existir uma extensão sem o lado cultural pela tradição cultural da Universidade Brasileira” (SCHLEE, 2017).

Para Schlee, a aproximação entre as universidades era necessária para que houvesse uma ampla discussão e troca de ideais entre gestores de diversas IFES, com a finalidade de encontrarem meios para aproximação do ensino, pesquisa e a extensão: “busquei aqueles que tinham experiência, queríamos realizar essa ligação permanente, que envolvesse os três segmentos. Quando vimos tínhamos um projeto quase comum, então foi que me animei a criar Pró-Reitoria de Extensão e Cultura” (SCHLEE, 2017).

Neste contexto, destacamos parte da entrevista em que Schlee relata que:

O DEXT, na verdade foi uma concessão que eu tive que fazer [...]. Acontece que abrir mão das possibilidades de treinamento era atingir colaboradores muito importantes do âmbito Regional, municípios próximos à Pelotas e nossa zona colonial. Envolviam centenas de alunos da Agronomia e os departamentos da Agronomia em geral. [...] Era normal que eles trouxessem pessoas do interior para fazer um treinamento [...] dentro de um departamento da Agronomia [...]. Não tinham ligação com a sala de aula. Consegui manter os alunos da universidade fazendo treinamento. A partir do DEXT, todos os treinamentos passam a ser autorizados e orientados pela Pró-Reitoria e pelos departamentos responsáveis. Abriram-se os espaços dentro da Agronomia para que o trabalho fosse realmente extensionista (Aldyr Garcia Schlee, 2017).

⁸⁴ COCEPE/UFPel – A Resolução 06/92. Estabeleceu os critérios que norteariam a concessão de bolsas de extensão e bolsas de arte e cultura na Universidade Federal de Pelotas. Pode ser acessado na página: https://wp.ufpel.edu.br/scs/files/2010/08/1992_06.pdf. Também disponível no Anexo 2 da presente dissertação.

A Professora Maria da Graça Ramos⁸⁵ relata que seu envolvimento com a extensão ocorreu fortemente em 1989, quando ocupou o cargo de assessora junto ao DEXT (correspondente ao antigo CETREISUL).

Tendo em vista a experiência que eu havia acumulado nos anos de trabalho em extensão rural na EMATER/RS, fui convidada para assessorar nas atividades desenvolvidas pelo CETREISUL, na execução de cursos e treinamentos voltados para técnicos e famílias do meio rural para o período 1989-1990. Posteriormente, em outubro de 1990, assumi a direção do Departamento de Extensão e Treinamento (DEXT), da Pró-Reitoria de Extensão e Cultura, permanecendo no cargo até janeiro de 1993. No exercício do cargo procurei desempenhar a função de acordo com os princípios propostos pela Pró-Reitoria de Extensão e Cultura, constantes no projeto de extensão pensado para a UFPel pela gestão Construção (Maria da Graça Ramos, 2018).

Enquanto diretora do DEXT, Ramos coordenou cursos no Centro Agropecuário da Palma, na capacitação de agricultores sem-terra e na realização de cursos ministrados no meio rural para famílias de pequenos produtores rurais: “eram realizados através do Programa de Agricultura Alternativa [...] com a colaboração da Prefeitura de Pelotas e da EMBRAPA, através da participação de técnicos que integravam a equipe de trabalho do referido programa” (RAMOS, 2018). Ramos nos relata os principais problemas que enfrentou após a mudança de estrutura da Pró-Reitoria:

Os principais problemas enfrentados dizem respeito a pessoal, pois a fusão do CRUTAC e CETREISUL, resultando no DEXT, trouxe resistência da equipe técnica que atuava no CRUTAC e que precisava ser remanejada para outros setores da UFPel, uma vez que a modalidade de extensão realizada pelo CRUTAC desaparecia e havia uma nova reconfiguração da extensão universitária, que não necessitava de um quadro técnico tão numeroso. Durante minha gestão no DEXT, enfrentei muitos desafios e precisei de muita habilidade para lidar com servidores descontentes e insatisfeitos com o novo contexto da extensão universitária, pois estavam acostumados há mais de dez anos com uma outra dinâmica de trabalho (Maria da Graça Ramos, 2018).

Por fim, o professor Aldyr Garcia Schlee desabafa, diante da limitação que verifica hoje quanto aos resultados:

Algumas coisas me decepcionaram muito, porque, apesar de a leitura do relatório demonstrar que houve cuidado, que houve acerto, na verdade eu

⁸⁵ Maria da Graça Ramos (a partir de agora professora Maria da Graça) é doutora em Educação pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (2002) e mestre em Extensão Rural pela Universidade Federal de Santa Maria (1981). Possui graduação em Ciências Domésticas pela Universidade Federal de Pelotas e atualmente é Professora Titular da Universidade Federal de Pelotas.

não pude desfrutar de momentos de constatação de que tínhamos evoluído na tentativa permanente de manter unidos e indissociáveis o ensino, a pesquisa e a extensão. A gente, dentro da própria universidade, não conseguiu alcançar o mínimo de unanimidade. Claro que unanimidade não é desejável no seu sentido mais amplo, mas era preciso que houvesse uma certa concordância entre as partes, para que elas tivessem êxito e a coisa funcionasse, mas não. Então com isso, a extensão não alcançou os seus objetivos de se integrar efetivamente com o ensino e pesquisa (Aldyr Garcia Schlee. 2017).

Constata-se que, para atingir os propósitos, é necessário o comprometimento de todos envolvidos, o que nem sempre é fácil, principalmente quando se propõem mudanças que alteram uma rotina de trabalho estabelecida há muito tempo. As diferentes gestões procuraram aperfeiçoar a extensão da UFPel, primeiro avançando em sua institucionalização, e, depois, no fortalecimento de seus laços com a pesquisa e sobretudo com o ensino, sendo integrada por definitivo no Projeto Pedagógico da instituição. Parece-nos que a extensão universitária na UFPel, ao longo deste processo de institucionalização, deixou progressivamente de ser uma função esporádica e assistemática para se caracterizar como uma função essencialmente acadêmica, compondo o pensar e o fazer universitário, constituindo-se como parte integrante do currículo e envolvendo os departamentos de ensino em uma perspectiva de interdisciplinaridade e de sua indissociabilidade do ensino e da pesquisa. Percebe-se que, desde as primeiras gestões, esteve presente o discurso sobre a extensão como papel social da universidade e como parte necessária na formação das estudantes. Cada um a seu modo percebia falhas na realidade que encontrava e procurava assim aperfeiçoar a estrutura, propondo remodelações administrativas.

5 Considerações Finais

Ao final da presente dissertação, na qual procuramos analisar o desenvolvimento da extensão universitária na UFPel de 1969 a 1992 no ponto de vista dos administradores, buscamos fazer uma reflexão de como foi o fazer e o pensar da extensão a partir da visão destes servidores, docentes e técnicos administrativos, que estiveram à frente da extensão no período estudado. Qual o papel da extensão na UFPel como agente que interliga o ensino e a pesquisa? Como ocorreu a troca de saberes no desenvolvimento da relação com a comunidade em que a UFPel estava inserida? Estas foram algumas das questões que nos colocamos e que os nossos depoentes também se puseram, hoje e à época de suas atuações.

A extensão universitária na UFPel passou por fases relevantes para sua consolidação como fazer acadêmico ao longo do período estudado, sendo vivenciada ora como prestação de serviço, ora como trabalho social e assistencial. Muito embora houvesse a preocupação com a formação do aluno, e em alguns momentos diminuindo o foco nos anseios das comunidades atendidas, observou-se em vários momentos a constante busca por uma extensão que fosse além do assistencialismo e da condição de dominadora, colocando como meta alcançar a autonomia das comunidades atendidas e das pessoas para que, dessa forma, pudessem assumir o seu papel perante a sociedade. A extensão universitária, de modo geral, colocou à universidade, por parte daqueles que a conceberam e administraram ao longo do tempo, a missão de levar a instituição para fora de seus muros e contribuir para diminuir as diferenças sociais e suas consequências maléficas, através do trabalho sociocultural.

No panorama das universidades federais brasileiras, uma mudança de concepção foi amadurecendo, traduzindo-se em uma nova postura atinente à extensão universitária, pautada no princípio educativo, na harmonização entre dimensão teórica e prática. Para tanto, foi preciso entender a extensão como prática acadêmica nas universidades, nas atividades de ensino e de pesquisa, de forma a fazer da formação profissional um espaço de produção do conhecimento para a superação das desigualdades sociais. O compromisso da universidade com o seu tempo e seu espaço reforçou a inserção do aluno, do professor e da sociedade neste processo em que a extensão universitária se coloca como interlocutora entre o saber

produzido nas universidades e a cultura das comunidades, entre o saber científico e o popular.

No primeiro capítulo, voltamos nosso olhar para os movimentos sociais e políticos nacionais, aqueles que consideramos de importância para a efetivação da extensão universitária no Brasil, sobretudo nas instituições federais de ensino superior. Partiu-se em busca das origens do conceito e do princípio legal no primeiro Estatuto das Universidades Brasileiras, de 1931. No que se refere aos movimentos sociais e políticos, destacamos o papel dos movimentos estudantis, em especial da União Nacional de Estudantes (UNE), a qual, por meio de diversas manifestações que se deram a partir de 1961, promoveram o encontro de estudantes com a realidade brasileira. Esses movimentos sofreram, a partir de 1964, a ação repressora da ditadura civil-militar brasileira, exatamente por se destacarem nos trabalhos comunitários voluntários. Visto que as instituições de ensino superior não tinham até então uma prática extensionista institucionalizada, mais adiante o regime saberá instrumentalizar a extensão, com seus objetivos próprios.

Em 1968, foi aprovada a Reforma Universitária, que fixou as normas de organização e funcionamento do ensino superior, com grande impacto para a institucionalização da extensão universitária em todas IFES. A abordagem de educação implicada por esta reforma acarretou o surgimento de organismos de apoio à extensão universitária. Assim, vimos, na década de 1960, ser criado nas IFES o Centro Rural de Treinamento e Ação Comunitária (CRUTAC), com a finalidade de atuar em prol da qualidade de vida da população rural. Paralelamente, no mesmo período, foi implantado o Projeto Rondon, que propiciava a atuação de estudantes e docentes junto às comunidades rurais, incluindo em suas metas a integração nacional. Na mesma década, foi criado também o Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras (CRUB), no qual participavam reitores interessados no intercâmbio e cooperação entre as universidades brasileiras e na aproximando destas com a população, idealizando-se uma via de mão dupla. Foi nesta noção de via de mão dupla que alguns pensaram o destino da extensão.

Na virada das décadas 1960/1970, começaram a surgir as primeiras estruturas da extensão nas universidades, no âmbito tanto da ordem administrativa quanto das políticas de educação superior. Neste escopo, surgiram os Planos Setoriais de Educação e Cultura, em 1972/1974, que contemplavam o desenvolvimento da

extensão junto aos CRUTAC, o que era previsto para todas as IFES. Estes planos determinavam o cumprimento da função extensionista das universidades. Em 1974 entra em operação a Coordenação de Atividades de Extensão (CODAE), que tinha por finalidade promover ações de extensão a nível nacional, fomentando a inter-relação dos programas existentes. Em meados da década 1970, o MEC criou, através da CODAE, o Plano de Trabalho da Extensão Universitária, que trazia a extensão como um processo de comunicação entre universidade e sociedade, enfoque que veio a ser retomado durante os encontros do Fórum de Pró-Reitores de Extensão (FORPROEX), na segunda metade da década seguinte, ressaltando a troca de conhecimentos e tendo a extensão como via de mão dupla entre universidade e sociedade.

Na década de 1980, prevaleceu a democratização da própria instituição universitária, o que, principalmente na segunda metade da década, traduziu-se em uma retomada do debate sobre extensão. A Comissão Nacional para Reformulação da Educação Superior, criada em 1985, apresentou, ao final de seus trabalhos, um relatório que continha os subsídios para as mudanças necessárias. Apresentou-se então ao MEC uma proposta que visava a estimular a extensão, de modo a contribuir com o desenvolvimento do país por meio da transferência de conhecimentos.

Este momento de democratização, porém, foi também um momento de disputa entre diferentes modelos. De um lado, uma visão mais social, de outro, uma visão mais neoliberal, corrente que vinha com toda a força neste período, sob influência da Inglaterra de Margaret Thatcher, dos Estados Unidos de Ronald Reagan e da Escola de Chicago. Segundo esta última, as universidades, para investir em projetos com retorno à sociedade, deveriam buscar recursos por meio de convênios e da prestação de serviços. Este tema foi objeto de conflitos entre setores do MEC e o movimento docente, liderado pela ANDES, que teve um grande crescimento neste momento.

Na sequência, seguindo esta perspectiva liberalizante e o argumento meritocrático, por estes utilizado não no sentido acadêmico do termo, mas segundo um padrão utilitário e economicista, o MEC veio a definir critérios de avaliação de desempenho das universidades como parâmetro para a liberação de recursos. Nessa perspectiva, a extensão passou a ser tratada como um fator de medição de desempenho, submetida assim a um conceito mercadológico. Para este grupo neoliberal que encontrava espaço no MEC, a universidade deveria produzir

conhecimento para aqueles que pudessem pagar, o que, deste ponto de vista, fazia da extensão universitária uma geradora de recursos.

Assim, a extensão foi alvo de embates, pois se configuraram visões antagônicas de concepção do que seria a ação extensionista que cabia às universidades. Tratamos ainda do Programa Nova Universidade (PNU), de 1985, que se focou nas ações voltadas à melhoria da qualidade do ensino e da extensão, na integração da universidade com a educação básica e na implantação do sistema de acompanhamento e avaliação das IFES.

Com a implantação do Fórum Nacional de Pró-Reitores de Extensão Universitária das Universidades Federais Brasileiras (FORPROEX) em 1987, a extensão universitária foi definitivamente conceituada. Manteve-se em constante discussão, através de encontros Regionais e Nacionais que aconteciam anualmente em diferentes regiões do país, e neles se pensavam os mais variados aspectos para uma efetiva integração formal da extensão à rotina da universidade.

Nos deparamos, em 1988, com o Artigo 207 da Constituição de 1988, que absorveu a Reforma de 68. Tal artigo registrou o princípio de indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, fortalecendo assim as bases que sustentam as universidades brasileiras.

Para melhor compreender o desenvolvimento da extensão no período em análise, estabelecemos uma periodização dividida em três fases, baseando-se na organização administrativa da extensão na UFPel. A primeira destas fases é abordada no segundo capítulo, intitulado “Conhecendo o Passado - (1969 - 1977)”, em que nos preocupamos em entender como se deu a extensão universitária na UFPel no período que vai de sua fundação (1969) até o momento da criação da Pró-Reitoria de Extensão (1977).

Buscou-se encontrar alguns reflexos dos acontecimentos sociais e políticos nacionais, levantados no primeiro capítulo, na vida da extensão na UFPel. É em 1969, antes mesmo do surgimento da UFPel, ainda na UFRS, que encontramos os primeiros passos de institucionalização da extensão. Abordei preliminarmente as abrangências do CETREISUL, por ter sido um órgão que já tinha, mesmo antes da fundação da UFPel, o caráter de fazer extensão.

Constatamos que instituição se organizou nesse período baseada em duas instâncias administrativas que articulavam as iniciativas extensionistas: o Campus

Avançado de Cáceres e o CRUTAC. O Campus Avançado de Cáceres, no atual Mato Grosso, criado em 1973, foi um dos 22 campi que compuseram o Projeto Rondon, tendo tido a sua administração e coordenação compartilhada entre a UFPel, a UCPel e FURG. A grande riqueza desta experiência estava em proporcionar ao jovem uma vivência concreta da realidade em comunidades carentes do país, levando para lá o desenvolvimento da extensão na UFPel em prol das comunidades atendidas naquela região pelo programa.

O que pudemos constatar com base no cotejamento entre documentos escritos e depoimentos orais é que a experiência com o Campus Avançado de Cáceres, até a UFPel desvincular-se do programa em 1985, foi sempre bem aceita, tanto pela universidade quanto pelas comunidades envolvidas. A UFPel deixou na localidade o conhecimento acadêmico repassado às comunidades, além da estrutura física, instalada para funcionamento do projeto, que foi repassada à Coordenação Geral da Fundação Projeto Rondon de Cuiabá.

Já o Centro Rural Universitário de Treinamento e Ação Comunitária (CRUTAC) da UFPel, teve início em Pelotas em 1974, com o fim de oferecer estágios profissionalizantes aos alunos da UFPel, envolvendo a supervisão e orientação de professores e técnicos de nível superior no atendimento às comunidades rurais carentes. Em nossa análise, identificamos o CRUTAC, enquanto iniciativa local no interior do período estudado, como sendo o programa de maior amplitude de ação e de maior integração à UFPel. Nele encontramos a extensão universitária percorrendo a via de mão dupla dos conhecimentos: a universidade “leva o que tem e traz o que precisa”, relação tão buscada pelos estudiosos da área. O fato de o CRUTAC ter perdurado até o início de 1991, sobrevivendo às várias mudanças do cenário político e de administrações do MEC e da UFPel, no nosso entendimento o fortalece, sendo sem dúvida o programa mais longo e de resultados mais sólidos.

O terceiro capítulo, intitulado “A PRE em busca de suas memórias - Segunda Fase (1977 - 1992)”, traz a extensão universitária já a partir de 1977 como Pró-Reitoria de Extensão. A instituição precisava de uma organização interna da extensão com a finalidade de centralizar a coordenação e dar apoio aos projetos dos órgãos que praticavam extensão. Nessa perspectiva, a criação de uma Pró-Reitoria de Extensão foi incentivada – e estruturada – na universidade, para que ela pudesse realizar o seu compromisso social. Dessa forma, no terceiro capítulo analisamos cada gestão de

Pró-Reitor, uma a uma, com a intenção de identificar como a extensão da Universidade Federal de Pelotas, do ponto de vista dos seus administradores, contribuiu para a articulação ensino/pesquisa e como, por meio desse, fomentou o retorno social da universidade.

Debruçamo-nos sobre o estudo, e nossa intenção, como se presume, não foi esgotar o assunto em apreço, tendo em vista sua amplitude. Buscamos, além de estabelecer a periodização histórica e apresentar a evolução cronológica da estrutura administrativa da extensão na UFPel, destacar alguns fatos e relatos que julgamos mais representativos de cada período. O viés subjetivo das memórias se mostrou muito relevante para trazer aspectos não registrados nos documentos oficiais. Inevitavelmente, vislumbramos várias possibilidades de estudo que não puderam ser desenvolvidas no âmbito desta pesquisa como destacamos na introdução desta dissertação. Mas as portas ficam abertas para futuros estudos; a continuidade, seja na sequência cronológica seja na verticalização interpretativa, poderá ser dada em futuras pesquisas.

Algumas fontes documentais, impressas ou orais, da maior relevância – diria que são “reliquias” – chegaram às nossas mãos, já próximo do final da pesquisa. Pertencentes aos acervos pessoais e foram cedidas pelas fontes orais, reforçando os laços dos colaboradores com a pesquisa, colaboradores que, na grande maioria, são parte da história da extensão da universidade. Constituem sem dúvida um incentivo para a continuidade da pesquisa.

Como dissemos na introdução, “essa é uma história que precisa ser contada”, pois está sendo esquecida, sendo reduzido o acervo documental existente em domínio público. Esperamos, com a contribuição deste trabalho, que esta afirmação possa ser reformulada, e que se possa dizer que esta história “estava sendo esquecida”, mas, agora, estimula-se sua pesquisa, seu conhecimento, para melhor fixar a memória da instituição, nomeadamente no que tange a extensão.

Gostaria de recapitular aqui os nomes e as contribuições destes servidores, que são a própria história do desenvolvimento administrativo da extensão na universidade, ressaltando sempre que o alcance de nosso trabalho foi o ponto de vista dos servidores que atuaram na gestão.

O professor Laudo Nunes atuou por um período muito breve (de 20 de abril de 1977 a 28 de dezembro de 1977), mas se destaca como primeiro Pró-Reitor de Extensão da UFPel e assim, penso, como fundador da PRE. Foi um gestor de transição, visto que a administração da UFPel em 1978 teria um outro Reitor, ao deixar o cargo o professor Delfim Mendes da Silveira, que administrou a universidade desde sua fundação em 1969.

Na sequência, o professor José Passos de Magalhães assumiu em 30 de dezembro de 1977, nomeado pelo Reitor Ibsen Wetzel Stephan. Acompanhou toda a gestão deste reitor (1977 a 1981), permanecendo por mais três meses ainda como *pró tempore* em 1982, na administração seguinte. O professor Magalhães entendia que “a universidade deve assumir sua função no processo de desenvolvimento sociocultural do país, através da implantação de um processo educativo, sintonizado com a realidade da região, visando assim a promover o desenvolvimento integral do ser humano” (*Expressa Extensão*, 1996, p.20).

A terceira administração da PRE coube a uma mulher, a professora Élide Minioni, nomeada em 16 de abril de 1982 pelo Reitor José Emilio Gonçalves Araújo, que administrou a UFPel entre 1982 e 1984. Juntamente à professora Clinéa Campos Langlois, vice-reitora na gestão José Emilio, foi uma das primeiras mulheres a ocupar cargo na gestão superior da universidade. Sua gestão foi marcada pela sistematização das atividades em um organograma que abrangia os projetos, atividades e todas as ações da PRE, o que teria promovido uma revitalização do setor, criando novas ações da extensão. Teve um olhar muito racionalizador, em termos de uma estrutura lógica da administração, dando uma organicidade maior à estrutura que ela herdara das administrações anteriores. Com ela encontramos pela primeira vez a preocupação com que as propostas de extensão, nascidas nos departamentos, se tornassem projetos oficiais e se submetessem a seguir à aprovação dos órgãos superiores. Em sua gestão inicia o foco da extensão na difusão cultural e artística. Além disso, neste período aconteceram algumas mudanças, nacionais e locais, que impactaram significativamente a extensão na universidade. Entre essas, destaco o Plano Nacional de Desenvolvimento, ao qual a instituição deveria se alinhar, para o que foi concebido o Plano de Desenvolvimento da UFPel.

O professor Renato Luiz Melo Varoto assumiu a Pró-Reitoria de Extensão em 10 de dezembro de 1984, como quadro destacado da gestão do Reitor Ruy Brasil

Barbedo Antunes, que administrou a universidade entre 1984 a 1988. A gestão de Varoto, conforme suas palavras, assume a “função de coordenadora, abandonando a função de fiscal”. Percebe-se como um dos contributos de sua gestão se deu na área artística e cultural, deixando como legado, por exemplo, a criação do Museu de Arte Leopoldo Gotuzzo (1985) e a instalação adequada do Museu Carlos Ritter, a partir da coleção já existente, herdada do naturalista Carlos Ritter e acrescida da coleção do entomologista Bianzanco, acervos que até então não recebiam tratamento adequado pela instituição como um museu. Foi nesse período que aconteceu a *Regulamentação da Extensão da Universidade Federal de Pelotas*, aprovada por meio de Resolução do COCEPE.

Finalizando o ciclo de gestores que atuaram no período abordado neste estudo, no que chamamos a “Segunda Fase da Extensão da UFPel” cabe recordar a atuação do consagrado intelectual e literato pelotense, o professor Aldyr Garcia Schlee. Foi nomeado Pró-Reitor de Extensão em de 11 de janeiro de 1989, exercendo o cargo por todo o período da gestão do Reitor Amílcar Goyhenex Gigante (1989-1992).

Em relação a este período, destaco a “Revisão do Plano de Trabalho de Avaliação Institucional”, a participação da UFPel nos Encontros de Extensão (FORPROEX e SEURS) e a alteração radical feita na estrutura da Pró-Reitoria de Extensão – que, de fato, implicou a extinção total da estrutura anterior, cujas consequências merecem ser analisadas de forma crítica. Estas alterações implicaram na mudança para “Extensão e Cultura”, extinguindo órgãos fundacionais da UFPel, como o CRUTAC e CETREISUL, que, agora “fundidos”, seriam substituídos pelo Departamento de Extensão e Treinamento (DEXT), nas funções de apoio à extensão universitária.

As mudanças basicamente foram a criação de dois departamentos distintos. Em um deles, o DEXT, cobrava-se que as atividades de extensão e treinamento deveriam necessariamente estar vinculadas ao ensino e à pesquisa. No outro, o Departamento de Arte e Cultura, o DART, este vínculo não era obrigatório: neste outro, as atividades culturais e artísticas não tinham a exigência de ligação com o ensino e pesquisa.

Considerando o caráter radical dessa mudança, pudemos perceber, em entrevistas realizadas no âmbito desta pesquisa, que gerou um certo descontentamento entre os administradores anteriores. Alguns depoentes apontaram

que a extensão rural teria sido deixada de lado. Essa percepção talvez estivesse ligada ao fato de que a logística antes fornecida pelo CRUTAC não mais existia. Uma estrutura de apoio logístico à execução de projetos, montada ao longo do tempo, foi repentinamente desarticulada. A partir de então, cabia aos departamentos das unidades acadêmicas a responsabilidade por toda a logística necessária para a efetivação dos projetos de extensão. Esses números podem ser visualizados na Tabela 7 (Projetos de Extensão e Cultura por unidades), que reproduzimos do Relatório de Gestão do período, no item 3.5 desta dissertação.

Foi dando voz aos depoentes e no silêncio das fontes que encontramos vestígios de interesses político-partidários. A política também esteve e está presente nas decisões administrativas da academia, assim como em toda a instituição de caráter público. Apesar das diferenças políticas, as fontes orais desta pesquisa indicam uma convergência quanto à percepção de que a extensão colaborou para desenvolver comunidades locais e regionais, por meio de ações nas áreas de saúde, educação e urbanismo, graças, entre tantos tipos de iniciativas, a programas de capacitação desenvolvidos na área rural e urbana. Alguns pensamentos foram recorrentes quando os entrevistados faziam determinadas avaliações sobre a prática da extensão na instituição. Claro que não se expressavam com as mesmas palavras, mas expressavam a mesma linha de pensamento. Por exemplo, quanto à opção do docente em atuar (ou não) junto à extensão, escutamos basicamente o seguinte tipo de pensamento, que poderíamos assim traduzir: *a extensão não dá status ao professor como acontece com a pesquisa. Esses professores que praticam extensão não são muito valorizados dentro das suas unidades de ensino. Existe um isolamento. Professor que faz pesquisa não quer extensão.* Outro pensamento que ecoou em várias entrevistas pode ser assim delineado: *a extensão infelizmente sempre foi a prima pobre da universidade.*

Na nova estrutura resultante da criação da PREC, segundo as palavras da professora Maria da Graça Ramos, “estava pressuposto que a universidade não poderia estar alheia à existência de atividades que são puramente culturais e artísticas e que, por tal, ao serem propostas, não precisam ser pensadas necessariamente como indissociáveis do ensino e da pesquisa” (Maria da Graça Ramos, 2018).

Na fase em que a PREC foi criada, correspondente à administração Gigante, a gestão da UFPel fomentou a extensão na área artística e cultural. Contudo, entre o

conjunto de cursos da universidade, havia na época poucos cursos que a amparassem. Atualmente, conta-se, além dos cursos de artes visuais, com os cursos de música, teatro, cinema e dança, que possivelmente foram fruto daquelas sementes plantadas pela extensão. Podemos dizer que, na UFPel, alguns saberes se constituíram a partir da experiência extensionista, nomeadamente na área cultural, vindo a gerar, mais tarde, cursos de graduação e pós-graduação para formarem profissionais e inclusive gerarem pesquisa nessas áreas.

Em nosso entender, a extensão de conhecimento está associada à extensão de cultura. O elemento cultural e artístico “sempre houve” na universidade, mesmo quando não constituísse o campo específico da área de conhecimento abrangida pelos cursos mais tradicionais. A extensão, porém, propiciou uma nova visão dessa relação entre saber científico e saber popular, entre conhecimento científico e expressão artístico-cultural. Isto é, a universidade tem a sua cultura acadêmica própria, sua cultura universitária. Mas ela não deveria desconhecer a cultura popular presente nas comunidades. No entanto, foi necessário aguardar o desenvolvimento da extensão para propiciar esta aproximação. E foi no momento em que começou a haver a aproximação entre a cultura acadêmica e a cultura popular que a extensão realmente passou a ser promovida.

A pesquisa nos levou a perceber que a intenção dos envolvidos com gestão da extensão universitária da UFPel – envolvidos que foram colaboradores de nossa pesquisa – era encontrar a melhor forma para tornar as atividades menos incipientes. Mas esta missão foi muitas vezes dificultada, quer pela compreensão limitada por parte dos envolvidos, quer pela destinação insuficiente de recursos para aquela que por muito tempo foi a menina pobre na universidade.

Percebemos que, desde as primeiras gestões, todos administradores, cada um a seu modo, traziam de forma recorrente no seu discurso a concepção da extensão como papel social da universidade e como indispensável na formação acadêmica. As falhas percebidas por estes gestores foram motivação para a busca de novas soluções, deram a base para estabelecerem sua missão em prol da extensão. Assim, buscando melhoria, alteraram estruturas, propuseram remodelações administrativas que lhes pareciam mais adequadas no momento em que atuavam.

Esta primeira reflexão ampla sobre a história da extensão na UFPel, mesmo que focada na diacronia, deixa um campo aberto para futuros estudos, estudos mais

aprofundados sobre tópicos específicos, estudos com enfoques e perspectivas alternativas ao que desenvolvemos aqui. Exemplos: a extensão no ponto de vista dos professores que praticavam ou deixavam de praticá-la? E no ponto de vista dos alunos? E o que pensavam as comunidades sobre as ações extensionistas da UFPel? E as gerações presentes? Quais as memórias nas comunidades das ações extensionistas da universidade no período estudado? Para se chegar a uma visão mais holística sobre a experiência da extensão na UFPel no seu primeiro quarto de século, trouxemos aqui, como ponto de partida, a visão dos gestores. Somos cientes dos limites e alcances desta perspectiva, mas foi o papel que propusemos à presente pesquisa. Outras pesquisas virão, trazendo novas perspectivas aqui não contempladas.

Propiciar este debate, evitar que a memória da extensão da UFPel caia no esquecimento, resguardar sua história e nela tentar compreender o lugar da extensão na nossa universidade, foram os principais objetivos que nos propusemos e acreditamos tê-los atingido.

Referências

Corpus documental

Memórias - Depoimentos orais

Aldyr Garcia Schlee (professor), entrevistado por Heloisa Helena Campelo Rodrigues da Rocha em 11 de setembro de 2017 com duração de 1:21:29. Entrevista realizada presencialmente na cidade de Pelotas.

Francisco Elifalete Xavier (professor), entrevistado por Heloisa Helena Campelo Rodrigues da Rocha em 17 de outubro de 2017 com duração da entrevista: 01:32:40. Entrevista realizada presencialmente na cidade de Pelotas.

João Nelci Brandalise (professor), entrevistado por Heloisa Helena Campelo Rodrigues da Rocha em 15 de setembro de 2017 com duração da entrevista de 03:37:00. Entrevista realizada presencialmente na cidade de Pelotas.

Manoel Mendieta Araujo (professor), entrevistado por Heloisa Helena Campelo Rodrigues da Rocha em 11 de julho de 2016 com duração da entrevista de 03:05:20. Entrevista realizada presencialmente na cidade de Pelotas.

Neiff Olavo Gomes Satte Alam (professor) entrevistado por Heloisa Helena Campelo Rodrigues da Rocha em 17 de outubro de 2017 com duração de 02:10:00. Entrevista realizada presencialmente na cidade de Pelotas.

Renato Luiz Mello Varoto (professor), entrevistado por Heloisa Helena Campelo Rodrigues da Rocha em 25 de setembro de 2017 com duração da entrevista: 01:12:15. Entrevista realizada presencialmente na cidade de Pelotas.

Valter Eliogabalos da Rosa Azambuja (professor) entrevistado por Heloisa Helena Campelo Rodrigues da Rocha em 20 de dezembro de 2017 com duração de 01:35:26. Entrevista realizada presencialmente na cidade Pelotas.

Memórias - Depoimentos por escrito

Élide Minioni (professora), entrevistada por Heloisa Helena Campelo Rodrigues da Rocha em 08 de março de 2018. Entrevistada residente na cidade de Vitória/ES. Entrevista enviada por correio, dada a impossibilidade de entrevista presencial.

Leonor Almeida de Souza Soares (professora), entrevistada por Heloisa Helena Campelo Rodrigues da Rocha em 29 de fevereiro de 2018 na cidade de Pelotas. Entrevista realizada por e-mail, dada a impossibilidade de entrevista presencial.

Maria da Graça Ramos (professora), entrevistada por Heloisa Helena Campelo Rodrigues da Rocha em 14 de abril de 2018 na cidade de Pelotas. Entrevista realizada por e-mail, dada a impossibilidade de entrevista presencial.

Volnei Kols (professor), entrevistado por Heloisa Helena Campelo Rodrigues da Rocha em 22 de fevereiro de 2018 em Pelotas. Entrevista realizada por e-mail, dada a impossibilidade de entrevista presencial.

Documentos impressos

Senado Federal. **Constituição da República Federativa do Brasil**, edição administrativa do texto constitucional promulgado em 05 de outubro de 1988, consolidado até a Emenda Constitucional nº 76/2013. Senado Federal Biênio 2013/2014.

UFPel Pró-Reitoria de Extensão Universitária. **Boletim Extensão Universitária**, Conceitos e Organização, 1988, 28 p.

Universidade Federal de Pelotas, Assessoria de Planejamento, **O Desenvolvimento da UFPel - Retrospecto 1969-1979, Projeção 1980-1985**. Julho de 1980.

Universidade Federal de Pelotas, Assessoria de Planejamento, UFPel, **Seis anos de atuação 1969 -1975**.

Universidade Federal de Pelotas, **Jornal UFPel, Gestão Ruy Antunes.**, 1988.

Universidade Federal de Pelotas, Pró-Reitoria de Extensão e Cultura, DIPLAN, **Guia de Extensão, Arte e Cultura**, Pelotas, Ed, Universitária da UFPel, 1999.

Universidade Federal de Pelotas, **Relatório Final- Gestão 1985-1988, Pró-Reitoria de Extensão. 1988**. 75 p.

Universidade Federal de Pelotas, **Revista Expressa Extensão**, ano 1, vol 1ª Ed. Universitária da UFPel, Pelotas, setembro/1996. 77 p.

Universidade Federal de Pelotas. **Boletim Interno da UFPel nº 27**, Gabinete do Reitor, Assessoria de Comunicação Social, setembro 1983.

Universidade Federal de Pelotas. Coordenadoria de Planejamento e Desenvolvimento. **Relatório de Gestão 1989-1992**. 107 p.

Universidade Federal de Pelotas. Pró-Reitoria de Extensão. **Relatório de Gestão ano 1982**, 68p.

Universidade Federal de Pelotas. Pró-Reitoria de Extensão. **Relatório de Gestão ano 1983**, 101p.

Universidade Federal de Pelotas. Pró-Reitoria de Extensão. **Relatório de Gestão ano 1984**, 71p.

Documentos digitais disponíveis na rede:

A EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA NA REGIÃO DOS COCAIS MARANHENSES¹ José Augusto Medeiros Silva Disponível em:

<<http://www.periodicoeletronicos.ufma.br/index.php/revistahumus/article/download/1611/127>> Acesso em 10/12/2017.

Arthur da Costa e Silva, Presidente do Brasil de 15/3/1967 a 31/8/1969. Disponível em: <<https://educacao.uol.com.br/biografias/arthur-da-costa-e-silva.jhtm>> Acesso em 14 de março de 2018.

BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. Uma visão do *campus* avançado pelo Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras e Fundação Projeto Rondon. Brasília, MEC/DDD, Brasília, DF - 1980. 79 p. Disponível em: <<http://livros01.livrosgratis.com.br/me002223.pdf>> Acesso em: 12 de janeiro de 2018.

Cáceres: Dez anos de Campus. Escrita pelo Jornalista Vínícios Becker Costa, Assessor de Comunicação Social da Universidade Federal de Pelotas, 1983. Boletim Interno nº 27 – UFPel.

Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC). Fundação Getúlio Vargas. Disponível em: <http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/Jango/biografias/getulio_vargas> Acesso em 14/03/2018.

Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC). Fundação Getúlio Vargas Disponível em: <<http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas1/anos30-37/IntelectuaisEstado/MinisterioEducacao>> Acesso em: 14/03/2018.

Ceslau Mario Odrowaz Biezanko. Disponível em: <https://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/91146/Poster_28728.pdf?sequence=2> Acesso em: 10/03/2018.

Conselho de Extensão CONEXT – PREC/UFPel. Disponível em: <<https://wp.ufpel.edu.br/scs/files/2017/04/Resolu%C3%A7%C3%A3o-09.2017-COCEPE.pdf>> Acesso em: 10/01/2018.

Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras (CRUB). Disponível em: <<http://www.crub.org.br/>> Acesso em: 10/01/2018.

Estatuto da Fundação Universidade Federal de Pelotas. <<http://wp.ufpel.edu.br/convenios/files/2011/07/CRIA%C3%87%C3%83O-DA-UFPel-decreto-65881-16-dezembro-1969-407283.doc>> Acesso em: 10/08/2016.

FROPROEX, I Encontro Nacional de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas, UNB — Brasília, novembro de 1987. Disponível em: <<https://www.ufmg.br/proex/renex/images/documentos/1987-I-Encontro-Nacional-do-FORPROEX.pdf>>. Acesso em: 10/05/2017.

FROPROEX, II Encontro Nacional de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas, Estratégia de articulação com o ensino e a pesquisa. Extensão, pesquisa e compromisso social. UFMG — Belo Horizonte, 23 e 24 de maio de 1988. Disponível em: <<https://www.ufmg.br/proex/renex/images/documentos/1988-II-Encontro-Nacional-do-FORPROEX.pdf>> Acesso em: 10/05/2017.

FROPROEX, III Encontro Nacional de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas. A relação universidade e sociedade: a questão da prestação de serviços. A interdisciplinaridade, Belém — 23 a 25 de julho de 1989; disponível em: <<https://www.ufmg.br/proex/renex/images/documentos/1989-III-Encontro-Nacional-do-FORPROEX.pdf>> Acesso em: 10/05/2017.

FROPROEX, IV Encontro Nacional de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas. As perspectivas da extensão universitária nos anos 90 Educação e alfabetização Metodologia em extensão universitária. UFSC — Florianópolis, 06 a 09 de maio de 1990. Disponível em: <<https://www.ufmg.br/proex/renex/images/documentos/1990-IV-Encontro-Nacional-do-FORPROEX.pdf>> Acesso em: 10/05/2017.

FROPROEX, V Encontro Nacional de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas. A institucionalização da extensão no contexto da autonomia universitária e sua gestão democrática, UFMA - São Luís, 12 a 14 de junho de 1991. Disponível em: <<https://www.ufmg.br/proex/renex/images/documentos/1991-V-Encontro-Nacional-do-FORPROEX.pdf>> Acesso em: 10/05/2017.

GERES -Relatório do Grupo Executivo para a Reformulação da Educação Superior, Brasília, DF de setembro de 1986. Disponível em: <<http://www.schwartzman.org.br/simon/pdf/geres.pdf>>. Acesso em 06 de fevereiro de 2018.

Getúlio Dornelles Vargas. Disponível em: <http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/Jango/biografias/getulio_vargas>. Acesso em: 14/03/2018.

Instituto Euvaldo Lodi (IEL). Disponível em: <<http://www.portaldaindustria.com.br/iel/institucional/2015/06/1,1800/historia.html>> Acesso em: 10/05/2018.

Instituto Rondon de Minas. Disponível em: <<https://rondonminas.wordpress.com/quem-somos/historico/projeto-rondon-no-brasil/>> Acesso em: 10/03/2018.

Plano de Desenvolvimento Institucional (2002-2006). Disponível em: <https://wp.ufpel.edu.br/prec/files/2014/02/PDI2006_1330083509_pdi.pdf> Acesso em: 04/10/2016.

Projeto Rondon (“Projeto Rondon, lição de vida e cidadania”). Nossa História. Disponível em: <<https://www.projettorondon.defesa.gov.br/portal/index/pagina/id/9718/area/C/module/default>> Acesso em 03/12/2017.

Projeto Rondon, lição de vida e cidadania. Disponível em:
<<https://www.projettorondon.defesa.gov.br/portal/index/pagina/id/9718/area/C/module/default>> Acesso em 03/12/2017.

Rede Nacional de Universidades. Disponível em:
<<https://www.ufmg.br/proex/renex/index.php/apresentacao>> Acesso em: 11/09/2017.

Relatório do Grupo Executivo para a Reformulação da Educação Superior, Brasília, DF de setembro de 1986. Disponível em:
<<http://www.schwartzman.org.br/simon/pdf/geres.pdf>> Acesso em 06 de fevereiro de 2018.

Resenha Histórica – UFPel. Disponível em: <http://wp.ufpel.edu.br/45anos/_>
Acesso em: 10/11/2016.

Secretaria dos Conselhos Superiores da UFPel. Resolução 04/92 Disponível em:
<https://wp.ufpel.edu.br/scs/files/2010/08/1992_04.pdf> Acesso em: 10/03/2018.

Secretaria dos Conselhos Superiores da UFPel. Resolução 05/92. Disponível em:
<https://wp.ufpel.edu.br/scs/files/2010/08/1992_05.pdf> Acesso em: 10/03/2018.

Secretaria dos Conselhos Superiores da UFPel. Resolução 06/92 Disponível em:
<https://wp.ufpel.edu.br/scs/files/2010/08/1992_06.pdf>. Acesso em: 10/03/2018.

Secretaria dos Conselhos Superiores da UFPel. Resoluções do Conselho Superior do Ensino, da Pesquisa e da Extensão da UFPel. Resolução nº01/87 de 14 de maio de 1987. Disponível em: <https://wp.ufpel.edu.br/scs/files/2010/08/1987_01.pdf>. Acesso em: 10 de outubro de 2017.

Superintendência para o Desenvolvimento do Nordeste – Sudene. A Criação da Sudene. Disponível:
<<http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/JK/artigos/Economia/Sudene>>. Acesso em: 20/02/2018.

TAVARES, Maria Das Graças Medeiros. Extensão Universitária: Novo Paradigma e Universidade? 19ª Reunião Anual da ANPEd, 1996, Caxambu/MG. Trabalhos Apresentados - GT 11 - Política de Educação Superior. Disponível em:
<<http://www.anped11.uerj.br/19/TAVARES.htm>>. Acesso em: 06 de fevereiro de 2018.

TAVARES, Maria Das Graças Medeiros. Reformas da Educação Superior no Brasil Pós-85: Desafios À Extensão e a Autonomia Universitárias. 20ª Reunião Anual da ANPEd, setembro de 1997, Caxambu/MG. Trabalhos Apresentados - GT 11 - Política de Educação Superior. Disponível em: <<http://www.anped11.uerj.br/indexatual.html>>. Acesso em: 06/02/2018.

Terceiro Plano Setorial, educação. Disponível em:
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d87497.htm, acessado em 10/06/2017.
Uma visão do *campus* avançado pelo Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras e Fundação Projeto Rondon. Brasília, MEC/DDD, 1980. Disponível em:

<http://www.dominiopublico.gov.br/pesquisa/DetalheObraDownload.do?select_action=&co_obra=26941&co_midia=2> Acesso em: 08/02/2018.

União Nacional de Estudantes. Disponível em:
<<https://www.une.org.br/2011/09/historia-da-une/>> Acesso em: 19/03/2018.

Wilson Choeri: educador e empreendedor. Disponível em:
<<http://www.feuc.br/revista/index.php/2013/09/wilson-choeri-educador-e-emprendedor/>>. Acesso em 01/03;2018.

Documentos jurídicos – Legislação

Constituição da República Federativa do Brasil, de 1988 - Artigo 207. Disponível em:
<http://www.senado.leg.br/atividade/const/con1988/con1988_14.12.2017/art_207_a_sp> Acesso em 14/03/2018> Acesso em 05/03;2017.

Decreto-Lei nº 916, de 07 de outubro de 1969. Disponível em:
<<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1960-1969/decreto-lei-916-7-outubro-1969-375250-publicacaooriginal-1-pe.html>> Acesso em: 20 janeiro. 2018. BRASIL. Acesso em: 15/03/2018.

Decreto-Lei nº 92.200, de 23 de dezembro de 1985 - Programa Nova Universidade. Disponível em: <<https://www.diariodasleis.com.br/legislacao/federal/26997-institui-o-programa-nova-universidade-e-da-outras-providencias.html>> Acesso em: 21/01/2018.

Decreto-Lei nº 87.497, de 18 de agosto de 1982, regulamenta a Lei nº 6.494, de 07 de dezembro de 1977. Disponível em:
<<http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/me000657.pdf> > Acesso em 10/06/2017.

Decreto-Lei nº 19.851 que dispõe sobre o ensino superior no Brasil. Disponível em:
<<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-19851-11-abril-1931-505837-publicacaooriginal-1-pe.html>> Acesso em 14/03/2018.

Decreto-Lei nº 91.177, de 29 de março de 1985. Disponível em:
<<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1980-1987/decreto-91177-29-marco-1985-441184-publicacaooriginal-1-pe.html>> Acesso em: 21/01/2018.

Decreto-Lei nº 99.678, de 8 de novembro de 1990. Disponível em:
<https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/Antigos/D99678impressao.htm> Acesso em: 03/03/2018.

Decreto-Lei nº 67.505. Disponível em:
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L6310.htm. Acessado em: 19/03/2018.
Legislação Informatizada – Lei nº 6.494, de 7 de dezembro de 1977 - Publicação Original. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1970-1979/lei-6494-7-dezembro-1977-366427-publicacaooriginal-1-pl.html>> Acesso em: 23/01/2018.

Lei nº 9394/96, Lei de Diretrizes e Bases - Disponível em:
<<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1960-1969/lei-4024-20-dezembro-1961-353722-publicacaooriginal-1-pl.html>> Acesso em: 19/03/2018.

Lei Complementar nº 125, de 3 de janeiro de 2007. Disponível em: <Lei Complementar nº 125 - http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/LCP/Lcp125.htm> Acesso em: 22/01/2018.

Lei de Diretrizes e Bases (LDB 4024/61), promulgada em 20/12/1961, publicada no DOU de 27/12/1961 e retificada no DOU de 28/12/1961. Disponível em:
<<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1960-1969/lei-4024-20-dezembro-1961-353722-publicacaooriginal-1-pl.htm>>. Acesso em: 19/03/2018.

Lei nº 5.540, Reforma Universitária, disponível em:
<http://legislacao.planalto.gov.br/legisla/legislacao.nsf/Viw_Identificacao/lei%205.540-1968?OpenDocument> Acesso em: 12/12/2017.

Lei nº 6.310, de 15 de dezembro de 1975, autoriza a instituição da Fundação Projeto Rondon, e dá outras providências. Disponível em:
<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L6310.htm> Acesso em: 19/03/2018.

Lei nº 7.732, de 14 de fevereiro de 1989. Disponível em:
<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L7732.htm> Acesso em: 18/03/2018.

Trabalho apresentado em evento - Livro eletrônico (E-book)

ROCHA, Heloisa Helena Campelo Rodrigues da. Extensão Universitária na Construção do Conhecimento nos Primórdios da Fundação da Universidade Federal de Pelotas”, publicado na obra “Um pé de histórias – Estudos Sobre Aprendizagem Histórica”, de André Bueno, Dulceli Estachevski, Everton Crema e José Maria Neto. E-book, 2017, p (491 - 494). Disponível em:
<<https://books.google.com.br/books?id=YEeqjDgAAQBAJ&printsec=frontcover&dq=u+m+p%C3%A9+de+hist%C3%B3rias&hl=pt-BR&sa=X&ved=0ahUKEwiSosaFrqfVAhWHUJAKHR8tDNwQ6AEIjzAA>>. Acesso em: 10/04/2017.

ROCHA, Heloisa Helena Campelo Rodrigues da. "A Extensão Universitária: Reflexões Sobre as Ações da Extensão na UFPel no Período de 1969 a 1992". XIX Encontro de Pós-Graduação, da III Semana Integrada de Inovação, Ensino, Pesquisa e Extensão, realizado na UFPel, novembro de 2017. Disponível em:
<<https://wp.ufpel.edu.br/enpos/anais/anais-2017/>> Acesso em: 16/02/2018.

Tese, Dissertação ou TCC

GARCIA, Tania Elisa Morales Garcia. **Uma História em Cena Construindo a Identidade de seus Atores: O Curso de Ciências Domésticas da UFPel (1960-1997)**. Universidade Federal do Rio Grande Do Sul, Faculdade de Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação. Porto Alegre, 2001

MICHELOTTO, Regina M. **A liberação do acesso e a extensão como estratégias de democratização da universidade: a experiência da Itália e do Brasil.** 1999. Tese (Doutorado) - PPGE, Universidade de São Carlos, São Carlos, 1999.

ROCHA, Maria Consuelo Sinotti. Curso de Especialização Patrimônio Cultural da UFPel. Monografia - **Museu de Arte Leopoldo Gotuzzo: contribuição e integração com o ensino de Arte através de seu Setor Educacional**, 2010. 107p. Disponível em: <<https://wp.ufpel.edu.br/especializacaoemartesvisuais/files/2013/06/Maria-Consuelo-Sinotti-Rocha-%E2%80%93-2010.pdf>>. Acesso em: 10/03/2018.

Referências bibliográficas

ALBERTI, Verena. **Manual de História Oral.** Rio de Janeiro. Editora da FGV, 2004.

AMADO, Janaina e FERREIRA, Marieta (orgs.). **Usos e abusos da História Oral.** Rio de Janeiro. Editora da FGV, 1996.

BARROS, José D'Assunção, **O Projeto de Pesquisa em História da escolha do tema ao quadro teórico**, Petrópolis, RJ: Vozes, 2005.

BOTOMÉ, Silvio Paulo, **Pesquisa alienada e ensino alienante, o equívoco da extensão universitária**, ed. Vozes, São Carlos/SP, 248 p.,1996.

BRASIL. MEC/SESu/CODEAC. **O Ensino Superior no Brasil - Relatório 1974-1978.** Brasília, DF, 1979. 210 pag. Ed. DDD/MEC, Imp. Gráfica da Universidade Federal de Goiás - Goiás – Brasil.

BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. **Uma visão do campus avançado pelo Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras e Fundação Projeto Rondon.** Brasília, MEC/DDD, 1980. 79 p. Disponível em: <<http://livros01.livrosgratis.com.br/me002223.pdf>>. Acesso em 12 de junho de 2017.

CANDAU, Vera Maria. **Cultura, Linguagem e Subjetividade no Ensinar e Aprender.** Rio de Janeiro. Ed. Dp&A, 2002, 192p.

CARDOSO, Ciro Flamarion. **História e poder: uma nova história política?** In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (Org.). **Novos domínios da história.** Rio de Janeiro: Elsevier, 2012, p. 37-54.

CASSIMIRO, M do R. et al. (1983). **Universidade Oportuna.** Goiânia: ed. da Universidade Federal de Goiás. 94 p.

CHARTIER, Roger. **A visão do historiador modernista.** In: FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína. **Usos e abusos da história oral.** Rio de Janeiro: FGV, 2006. 216 p.

DELGADO, Lucila de Almeida Neves. FERREIRA, Marieta de Moraes (org.). **História do Tempo Presente**. Editora FGV, Rio de Janeiro, 316 p., 2014.

FREIRE, Paulo. **Extensão ou comunicação**. 10a edição. Rio de Janeiro; Paz e Terra. 1977.

GERES. Grupo Executivo para Reformulação da Educação Superior. **Relatório e anteprojeto de Lei. CRUB, Estudos e Debates**, Brasília, n.13, p. 11-41, 1987.

GONÇALVES, Nadia Gaiofatto. VIEIRA, Carina Silva. Extensão Universitária no período da ditadura: concepções e relações com a Doutrina de Segurança Nacional e Desenvolvimento. Disponível em:

<<http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/antiteses/article/download/20883/16587>>.

Acesso em 04 de dezembro de 2017.

GRAMSCI, Antônio. **Concepção Dialética da História**. Tradução de Carlos Nelson Coutinho. 8. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1989.

_____. **Os Intelectuais e a Organização da Cultura**. 7 ed. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1989.

GURGEL, Roberto Mauro. **Extensão universitária, Comunicação ou domesticação**, São Paulo, ed. Cortes autores associados, 1986.

HALBWACHS, Maurice. **A Memória Coletiva**. São Paulo, Vértice, 1990.

JEZINE, Edineide. **Educação Popular Na Universidade e a Troca de Saberes**, UFPB, GT: Educação Popular / n.06.

LONER, Beatriz Ana, **A relação com a comunidade e os desdobramentos políticos**. Disponível em: <<http://wp.ufpel.edu.br/45anos/relacaocomunidade/>>. Acesso em: 20/04/2017.

LONER, Beatriz Ana. **Reconstrução da Memória da UFPel**. História em Revista, Núcleo de Documentação Histórica – NDH/UFPel, nº1, ano 1994.

LOPES, Onofre. Crutac e Cincrutac, **Treinamento Rural Universitário Prestação de Serviço à Comunidade**, UFRN, fevereiro de 1972.

MAGALHÃES, Mario Osório. **UFPel: 30 anos**. Pelotas: Editora Universitária, 1999.

MEC/ Comissão Nacional para Reformulação da Educação Superior. **Uma nova política para a Educação Superior Brasileira** - Relatório Final. Brasília, novembro de 1985.

MELO NETO, José Francisco. **Extensão Universitária: Bases Ontológicas**. João Pessoa: Editora Universitária, 2002.

NISKIER, Arnaldo, **História da Educação Brasileira**, de José Anchieta aos Dias de Hoje. São Paulo, Ed. Europa, 2011.

NOGUEIRA, Maria das Dores Pimentel (org.). **Extensão universitária: diretrizes conceituais e políticas Belo Horizonte: Fórum Nacional de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas/ UFMG, 2000.** 193 p.

_____. **Extensão universitária no Brasil: uma revisão conceitual; Construção conceitual da extensão universitária na América Latina.** Brasília: Universidade de Brasília, 2001 p. 57-72.

PAIVA, V. P. (1985). **Educação Popular e Educação de Adultos.** 3 ed. São Paulo: Loyola, 368 p.

PETERSEN, Silvia Regina Ferraz. LOVATO, Bárbara Hartunz. **Introdução ao Estudo da História,** Porto Alegre, Editora UFRGS, 450 p., 2013.

PINSKY, Carla Bassenezi (org.). **Fontes Históricas.** São Paulo: Contexto, 2005.

POLLAK, Michael (1989), “**Memória, esquecimento e silêncio**”, *Estudos Históricos*, 3, p. 3-15.

POLLAK, Michael. **Memória e Identidade Social.** Estudos Históricos, Rio de Janeiro, v. 5, n.10, 1992, p. 200-212.

PORTELLI, Alessandro. **Tentando aprender um pouquinho: algumas reflexões sobre a ética na história oral.** In: Projeto História nº 15. São Paulo, PUC, 1997, p. 13-50.

RICOEUR, Paul. **Memória, História e Esquecimento,** Campinas: Editora da Unicamp, 2007. (Parte 1).

RODRIGUES, Marilúcia de Menezes. **Revisitando a História - 1980-1995: A Extensão Universitária na Perspectiva do Fórum Nacional de Pró-reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras.** Revista portuguesa de educação, ano/vol 16, n. 002, universidade do Minho, Braga, Portugal, p.135-175, 2003.

SANTOS, Boaventura de Souza. **A universidade no século XXI: Para uma reforma democrática e emancipatória da universidade.** São Paulo, ed. Cortez, p. 120, 2004.

SOUZA, Ana Luiza Lima. **A história da extensão universitária,** Campinas, SP: ed. Alínea, 2000, 138 p.

THOMPSON, Paul. **A voz do passado: história oral.** Trad. de Lólio Lourenço de Oliveira. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 183 p.,1992.

VANDERLEI, Silva. Kalina. SILVA. Maciel Henrique. **Dicionário de conceitos históricos,** São Paulo, 2009, 440 p.

VERAS, Dimas Brasileiro. Projeto Rondon e Centro Rural Universitário de Treinamento e Ação Comunitária: extensão universitária em tempos de ditadura militar. Disponível em:

<http://www.snh2017.anpuh.org/resources/anais/54/1488911127_ARQUIVO_Trabalhosnh2017.pdf>. Acesso em: 02/03/2018.

YANAGUITA, A. I. As políticas educacionais no Brasil nos anos 1990. In: XXV Simpósio Brasileiro e II Congresso Íbero-Americano de Política de Administração da Educação, 2011, São Paulo. Cadernos ANPAE. Niterói - RJ: ANPAE, 2011. v. 10. p. 1-13. Disponível em:

<<http://www.anpae.org.br/simposio2011/cdrom2011/PDFs/trabalhosCompletos/comunicacoesRelatos/0004.pdf> >Acesso em: 04/03/2018.

Anexos

Anexo 1
Resolução COCEPE 01/87
Página 1



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS
SECRETARIA DOS CONSELHOS SUPERIORES
CONSELHO COORDENADOR DO ENSINO, DA PESQUISA E DA EXTENSÃO

RESOLUÇÃO Nº 01/87

O Presidente do Coordenador do Ensino, da Pesquisa e da Extensão (COCEPE), no uso de suas atribuições,

CONSIDERANDO o que foi deliberado em sessão daquele órgão, realizada dia 14 de maio de 1987, constante da Ata nº 02/87,

RESOLVE:

1. Aprovar a Regulamentação da Extensão da Universidade Federal de Pelotas, que passa ser a seguinte:

1. EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA - DEFINIÇÃO

Por extensão universitária entende-se a ação permanente da Universidade junto à Comunidade, com vistas ao seu desenvolvimento global trazendo dela subsídios que realimentem o ensino e a pesquisa.

2. ATIVIDADE DE EXTENSÃO

A – Promoção e Difusão da Ciência e Cultura.

A.1 – Cursos e Treinamentos

A.2 – Palestras

A.3 – Congressos, Simpósios, Seminários, Encontros, Ciclos de Palestras

A.4 – Eventos Culturais

A.5 – Produção Técnica, Científica e Artística

B – Ações Diretas

B.1 – Atendimento (A Saúde Humana e Animal)

Anexo 1
Resolução COCEPE 01/87

Página 2



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS
SECRETARIA DOS CONSELHOS SUPERIORES
CONSELHO COORDENADOR DO ENSINO, DA PESQUISA E DA EXTENSÃO

RESOLUÇÃO Nº 01/87

O Presidente do Coordenador do Ensino, da Pesquisa e da Extensão (COCEPE), no uso de suas atribuições,

CONSIDERANDO o que foi deliberado em sessão daquele órgão, realizada dia 14 de maio de 1987, constante da Ata nº 02/87,

RESOLVE:

1. Aprovar a Regulamentação da Extensão da Universidade Federal de Pelotas, que passa ser a seguinte:

1. EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA - DEFINIÇÃO

Por extensão universitária entende-se a ação permanente da Universidade junto à Comunidade, com vistas ao seu desenvolvimento global trazendo dela subsídios que realimentem o ensino e a pesquisa.

2. ATIVIDADE DE EXTENSÃO

A – Promoção e Difusão da Ciência e Cultura.

A.1 – Cursos e Treinamentos

A.2 – Palestras

A.3 – Congressos, Simpósios, Seminários, Encontros, Ciclos de Palestras

A.4 – Eventos Culturais

A.5 – Produção Técnica, Científica e Artística

B – Ações Diretas

B.1 – Atendimento (A. Saúde Humana e Animal)

Anexo 1
Resolução COCEPE 01/87
Página 3



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS
SECRETARIA DOS CONSELHOS SUPERIORES
CONSELHO COORDENADOR DO ENSINO, DA PESQUISA E DA EXTENSÃO

espetáculos cênicos, atividades esportivas, concertos, recitais, dias consagrados ao desenvolvimento da criatividade popular às suas manifestações culturais, e outros.

A.5 – Produção Técnica, Científica e Artística

Elaboração e preparação de temas demandados pela comunidade através de matérias escritas e/ou gravadas.

Gabinete da Presidência, aos quatorze dias do mês de maio de mil novecentos e oitenta e sete.

Prof. Léo Zilberknop
Presidente do COCEPE

Anexo 2
Resolução COCEPE 04/92
Página 1



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS
SECRETARIA DOS CONSELHOS SUPERIORES
CONSELHO COORDENADOR DO ENSINO DA PESQUISA E DA EXTENSÃO

RESOLUÇÃO Nº 04/92

Define a política de extensão e cultura e dispõe sobre as atividades extensionistas e culturais da Universidade Federal de Pelotas.

O Presidente do Conselho Coordenador do Ensino, da Pesquisa e da Extensão – COCEPE, no uso de suas atribuições,

CONSIDERANDO proposta da Pró-Reitoria de Extensão e Cultura e o que decidiu o COCEPE em reunião levada a efeito em data de 21 de maio de 1992,

RESOLVE:

Aprovar a Regulamentação Geral das atividades extensionistas e culturais da Universidade Federal de Pelotas:

TÍTULO I

DA EXTENSÃO E DA CULTURA

Capítulo I

Extensão Universitária

Art. 1º – Para os efeitos desta Resolução, Extensão Universitária é o procedimento educacional, necessariamente articulado com o Ensino e/ou a Pesquisa que, sem se confundir com um ou outro, desenvolve-se

Anexo 2
Resolução COCEPE 04/92
Página 2



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS
SECRETARIA DOS CONSELHOS SUPERIORES
CONSELHO COORDENADOR DO ENSINO DA PESQUISA E DA EXTENSÃO

curricularmente ou não em processo pedagógico caracterizado por atividades acadêmicas de educação não-formal e informal, de promoção comunitária e de prestação de serviços.

§ 1º – Dentro dessa concepção, considera-se que a Extensão Universitária deve ser:

1. Como procedimento educacional, uma modalidade de trabalho acadêmico que privilegie efetiva relação Integradora e transformadora entre a Universidade e a Sociedade, através da Interação e do Intercâmbio;
2. Por sua vinculação com o ensino, um meio de formar cidadãos profissionais comprometidos com a realidade e capacitados a antecipar, criar e oferecer respostas às demandas sociais;
3. Por sua ligação com a pesquisa, uma alternativa para a produção do conhecimento e sua difusão; bem como de comunicação permanente com todos os setores da Sociedade e sua problemática, numa perspectiva contextualizada;
4. Como parte do processo pedagógico, uma forma de renovar e ampliar conceitos, garantindo a aprendizagem recíproca de alunos, professores e membros da Sociedade, nos mais variados espaços e momentos, dentro e fora da Universidade;
5. Como atividade acadêmica, uma oportunidade de estimular a vivência social, política e profissional de professores, alunos e servidores técnico-administrativos, através de ações preferentemente Interdisciplinares, Interdepartamentais e Interinstitucionais.

Art. 2º – A Extensão Universitária desenvolve-se na Universidade Federal de Pelotas Intrinsecamente vinculada aos currículos dos cursos

Anexo 2
Resolução COCEPE 04/92

Página 3



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELotas
SECRETARIA DOS CONSELHOS SUPERIORES
CONSELHO COORDENADOR DO ENSINO DA PESQUISA E DA EXTENSÃO

regulares e através das seguintes espécies de atividades acadêmicas e respectivas modalidades:

- I – De educação não-formal e Informal: curso extra-curricular; ciclo de estudos; treinamento; estágio; reunião técnica ou de estudo; palestra; conferência; seminário; mesa-redonda; encontro; congresso; Jomada; simpósio; Jogo; torneio ou campeonato; competição; e demonstração.
- II – De prestação de serviços: atendimento hospitalar, ambulatorial e/ou laboratorial à saúde humana ou animal; atendimento judiciário; atendimento técnico-científico; aconselhamento ou orientação; produção, cessão e/ou empréstimo de bens.
- III – De promoção comunitária: campanha; movimento; promoção; festa; comemoração; celebração; recreação; acompanhamento de grupos emergentes ou Institucionais.

Capítulo II

Arte e Cultura

Art. 3º – A Arte e a Cultura são respeitadas, resguardadas e Incentivadas na Universidade Federal de Pelotas, independentemente de sua eventual vinculação com o ensino ou a pesquisa e, por isso, separadas da extensão universitária.

§ 1º – Nesse sentido, entende-se que a Arte e a Cultura, na Universidade, devem ser consideradas:

- 1. Como partes integrantes da herança social e da produção estética e intelectual do homem, afirmadas na diversidade de valores, artefatos e formas capazes de se constituir em patrimônio comum e em força

Anexo 2
Resolução COCEPE 04/92
Página 4



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS
SECRETARIA DOS CONSELHOS SUPERIORES
CONSELHO COORDENADOR DO ENSINO DA PESQUISA E DA EXTENSÃO

Identificadora da própria Universidade, da cidade de Pelotas e da região sob sua influência.

2. Como repositórios de referências e pressupostos fundamentais, sem o que estaria prejudicada qualquer tarefa educacional.
3. Como elementos essenciais da cidadania, referidos à própria condição humana e à capacidade do ser humano de refletir sobre essa condição e perceber um novo sentido de sua dignidade.
4. Como oportunidades de estímulo livre e aberto, sem as limitações do ensino e as exigências da pesquisa, à iniciativa, à criatividade, à espontaneidade e às manifestações de vanguarda.

Art. 4º – A Arte e a Cultura serão estimuladas pela Universidade Federal de Pelotas através das seguintes espécies de atividades e suas respectivas modalidades:

- I – De criação artística: produção, interpretação e representação de obras de arte; apresentação de recitais, concertos e espetáculos; participação em oficinas de criação ou em grupos artísticos.
- II – De difusão cultural: produção, registro e divulgação de programas radiofônicos ou de TV, audiovisuais, fotografias ou filmes de caráter cultural; preparação e reprodução de textos, dados informativos, mapas e material gráfico sobre arte e cultura; montagem de exposições, demonstrações e certames sobre manifestações artísticas e culturais.
- III – De desfrute e apreciação de obras de arte: participação em cursos livres e abertos de educação artística; atuação em ciclos de palestras, debates e seminários sobre artistas e obras de arte; realização de entrevistas com críticos e artistas.
- IV – De respeito, preservação e enriquecimento do patrimônio cultural: participação em cursos abertos sobre patrimônio cultural; atuação em

Anexo 2
Resolução COCEPE 04/92
Página 5



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS
SECRETARIA DOS CONSELHOS SUPERIORES
CONSELHO COORDENADOR DO ENSINO DA PESQUISA E DA EXTENSÃO

grupos de defesa desse patrimônio ou em programas de preservação, reparação, reciclagem ou restauração; participação em equipes ou entidades de discussão e resgate da identidade cultural, das manifestações folclóricas e da produção artesanal.

Capítulo III

Atividades Extensionistas e Atividades Culturais

Art. 5º – As atividades extensionistas serão executadas a partir dos departamentos acadêmicos nos quais se faça o ensino e/ou a pesquisa que estejam vinculadas.

§ Único – Toda a atividade de extensão será institucionalizada através de uma proposta simplificada, encaminhada em formulário próprio pelo Departamento respectivo, para aprovação e registro na Pró-Reitoria de Extensão e Cultura.

Art. 6º – As atividades culturais serão desenvolvidas livremente na Universidade, independentemente de sua vinculação ao ensino ou à pesquisa, cabendo à Pró-Reitoria de Extensão e Cultura estimular, promover e coordenar sua execução, a partir de sugestões, solicitações e iniciativas de pessoas ou grupos, interna e externamente.

§ 1º – A institucionalização das atividades de arte e cultura se fará através de propostas individuais ou coletivas, simplificadas, encaminhadas diretamente a Pró-Reitoria em formulário próprio, para registro.

§ 2º – Caso os interessados em atividades artísticas e culturais sejam servidores da Universidade, os responsáveis pelos órgãos a que estiverem

Anexo 2
Resolução COCEPE 04/92
Página 6



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS
SECRETARIA DOS CONSELHOS SUPERIORES
CONSELHO COORDENADOR DO ENSINO DA PESQUISA E DA EXTENSÃO

vinculados anotarão na proposta respectiva sua concordância em liberá-los nos horários e períodos de participação previstos.

Art. 7º – As atividades extensionistas ou culturais que forem Interdepartamentais ou Interinstitucionais, que estiverem vinculadas a agências financiadoras ou entidades conveniadas ou que disso dependerem para sua execução, poderão ser propostas através de projetos específicos.

Art. 8º – A Coordenação das atividades extensionistas e culturais na Universidade poderá ser feita por área, por unidade, curso, departamento ou órgão, sendo executada ou supervisionada pela Pró-Reitoria de Extensão e Cultura.

§ 1º – Para fins de coordenação das atividades, cada proposta ou projeto extensionista ou cultural Institucionalizado na Universidade terá um responsável, diretamente ligado a sua execução e, no caso de ações de extensão, pertencente a Departamento que os execute.

§ 2º – O conjunto de atividades de extensão do mesmo departamento, do mesmo curso, da mesma unidade ou órgão poderá ter um coordenador geral por departamento, curso, unidade ou órgão, de indicação do respectivo chefe, coordenador ou diretor.

§ 3º – A Pró-Reitoria Indicará, dentre os participantes de atividades de extensão e cultura, seus coordenadores de área, cada um dos quais responderá pelo conjunto das atividades comuns ao seu respectivo campo de atuação.

Art. 9º – A cada semestre letivo, os Departamentos Acadêmicos farão um Plano Semestral de Extensão no qual serão enumeradas

Anexo 2
Resolução COCEPE 04/92
Página 7



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS
SECRETARIA DOS CONSELHOS SUPERIORES
CONSELHO COORDENADOR DO ENSINO DA PESQUISA E DA EXTENSÃO

as propostas ou projetos específicos de atividades extensionistas previstas ou em andamento, bem como a carga horária destinada por seus servidores tanto para essas atividades como, para atividades artísticas e culturais.

§ 1º – O Plano Semestral de Extensão dos departamentos acadêmicos será submetido a aprovação do COCEPE, devendo corresponder aos programas de execução da política de extensão da Universidade.

§ 2º – Anualmente, os Departamentos Acadêmicos farão, relatório de suas Atividades de Extensão, o qual também será submetido ao COCEPE, nele se incluindo propostas e projetos específicos não previstos ocasionalmente, no Plano Semestral.

Art. 10 – A aprovação e registro na Pró-Reitoria de Extensão e Cultura de propostas ou projetos específicos de atividades de extensão encaminhados pelos departamentos só se dará se:

1. As atividades estiverem previstas no respectivo Plano Semestral de Extensão, aprovado anteriormente pelo COCEPE, ou forem declaradamente compatíveis com os Programas de execução da Política de Extensão da Universidade;
2. Houver comprovada vinculação com o ensino e/ou a pesquisa;
3. Estiver prevista a participação docente e discente, com determinação de responsabilidade, tarefas e cargas horárias respectivas;
4. Ficar documentada a viabilidade de execução, quanto à disponibilidade de recursos financeiros e materiais;
5. Forem satisfeitos os aspectos formais quanto ao preenchimento do formulário, com a indicação da espécie e modalidade de atividade, bem como do Programa em que se inclui, além de prazos de execução, do número de pessoas a serem atendidas, da área

Anexo 2
Resolução COCEPE 04/92
Página 8



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS
SECRETARIA DOS CONSELHOS SUPERIORES
CONSELHO COORDENADOR DO ENSINO DA PESQUISA E DA EXTENSÃO

geográfica abrangida, do número de disciplinas e/ou departamentos envolvidos, de número discriminado de participantes, e da forma de coordenação prevista.

Art. 11 – As propostas de atividades artísticas e culturais não dependerão de aprovação em qualquer instância universitária, sendo registradas na Pró-Reitoria, de acordo com esta Regulamentação, desde que satisfeitos os aspectos formais quanto ao preenchimento do formulário respectivo, com a indicação da espécie e modalidade de atividade, dos prazos de execução, do número de pessoas a serem atendidas, da área geográfica abrangida do número discriminado de participantes e da forma de coordenação prevista.

§ Único – Caso a execução de atividades artísticas e culturais envolva o emprego de recursos financeiros e/ou materiais terá que ser comprovada a viabilidade de sua execução quanto à disponibilidade de tais recursos e a proposta deverá assumir a forma de um projeto específico, a ser aprovado pela Pró-Reitoria.

Art. 12 – As propostas ou projetos de atividades extensionistas ou culturais que, necessitando de aprovação ou registro em órgão da Universidade, não a obtiverem, serão encaminhadas à consideração, em grau de recurso Instância superior.

Art. 13 – Para determinadas atividades extensionistas ou culturais poderão ser fixadas taxas de inscrição, destinadas a cobrir parcial ou totalmente os custos respectivos, de acordo com normas estabelecidas pela Pró-Reitoria.

Anexo 2
Resolução COCEPE 04/92
Página 9



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS
SECRETARIA DOS CONSELHOS SUPERIORES
CONSELHO COORDENADOR DO ENSINO DA PESQUISA E DA EXTENSÃO

§ Único – Quando as atividades extensionistas e culturais conduzirem a resultados que permitam o registro de direitos autorais, patentes e licenças, ficará assegurada a UFPel a participação nos direitos delas decorrentes, para desenvolvimento da Extensão e da Cultura.

Art. 14 – O Corpo Docente da UFPel será estimulado a participar das atividades extensionistas e culturais mediante Incentivos específicos a serem concedidos na revisão pelo COCEPE das normas de progressão funcional da carreira do magistério.

Art. 15 – Ao corpo discente da UFPel será garantida prioridade na participação nas atividades de extensão e cultura da Universidade.

§ 1º – A participação discente nas atividades extensionistas e culturais será apoiada com a concessão de Bolsas de Extensão e Cultura, segundo normas a serem aprovadas pelo COCEPE.

§ 2º – O estímulo à participação discente em extensão e cultura também se fará com a progressiva integralização dos currículos plenos dos cursos de graduação, incluindo créditos obtidos em atividades extensionistas e culturais.

Capítulo IV

Disposições Gerais

Art. 16 – A Pró-Reitoria de Extensão e Cultura proporá ao COCEPE os programas de execução da política de extensão e cultura da UFPel, aos quais deverão se adequar todos os planos e projetos

Anexo 2
Resolução COCEPE 04/92
Página 10



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS
SECRETARIA DOS CONSELHOS SUPERIORES
CONSELHO COORDENADOR DO ENSINO DA PESQUISA E DA EXTENSÃO

extensionistas e culturais da Universidade, inclusive as Propostas de Atividades.

§ 1º – Os programas de extensão, aprovados pelo COCEPE, serão anexados à presente Resolução, desenvolvendo-se através das atividades propostas nos

Planos Semestrais dos Departamentos e órgãos extensionistas, com supervisão, coordenação e apoio da Pró-Reitoria de Extensão e Cultura.

§ 2º – A estrutura, funcionamento e competência da Pró-Reitoria de Extensão e Cultura serão adequados ao estabelecimento nesta Resolução e definidos em Regimento correspondente aprovado pelo COCEPE.

Art. 17 – Os casos omissos serão resolvidos pelo Conselho Coordenador do Ensino, da Pesquisa e da Extensão.

Art. 18 – A presente Resolução entra em vigor a partir de sua publicação, ficando revogada toda a regulamentação anterior referente a extensão e cultura, e demais disposições em contrário.

Secretaria dos Conselhos Superiores, aos vinte e cinco dias do mês de maio do ano de mil, novecentos e noventa e dois.

Prof. Luiz Henrique Schuch
Presidente do COCEPE.

Anexo 3
Resolução COCEPE 06/92
Página 1



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS
SECRETARIA DOS CONSELHOS SUPERIORES
CONSELHO COORDENADOR DO ENSINO, DA PESQUISA E DA EXTENSÃO

RESOLUÇÃO 06/92

O Presidente do Conselho Coordenador do Ensino, da Pesquisa e da Extensão – COCEPE, no uso de suas atribuições legais,

CONSIDERANDO o que foi deliberado em sessão do COCEPE levada a efeito em data de 21 de maio de 1992,

CONSIDERANDO a necessidade de incentivar a participação de alunos da UFPEl em atividades que digam respeito a sua formação profissional, à geração do conhecimento, à promoção comunitária, à prestação de serviços e à difusão artístico-cultural, como resposta às demandas da Sociedade e no cumprimento do compromisso educacional e cultural da Universidade.

RESOLVE:

Estabelecer os critérios que nortearão concessão de Bolsas de Extensão e Bolsas de Arte e Cultura na Universidade Federal de Pelotas;

Art. 1º – A Universidade Federal de Pelotas concederá anualmente a seus alunos Bolsas de Extensão e Bolsas de Arte e Cultura.

§ Único – As Bolsas de Extensão e as Bolsas de Arte e Cultura serão distribuídas pela Pró-Reitoria de Extensão e Cultura.

Anexo 3
Resolução COCEPE 06/92
Página 2



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS
SECRETARIA DOS CONSELHOS SUPERIORES
CONSELHO COORDENADOR DO ENSINO, DA PESQUISA E DA EXTENSÃO

Art. 2º – Entende-se por Bolsas de Extensão a que se destinar a aluno regularmente matriculado na Universidade, com disponibilidade de horário, que, tendo atuado pelo menos durante um ano em atividades de extensão registrada na Pró-Reitoria, esteja incluído entre os envolvidos nessa ou em outra atividade compreendida entre as de treinamento, estágio extra-curricular, ação comunitária ou prestação de serviços.

§ Único – A seleção dos candidatos às Bolsas de Extensão será feita por Comissão presidida pelo Diretor do Departamento de Extensão e Treinamento (DEXT) e integrada ainda por dois coordenadores de atividade extensionistas com atuação na Pró-Reitoria.

Art. 3º – Entende-se por Bolsa de Arte e Cultura a que se destinar a aluno regularmente matriculado na Universidade, com disponibilidade de horário, que, tendo atuado pelo menos durante um ano em atividade artística ou cultural registrada ou apoiada oficialmente pela Pró-Reitoria, esteja incluído entre os envolvidos nessa ou em outra atividade compreendida entre as de criação, representação, interpretação, valorização ou desfrute de obras de arte; difusão, respeito, preservação e enriquecimento do patrimônio cultural.

§ Único – A seleção de candidatos às Bolsas de Arte e Cultura serão feitas por Comissão presidida pelo Diretor do Departamento de Arte e Cultura (DART) e integrada, ainda, por dois Coordenadores de Atividades Artísticas e Culturais com atuação na Pró-Reitoria.

Anexo 3
Resolução COCEPE 06/92
Página 3

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS
SECRETARIA DOS CONSELHOS SUPERIORES
CONSELHO COORDENADOR DO ENSINO, DA PESQUISA E DA EXTENSÃO

Art. 4º – As Bolsas de Extensão e de Arte e Cultura serão concedidas mediante proposta de atividade registrada na Pró-Reitoria, atendendo as exigências dos artigos 2º e 3º desta resolução.

Art 5º – As atribuições do Bolsista de Extensão são as seguintes:

- 1. Realizar práticas acadêmicas de sua área de formação;**
- 2. Desenvolver as ações programadas e previstas na proposta de atividade ou projeto específico de Extensão a que estejam vinculados;**
- 3. Participar de ações nas etapas, dias e horários previstos, bem como de reuniões de planejamento e avaliação;**
- 4. Seguir orientação e supervisão técnico/acadêmico para o trabalho programado;**
- 5. Apresentar relatório final relativo ao trabalho realizado.**

Art. 6º – As atribuições do Bolsista de Arte e Cultura são as seguintes:

- 1. Realizar atividades próprias de sua área de aptidão artística ou interesse cultural;**
- 2. Desenvolver ações programadas e previstas na proposta de atividade ou projeto específico a que estejam vinculados;**
- 3. Participar das ações nas etapas, dias e horários previstos, bem como de reuniões de planejamento e avaliação;**
- 4. Seguir orientação e supervisão técnico/acadêmico para o trabalho programado, quando for o caso;**
- 5. Apresentar relatório final relativo ao trabalho realizado.**

Anexo 3
Resolução COCEPE 06/92
Página 4



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS
SECRETARIA DOS CONSELHOS SUPERIORES
CONSELHO COORDENADOR DO ENSINO, DA PESQUISA E DA EXTENSÃO

Art 7º – O número de Bolsas será fixado, a cada ano, pela Pró-Reitoria de Extensão e Cultura, de acordo com a demanda e disponibilidade de recursos.

§ Único – Os valores das Bolsas de Extensão e das Bolsas de Arte e Cultura serão definidos em Portaria específica.

Art. 8º – As Bolsas referidas nesta Resolução serão pagas de março a dezembro, de acordo com proposta de atividades a ser desenvolvida pelo beneficiário, podendo cobrir até dez meses ou apenas quinze dias.

§ 1º – As Bolsas de Extensão e de Arte e Cultura poderão ser renovadas com base na Avaliação de Desempenho dos bolsistas, realizada por Comissões de que tratam os Parágrafos Únicos dos Artigos 2º e 3º desta Resolução, com base em relatórios pessoais, circunstanciados, avaliados pelos responsáveis pelas correspondentes propostas de atividades.

§ 2º – Nenhum aluno poderá ser beneficiado, ao mesmo tempo, por mais de um tipo de Bolsa da UFPel.

Art 9º – Será cancelada a concessão de Bolsas de Extensão ou de Arte e Cultura, sempre que se configurar uma das seguintes situações:

- 1. Não atendimento dos requisitos constantes nos Art. 2º e 3º desta Resolução;**

Anexo 3
Resolução COCEPE 06/92
Página 5



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS
SECRETARIA DOS CONSELHOS SUPERIORES
CONSELHO COORDENADOR DO ENSINO, DA PESQUISA E DA EXTENSÃO

2. Manifesto desejo do bolsista a não continuar na atividade proposta;
3. Desistência, por trancamento de matrícula ou abandono de curso;
4. Conclusão do curso;
5. Não cumprimento continuado e comprovado das obrigações previstas para o desempenho da atividade proposta.

Art. 10 – Os casos omissos serão resolvidos pelo Pró-Reitor de Extensão e Cultura.

Art. 11 – A presente Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Secretaria dos Conselhos Superiores, aos vinte e cinco dias do mês de maio do ano de mil, novecentos e noventa e dois.

Prof. Luiz Henrique Schuch
Presidente do COCEPE.